

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAX WILLIAM ALEXANDRE DA COSTA

ATITUDES PROPOSICIONAIS E COGNIÇÃO

CURITIBA

2018

MAX WILLIAM ALEXANDRE DA COSTA

ATITUDES PROPOSICIONAIS E COGNIÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Breno Hax

CURITIBA

2018

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Costa, Max William Alexandre da
Pensamentos singulares e cognição / Max William Alexandre da Costa. –
Curitiba, 2018.
121 f.

Orientador: Prof. Dr. Breno Hax Junior
Tese (Doutorado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas e Letras da
Universidade Federal do Paraná.

1. Cognição. 2. Epistemologia. 3. Pensamento. 4. Singularidade
I. Título.

CDD – 121





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PGFILOS

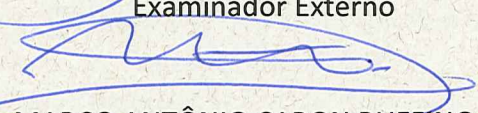
ATA Nº 200/2000/2018 DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM FILOSOFIA No dia dezesseis de abril de dois mil e dezoito às 13:30 horas, na sala 603, no Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UFPR, Rua Dr. Faivre, 405, 6º andar, do Setor de CIÊNCIAS HUMANAS da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos de arguição do Doutorando **MAX WILLIAN ALEXANDRE DA COSTA** para a Defesa Pública de sua Tese de Doutorado intitulada: **ATITUDES PROPOSICIONAIS E COGNIÇÃO**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: Profa. Dra. VIVIANNE DE CASTILHO MOREIRA(UFPR), Prof. Dr. MARCO ANTÔNIO CARON RUFFINO(UNICAMP), Prof. Dr. TIAGO FONSECA FALKENBACH(UFPR), Prof. Dr. GUIDO IMAGUIRE(UFRJ) e Prof. Dr. LUCIO SOUZA LOBO(UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a(o) discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO do aluno. O Doutorando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de Doutor está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, Profa. Dra. VIVIANNE DE CASTILHO MOREIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

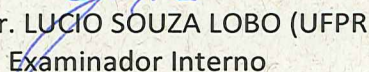
Observações A BANCA SUGERE A REVISÃO FINAL DO TEXTO ANTES DO DEPOSITO DEFINITIVO DA TESE.

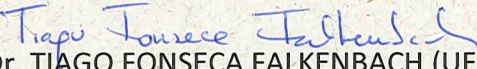
Curitiba, 16 de Abril de 2018.


Prof. Dra. VIVIANNE DE CASTILHO MOREIRA(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


Prof. Dr. GUIDO IMAGUIRE (UFRJ)
Examinador Externo


Prof. Dr. MARCO ANTÔNIO CARON RUFFINO (UNICAMP)
Examinador Externo


Prof. Dr. LUCIO SOUZA LOBO (UFPR)
Examinador Interno


Prof. Dr. TIAGO FONSECA FALKENBACH (UFPR)
Examinador Interno




TERMO DE APROVAÇÃO

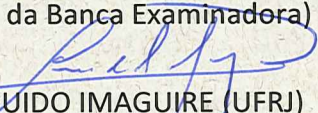
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **MAX WILLIAN ALEXANDRE DA COSTA**, intitulada: **ATITUDES PROPOSICIONAIS E COGNIÇÃO**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação. Curitiba, 16 de Abril de 2018.


Integrantes da Banca Examinadora	Notas
Profa. Dra. VIVIANNE DE CASTILHO MOREIRA(UFPR) (Presidente da Banca Examinadora)	9,0
Prof. Dr. GUIDO IMAGUIRE (UFRJ) Examinador Externo	9,0
Prof. Dr. MARCO ANTÔNIO CARON RUFFINO (UNICAMP) Examinador Externo	9,0
Prof. Dr. LUCIO SOUZA LOBO (UFPR) Examinador Interno	9,0
Prof. Dr. TIAGO FONSECA FALKENBACH (UFPR) Examinador Interno	9,0
Média Final	9,0
Conceito	A

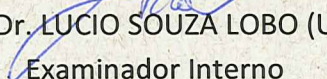
Os examinadores atribuem nota em escala de zero a 10 (dez), sendo considerado aprovado o mestrando que obtiver como nota final a média aritmética superior a 7 (sete). No parecer emitido por ocasião da defesa, constará a nota e o critério: **CONCEITO**.

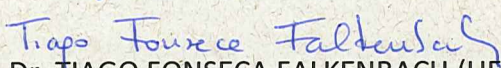
Os examinadores devem registrar no corpo da dissertação/tese as correções sugeridas.


Profa. Dra. VIVIANNE DE CASTILHO MOREIRA(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


Prof. Dr. GUIDO IMAGUIRE (UFRJ)
Examinador Externo


Prof. Dr. MARCO ANTÔNIO CARON RUFFINO (UNICAMP)
Examinador Externo


Prof. Dr. LUCIO SOUZA LOBO (UFPR)
Examinador Interno


Prof. Dr. TIAGO FONSECA FALKENBACH (UFPR)
Examinador Interno

§ 1º - Será considerado aprovado o aluno que lograr os conceitos A, B ou C.

A = Excelente = 9,0 a 10,0

B = Bom = 8,0 a 8,9

C = Regular = 7,0 a 7,9

D = Insuficiente = zero a 6,9



RESUMO

Uma das noções mais importantes da filosofia da linguagem das últimas décadas, sem dúvida, é a noção de pensamento singular. Um pensamento singular consiste de um pensamento que envolve um objeto independente de qualquer característica, propriedade ou condição satisfeita por esse objeto. Contudo, pensamentos singulares suscitam um sério problema: como explicar a informatividade da linguagem. Pois, se aceitarmos que as palavras veiculam não apenas informações linguísticas, mas também informações daquilo que elas são sobre, i.e., que elas têm sentidos, então como podemos conciliar isso com a ideia que pensamentos singulares envolvem apenas objetos particulares? O objetivo deste trabalho é apresentar uma imagem de como tratar o conteúdo informacional de pensamentos singulares, i.e., informações relativas às propriedades dos objetos que compõe o conteúdo de uma proposição. Nessa imagem nós utilizamos duas noções centrais para representar o mecanismo semântico-cognitivo de pensamentos singulares: a noção de *arquivos mentais* inspirada em Recanati (2012) e Fodor (2008), e *nomes mentais* como em Harman (1977).

Palavras-chave: Cognição. Epistemologia. Pensamento. †

ABSTRACT

One of the most important notions of the philosophy of language, in the last decades, is the notion of singular thought. A singular thought consists of a thought which involves an object independent of any characteristic, property, or condition satisfied by that object. However, singular thoughts raise a serious problem: how to explain the informativeness of language. For if we accept that words convey not only linguistic information but also information of what they are about, i.e., that they have senses, then how can we reconcile this with the idea that singular thoughts involve only particular objects? The purpose of this work is to present an image of how to treat the informational content of singular thoughts, i.e. information related to the properties of the objects that make up the content of a proposition. In this image we use two central notions to represent the semantic-cognitive mechanism of singular thoughts: the notion of mental files inspired by Recanati (2012) and Fodor (2008), and mental names as in Harman (1977).

Keywords: Cognition. Epistemology. Thought. Singularity.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1	9
1.1 Proposições singulares e a teoria de Russell	10
1.2 Quine.....	20
Capítulo 2	38
2.1 <i>Quantifying in</i> de David Kaplan	40
2.2 Sosa, Revisitando a Exportação Irrestrita.....	43
2.3 Pensamentos <i>De Re</i> x Atribuições de pensamentos <i>De Re</i>.....	55
Capitulo 3 Arquivos Mentais e Cognição	60
3.1 Arquivos Mentais.....	61
3.2 Arquivos Mentais e Modos não Descritivos de Apresentação.....	63
3.2.1 Singularidade de Arquivos Mentais fundada na singularidade de Arquivos de Objetos.....	64
3.3 A Visão Singularista de Arquivos Mentais: problemas com a concepção sobre Pensamentos Descritivos.....	67
3.3.1 Objeção de Goodman à Visão Singularista de Arquivos.....	70
3.3.2 Reidentificação e Rastreamento de Alto Nível.....	73
3.4 Distinção entre Pensamento Singular e Geral em Termos de Funções Computacionais.....	77
3.4.1 Habilidades Cognitivas: manipulando arquivos mentais.....	83
3.5 Arquivos Mentais x Metáforas Úteis	88

3.5.1 Abertura de Arquivos Mentais.....	96
3.5.2 Separação ou <i>Split</i>.....	98
3.5.3 A objeção de Kit Fine a Arquivos Mentais.....	99
3.5.4 Uma Possível Solução aos Problemas: Separando o Legítimo do Metafórico	101
Conclusão	108
Referência Bibliográfica.....	110
Referências	113

Introdução

Constantemente nós nos vemos rodeados por objetos, com os quais estamos relacionados de alguma forma. Nós podemos pensar sobre esses objetos, formar juízos sobre eles, atribuir propriedades a eles, e pensar que eles poderiam ter sido diferentes em diferentes circunstâncias. Quando nós pensamos sobre algum objeto nós podemos fazer isso basicamente de duas formas, de modo puramente descritivo, pensando no objeto a partir de certas condições que ele satisfaz unicamente, ou diretamente, sem o intermédio de qualquer tipo de descrição. Por exemplo, podemos pensar de duas formas distintas o conteúdo da frase “Barack Obama nasceu na América”, podemos pensar que “o 44º presidente dos EUA nasceu na América” ou simplesmente que “Obama nasceu na América”. No primeiro caso estamos pensando em Obama através da descrição definida “o 44º presidente dos EUA”, no segundo caso estamos pensando nele de um modo que não parece depender de nenhum tipo de descrição¹.

Pensamentos do primeiro tipo são chamados de pensamentos descritivos ou *de dicto*, são pensamentos que envolvem uma proposição cujo conteúdo é descritivo (como conceitos ou descrições definidas); pensamentos do segundo tipo são chamados de pensamentos singulares, ou *de re*, pois eles envolvem uma proposição singular (uma proposição que contém um objeto singular, uma *res*). Desde meados da década de 50, pensamentos singulares têm ocupado o centro dos debates em filosofia da linguagem, contudo, há ainda nos dias de hoje pouco consenso sobre sua natureza.

Bertrand Russell (1905) foi, provavelmente, o primeiro filósofo a propor uma distinção entre duas formas de pensamento. Para Russell, (1905, 1910) a forma como nós pensamos em um objeto está intimamente relacionada à maneira como nós

¹ Isto assumindo que um nome próprio não envolve uma descrição.

conhecemos esse objeto. Assim, há duas formas em que poderíamos conhecer e conseqüentemente pensar sobre um objeto, diretamente, por contato (*acquaintance*), e descritivamente, ou por descrição.

Russell entendia pensamentos em termos da relação entre indivíduos e proposições², i.e., um pensamento singular consiste de uma relação entre um indivíduo, i.e., um agente linguístico e uma proposição singular, uma proposição que envolve o objeto diretamente; já um pensamento descritivo consiste de uma relação entre um indivíduo, i.e., um agente linguístico e uma descrição definida satisfeita unicamente por um objeto. Assim, o que torna um pensamento singular para Russell é um contato direto com o objeto acerca do qual a proposição que o agente está relacionado é sobre, o próprio objeto é o conteúdo da proposição. E aquilo que torna um pensamento descritivo consiste no fato de uma descrição definida compor o conteúdo da proposição.

No entanto, por mais que a noção de pensamento singular, i.e., um pensamento que envolve diretamente o objeto pensado, tenha sido formulada por Russell, a noção só voltou a receber atenção em meados da década de cinquenta a partir dos trabalhos de Quine. Em seu influente artigo “Quantificadores e Atitudes proposicionais” (*Quantifiers and Propositional Attitudes*) (doravante Q&PA) Quine apresentou uma forte objeção à ideia de um objeto pensado singularmente³: pensar em um objeto singularmente i.e., sem a mediação de propriedades e independente de qualquer modo de apresentação, implica ter de atribuir crenças contraditórias a falantes competentes e racionais.

O coração da crítica de Quine reside naquilo que ele chamou de *contextos opacos*. Um contexto é opaco quando a substituição dos termos singulares dentro deste

² Aquilo que Frege chamava de “pensamentos”, i.e., o significado de uma frase. Proposições são geralmente entendidos como os portadores de verdade das frases que os expressam; aquilo que um agente entende quando entende uma frase; portadores das propriedades modais (necessidade e possibilidade) e os objetos de atitudes proposicionais, como Lois Lane crê que Superman é o homem mais forte do planeta.

³ A ideia de pensamentos singulares a partir de Quine passou a estar fortemente vinculada à livre substituição de termos singulares, i.e., se dois termos não são substituíveis dentro de uma atribuição de crença então o agente da crença não pensa singularmente sobre o objeto em questão.

contexto não preserva a verdade da frase onde o termo ocorre. Assim, não podemos substituir o termo singular “Cícero” pelo termo singular “Túlio” dentro da frase “Catulo acredita que Cícero é um filósofo”, justamente por ser falsa a frase resultante “Catulo acredita que Túlio é um filósofo”. O contexto em questão é tudo aquilo que vem em seguida de “Catulo acredita que ...”, i.e., verbos como acreditar, conhecer, desejar, dizer, esperar, chamados de *verbos intensionais*, geram contextos opacos, contextos que não preservam a verdade da frase dada a substituição dos termos singulares correferenciais. Esses contextos são chamados de opacos por Quine em detrimento de contextos puramente referenciais, que, por sua vez, preservam o valor de verdade da frase onde ocorrem. Contextos opacos impedem a quantificação *in*⁴, que segundo Quine não admitem o princípio de verdade como satisfação de Tarski, que é objectual ou extensional, i.e., “Sócrates é grego” é uma frase verdadeira se Sócrates ele mesmo satisfaz a condição $\lambda x (x \text{ é grego})$. Mas Quine vai argumentar que objetos extensionalmente concebidos, i.e., independentemente de como eles se apresentam, não satisfazem as condições geradas por contextos opacos⁵.

Embora a crítica de Quine tenha sido bastante influente, ela também gerou uma forte reação contrária à sua conclusão de que pensamentos *de re* são problemáticos por natureza. Em especial, uma dessas reações foi do filósofo David Kaplan (*Quantifying in*, 1969) como veremos no segundo capítulo, seção 2.1. Kaplan não tinha exatamente a motivação de fundamentar uma concepção natural, primitiva e pura de pensamento *de re*, suas motivações naquela época eram fregeanas por princípio (Kaplan, 2013). Ele se

⁴ Quantificação *in* (QUINE, 1956; Kaplan, 1969) é a quantificação dentro de um contexto de intensional, i.e., quando o quantificador ($\exists x$) permanece fora do escopo do verbo intensional, e a variável ligada ao quantificador se encontra dentro do contexto. Por exemplo $\exists x$ (Catulo crê que x é um filósofo). Como veremos na segunda seção do primeiro capítulo, a crítica de Quine se concentra especificamente sobre esse tipo de construção lógica.

⁵ Cícero, ele mesmo, não torna nem verdadeira nem falsa a frase “Catulo crê que x é um filósofo”, de acordo com Quine. Caso contrário, poderíamos substituir livremente Cícero por Túlio, sem qualquer efeito indesejável.

opunha especificamente à impossibilidade da quantificação em contextos intensionais de Quine. Para isso Kaplan tenta mostrar que a notação empregada por Quine em “Q&PA” “é inadequada para representar casos de suspensão de crença” (BURGE, 1976) Além disso, embora Kaplan não acreditasse em uma forma pura e primitiva de pensamento *de re*, ele aceitava a legitimidade de pensamentos *de re*, mas apenas enquanto fosse possível reduzi-los a pensamentos *de dicto*. Como veremos no capítulo 2, Kaplan, e também Sosa (seção 2.2) viam o trabalho de Quine como um tratamento do pensamento *de re* fundamentalmente em termos *de dicto*, i.e., toda construção *de re* era compreendida em termos de uma construção *de dicto*.

A noção de proposição singular em *Quantifying in* era baseada na noção de uma variável livre: Kaplan nota que uma proposição singular é exatamente o tipo de proposição expressa por uma frase ou uma fórmula aberta sob uma atribuição de valores. “*Quantifying in* indiretamente fornece um meio para um fregeano fazer sentido de uma “cláusula que” aberta⁶ (...) sem atribuir sentidos como valores das variáveis⁷.” (SALMON, 2010). Essa noção de proposição singular é apanhada por uma das características de um nome genuíno para Kaplan, aquilo que ele chamou de caráter genético. O caráter genético consiste na característica de um nome mental na qual a sua relação com o objeto acerca do qual esse nome é um nome de se estabelece, que é da mesma forma que uma fotografia de alguém é uma fotografia daquela pessoa independentemente daquela pessoa já não ser tão parecida com a pessoa da foto, mesmo sendo ela. Kaplan desenvolve sua ideia de nomes, enquanto satisfazendo ao menos três condições: um nome α deve ser um nome de um objeto x , para o agente linguístico

⁶ Uma “cláusula que” aberta seria algo como “Catulo acredita que...”, que, segundo Quine não faziam sentido, ou ainda eram destituídas de significado.

⁷ Quine sugere que uma “cláusula que” em aberto só pode ser significativa, ser verdadeira ou falsa, atribuindo-se sentidos, como em “Catulo crê que x é um excelente orador” só será satisfeita se Túlio for concebido como um orador romano, o que também a torna verdadeira, e falsa se Tulio for concebido como o escritor de *Os Acedêmicos de Platão*. Mas o problema com essa sugestão é: qual das inúmeras formas de descrever ou apresentar um objeto o tem, por direito, a propriedade de ser aquela que pode ocupar o lugar de uma variável livre em uma frase que o satisfaz?

(*thinker*); α deve denotar x ; e α deve ser um nome suficientemente vívido. A segunda característica é exatamente aquela que Kaplan chama de caráter genético. Mas é a terceira característica que Kaplan menciona i.e., de ser um nome vívido, que levanta as suspeitas que Sosa em seguida vai criticar.

Como iremos ver no capítulo 2.2 Ernest Sosa faz uma crítica à Kaplan. Sosa defende que a exportação é um fenômeno contextual e que as condições estabelecidas por Kaplan ou ainda qualquer outra condição estabelecida será relativa de acordo com Sosa.

Sosa relaciona contextualidade com relativização da referência e afirma que a noção de um nome vívido, ou como ele mesmo chama nome distinto, em certos contextos, permite a exportação, e em outros contextos não, por motivos que iremos ver na seção 2.2. A contextualidade como relativização da referência é uma herança de Quine, mas que é ainda nos dias de hoje combatida por autores como Kripke e Kaplan.

A contextualidade não implica relativização, mas mostra duas coisas muito fundamentais e importantes para as ciências cognitivas: 1) que Atitudes proposicionais são sensíveis às crenças da audiência; e 2) elas não são granulares o bastante (*fine grained*) para modelar ou capturar pensamentos *de re*. Contudo, elas apanham a coordenação entre nomes, nos diversos âmbitos que esses nomes podem estar coordenados. Portanto, a relevância de trazer os exemplos de Sosa para a discussão é mostrar que embora a exportação seja contextualmente sensível, ela não é relativa. A contextualidade da exportação está em ela ser sensível às crenças do ouvinte, o que não relativiza a exportação. Na verdade, isso mostra a importância de colocarmos em questão o deslocamento do background das crenças do agente da crença para o ouvinte a quem foi reportado uma atribuição de crença a um agente qualquer. Como, por

exemplo,⁸ imagine que Kaplan e sua esposa estão indo para uma palestra que Kaplan será o palestrante da noite, porém ninguém na plateia sabe quem será o palestrante. Assim, já atrasados, e vendo a preocupação de seu marido a esposa de Kaplan diz que a plateia já foi avisada e diz: “eles sabem que você irá se atrasar”. No entanto, a plateia sabe apenas que o palestrante irá se atrasar. Ainda sim, esse contexto [a conversa entre Kaplan e sua esposa a caminho da palestra] permitiu que a expressão “o palestrante da noite” fosse exportada para fora do contexto do verbo intensional “eles [a plateia] sabe que ...” e substituída por “você” [Kaplan]. Então, o que permitiu a exportação e a substituição? O contexto que tinha como parâmetro as crenças do ouvinte [as crenças do próprio Kaplan] e não as crenças do agente da atribuição [a plateia].

Uma vez, portanto, que atitudes proposicionais já não oferecem um meio de isolar pensamentos singulares, mas permitem mapear a coordenação entre tokens de nomes, uma teoria que lide diretamente com o background informacional que possuímos dos objetos e relacione essas informações com nosso uso de nomes na linguagem se faz necessária.

É justamente uma teoria assim que veremos na terceira e última parte deste trabalho. No terceiro capítulo nós vamos apresentar uma concepção de pensamentos singulares que toma como principal elemento nossas habilidades cognitivas para formar tais pensamentos. Para mostrar essa concepção de pensamento singular faremos uso de duas noções importantes, a de arquivos mentais, e de nomes mentais. Combinadas essas duas teorias é possível explicar como a informatividade da linguagem pode ser tratada. A concepção tradicional ou ortodoxa de arquivos mentais toma que arquivos armazenam e organizam peças de informação sobre indivíduos particulares; e também são responsáveis por permitir que pensemos singularmente sobre esses indivíduos, i.e.,

⁸ Este exemplo foi extraído de Stalnaker (2009).

pensar singularmente em um indivíduo x é pensar em x através do arquivo mental de x . Mas essa estratégia tem dois problemas: 1) se, pensar singularmente em x é pensar em x através do arquivo mental de x , então, quando pensamos em x , mobilizamos todas as informações que dispomos de x , mas isso obviamente não pode ser o caso; e 2) se pensar singularmente em algum objeto x significa pensá-lo através de um arquivo mental, então o que são pensamentos descritivos, eles não utilizam o recurso de arquivos mentais?

Apresentaremos na seção 3.4 uma imagem de arquivos mentais que permite pensarmos tanto singularmente quanto descritivamente através deles. A diferença entre ambos os tipos de pensamento está na função que a cognição desempenha ao permitirmos executar uma tarefa. Seja tanto na percepção quanto na comunicação, se precisamos identificar algum objeto, isso nos faz pensar descritivamente sobre esse objeto, mas se após saber de quem ou do que se trata i.e., qual é o objeto em questão, podemos pensar singularmente sobre ele. Rompemos assim com a ortodoxia sobre arquivos mentais e permitimos que arquivos sejam empregues dessas duas formas tanto para pensarmos singularmente quanto descritivamente acerca de algo. Pensamentos singulares são produtos de discursos ou contextos perceptuais onde a referência já está fixada; pensamentos gerais são pensamentos fruto de atividades onde mobilizamos cognitivamente as informações que possuímos para identificar algum objeto, seja na linguagem (em uma conversa ou na leitura de um texto ou um livro); seja em um ambiente perceptivo.

A vantagem dessa imagem que estamos propondo é a de explicar as intuições conflitantes sobre pensamentos *de re*. Como veremos no último capítulo, existem inúmeros casos onde os filósofos discordam se certos pensamentos são ou não *de re*. Nossa visão permite acomodar as diferentes intuições a esse respeito. Outra suposta

vantagem é explicar a informatividade de proposições singulares através da relação entre um nome mental e um ou mais arquivos mentais. Nós representamos um indivíduo singular através de um nome mental, que funciona como um índice mental que singulariza as informações a respeito de um objeto. Assim, ele representa um objeto sem descrevê-lo, as informações relativas ao objeto estão “dispostas” no ou nos arquivos mentais ligados ao nome. Pensamentos descritivos ocorrem quando usamos alguma informação para identificar o objeto, seja em um ambiente perceptivo ou um ambiente linguístico. Assim acreditamos que com essa estrutura podemos entender melhor a informatividade de pensamentos singulares.

Capítulo 1

Na primeira seção deste capítulo 1.1 vamos apresentar a elaboração da noção de pensamento singular ou *de re*, proposta por Bertrand Russell. Segundo Russell existem duas formas de pensar sobre um objeto, descritivamente e por contato (*acquaintance*). Assim, é quando estamos em contato com certos objetos, por meio da percepção consciente ou atenta dele, que estamos em posição de pensar singularmente sobre esse objeto. Em seguida vamos apresentar o problema levantado por Quine sobre pensamentos *de re*, segundo ele, o principal aspecto da noção de um pensamento *de re* consiste em um objeto ser pensado independentemente de suas propriedades. Contudo, Quine afirma, isso leva a resultados contraditórios como alguém crer e não crer, ao mesmo tempo, que um determinado objeto tem certa propriedade. A importância desses dois autores para o debate está no fato de cada um ter lançado as bases que determinaram profundamente a discussão posterior. Russell influenciou inúmeros autores (KAPLAN, 1969; RECANATI 2012) a seguir (ainda que com certas restrições) sua doutrina da *acquaintance*, como uma forma de condição sobre o pensamento singular. Já Quine, ao apresentar o problema sobre pensamentos singulares em termos do comportamento de termos singulares em contextos indiretos, estabeleceu a forma que a discussão assumiu nas décadas seguintes. Quine delimitou o âmbito de discussão àquilo que ficou conhecido como atitudes proposicionais.

1.1 Proposições singulares e a teoria de Russell

Uma das contribuições mais importantes feitas para a filosofia nos últimos tempos ocorreu nos primeiros anos do século XX. Mais especificamente ela ocorreu em 1905 com a publicação do artigo “Sobre a Denotação” (*On Denoting*) de Bertrand Russell, nenhum outro artigo em filosofia recebeu tanta atenção e foi tão cuidadosamente estudado (KRIPKE, 2011). Russell é também amplamente considerado o pai da noção contemporânea de pensamento singular.

Russell (1905) compreende pensamentos como relações entre agentes epistêmicos e proposições. Ter o pensamento que “o Mont Blanc tem mais de 4000 metros de altura” corresponde a apreender a proposição justamente com seus constituintes, o que inclui Mont Blanc e a propriedade de ter mais de 4000 metros de altura. Assim, ter um pensamento singular consiste em estar em relação com uma proposição singular, uma proposição formada pelo objeto ele mesmo e a propriedade atribuída a ele. Mas, em que situação exatamente nós podemos pensar singularmente sobre um objeto, de que forma nosso pensamento pode estar diretamente conectado com ele?

Antes de responder a essa pergunta é importante ter em mente que Russell, discordava de Frege sobre a classificação de nomes logicamente próprios, indexicais e descrições definidas. Para Frege, nomes próprios como “Carlos”, “Neymar” e “Curitiba”, indexicais como “aqui”, “eu”, “ontem”, e descrições definidas como “o inventor do zíper” pertenciam a uma única família, i.e., o papel desempenhado por estas expressões é exatamente o mesmo: o de referir. (CARPINTEIRO, G. & MARQUES, T. 2005, p. 305) Contudo, essa função não exaure a contribuição semântica de expressões significativas segundo Frege, uma vez que elas também expressam um sentido. A semântica de Frege é, por esse motivo, chamada de bi-dimensional, por possuir duas

dimensões a do sentido e a da referência. Mas Russell rejeita a classificação fregeana que inclui descrições na mesma categoria de nomes logicamente próprios e indexicais. O papel semântico, i.e., a contribuição, de uma descrição na sua forma lógica não é a mesma de um nome logicamente próprio, pois nomes logicamente próprios contribuem exclusivamente com os objetos ao qual se referem, de acordo com Russell.

Embora, a distinção entre sentido e referência de Frege (1892) apresentasse inúmeras vantagens, Russell a rejeitou, dentre outras razões, pelo problema da significatividade de expressões não denotativas, a exemplo de “o rei da França”. Russell tomava que certas expressões podiam ocorrer em frases verdadeiras ou falsas mesmo que não possuíssem uma referência ou denotação, i.e., mesmo sem um objeto, a expressão é significativa para Russell. Russell era bastante tolerante nesse sentido, de reconhecer a significatividade de expressões não referenciais. Frege também era tolerante a esse respeito, mas adotava a distinção entre sentido e referência para explicar o conteúdo de nomes próprios, e, conseqüentemente, para explicar a significatividade das frases onde ocorre alguma expressão não referencial. Para Frege, de acordo com a interpretação corrente⁹, nomes não denotativos possuem sentido, mas não possuem referência. Além disso, para Frege, frases que envolvem termos sobre objetos inexistentes, apesar de serem significativas não possuem valor de verdade, “[a] solução de Frege consistiu em aceitar sentidos sem referência e sentenças significativas sem valor de verdade.” (IMAGUIRE, 2006, p. 444).

Já, a solução de Russell ao problema da significatividade de expressões não denotativas, foi assumir que a maior parte das expressões que chamamos termos singulares são, na verdade, descrições definidas disfarçadas: expressões que em sua superfície sintática aparentam ser termos singulares comuns mas que, após análise, se

⁹ O que não inclui Evans, apesar de ser um autor que contribuiu muito para esse debate, pois ele defende a interpretação que, para Frege, nomes sem referência também não possuem um sentido.

revelam proposições complexas quantificadas. Por sua vez, expressões quantificadas não envolvem ou se comprometem com qualquer tipo de objeto, apenas quantificadores e conceitos. O nome “Sócrates” não é um nome genuíno logicamente próprio, justamente, pois, compreender a palavra “Sócrates” envolve compreender algum tipo de descrição sobre Sócrates, i.e., envolve saber algo sobre ele. Em decorrência desta abordagem de Russell uma frase onde um nome não denotativo ocorre será sempre falsa, diferente de Frege para quem a frase carece de valor de verdade¹⁰.

A ideia de Russell em *On Denoting* não foi apenas apresentar sua famosa teoria das descrições definidas, expressões complexas como „o atual técnico da seleção Brasileira“. A intenção de Russell foi oferecer um tratamento unificado das expressões¹¹ denotativas (*denoting phrases*), expressões como: „um filósofo“, „o atual presidente do Brasil“, „todos os times da série A“, „alguns dias de sol“. Mas, qual sua justificação por oferecer um tratamento unificado das expressões denotativas? Basicamente, se algumas dessas expressões denotativas podem ser analisadas em termos de quantificadores como „algum homem“, „nenhum suspeito“, „todos os seres humanos“, então, parece natural que expressões como „um rei“, e „o atual presidente dos Estados Unidos“, que são também expressões denotativas, sejam analisadas da mesma forma.

Nesse sentido, a teoria de Russell da análise de todas as expressões denotativas é a mesma, i.e., ainda que tais expressões se pareçam, do ponto de vista de sua estrutura sintática superficial, termos singulares, elas não são. De acordo com Kripke “uma verdadeira análise lógica (uma análise de algum tipo de estrutura subjacente) irá revelar que elas são, na verdade, expressões quantificadas” (2011, p. 227)¹².

¹⁰ Veja „*Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description*“, p. 122. Veja também „*On Denoting*“, onde ele escreve que „O rei da França é careca“ é falsa. (p. 484).

¹¹ Por “expressão” eu quero significar tanto expressões simples como “agora”, “Pedro”, “e”, quanto expressões complexas como “o último dia do inverno”, “um sonho impossível”.

¹² Tradução própria.

A visão da linguagem que Russell expõe em *On Denoting* é bastante diferente daquela exposta em *Princípios da Matemática* (*Principles of Mathematics*, 1903). Nesta última, especificamente no capítulo intitulado „Denotação“ (*Denoting*), a linguagem para Russell consiste de um sistema de representação de coisas e combinações dessas coisas no mundo. Os elementos simples pertencentes à linguagem estão relacionados a objetos e propriedades, e expressões linguisticamente complexas estão relacionadas às combinações complexas de objetos e propriedades. Desta maneira os constituintes da proposição são as mesmas coisas das quais as proposições são feitas. As entidades que compõe a proposição “eu encontrei André” são eu, André e a propriedade relacional de “encontrar”. Nesse sentido a proposição é verdadeira se as coisas que a compõe (os elementos que compõe a proposição) estão arranjadas de acordo como elas estão arranjadas no mundo. Assim, a complexidade das expressões linguísticas espelham, de alguma forma, a complexidade dos objetos. Expressões simples se referem a objetos simples como indivíduos e propriedades (Universais).

Já a teoria em *On Denoting* é completamente diferente. Em muitos casos ela é bastante simples: “cada” é analisada como o quantificador universal (\forall). Assim, “cada pessoa possui um dever”, é analisada com o quantificador universal e o condicional material (\rightarrow):

$$(1) (\forall x) (x \text{ é uma pessoa} \rightarrow x \text{ possui um dever})$$

E “algum” é analisado com o quantificador existencial (\exists). Desse modo “um homem foi responsável pelo incêndio” é analisada com o quantificador existencial e o sinal de conjunção (\wedge):

(2) $(\exists x) (x \text{ é humano} \wedge x \text{ foi responsável pelo incêndio})$ ¹³

Em sua própria análise, Russell (1905 p. 481) apresenta:

(3) C (um homem) significa (means) “é falso que „C(x) e x é um humano” são sempre falsos”.

E isso, para Russell, tem a consequência que “um homem” não tenha significado, i.e., “um homem”, na verdade, é uma expressão parasitária do significado expresso pela iteração entre o quantificador e o condicional material. Da mesma forma para “o atual presidente do Brasil visitou a Argentina”, a descrição definida componente “o atual presidente do Brasil” também não possui significado, ela empresta seu significado dos quantificadores universal (\forall), existencial (\exists ou $\neg\forall x\neg$), do sinal de equivalência (\equiv), do sinal de identidade ($=$) e da conjunção (\wedge):

(4) $\exists x\forall y [(\phi x \equiv x = y) \wedge \psi y]$

A sentença (4) expressa uma fórmula que mostra como todas as constantes lógicas interagem com os quantificadores e entre si. Na análise das descrições definidas a complexidade envolvida está intimamente relacionada à exigência de singularidade envolvida. Embora uma descrição definida seja uma proposição geral complexa, i.e., ela não envolve um indivíduo particular, apenas quantificadores, por isso a generalidade, e a complexidade, pois na verdade ela pode ser decomposta em mais de uma proposição,

¹³ Russell usa o quantificador universal para definir existência, $(\exists x)$ é escrito como $(\neg \forall x\neg)$. Uma hipótese para isso talvez seja que um dos pontos de Russell em *On Denoting* é justamente eliminar qualquer compromisso com objetos na análise de descrições definidas e nomes ordinários. Para Russell apenas demonstrativos e indexicais são nomes legítimos, como “aquele carro”, “eu”, onde o referente está presente no contexto e há um contato epistêmico direto com ele.

ela exige mais do que simplesmente existir um F que é tal e tal, ela estabelece que um e apenas um F é tal e tal.

Cada rei, algum rei, nenhum rei, um rei, por mais que sejam todas tratadas também como expressões quantificadas, elas diferem de „o atual presidente do Brasil“ pois a função envolvida nesta última apresenta uma exigência de unicidade. Essa unicidade foi capturada magistralmente por Russell através da iteração dos quantificadores, identidade e o sinal de equivalência. Assuma (Px) para presidente do Brasil, (V) para visitou a Argentina:

- 5) $\exists x (Px)$ – Existe alguém que é presidente do Brasil;
- 6) $\exists y \forall x (Px \equiv y = x)$ – Existe um e apenas um presidente do Brasil;
- 7) $\forall x$ – ele (x) visitou a Argentina;
- 8) $\exists y \forall x [(Px \equiv y = x) \wedge Vx]$

A condição de unicidade é “capturada” pela fórmula expressa em (6), que existe um e apenas um presidente do Brasil. Desse modo, por mais que essas expressões se pareçam com nomes genuínos elas não são, nem mesmo nomes ordinários como „Pedro“, „Maria“ ou „Morro do Corcovado“ são nomes nesse sentido para Russell. Todos eles são descrições definidas abreviadas ou disfarçadas, portanto, nenhuma dessas expressões envolve qualquer objeto.

Ao mesmo tempo, Russell também acreditava que havia uma categoria de nomes chamados de nomes logicamente próprios, cujos significados envolvem crucialmente os objetos que eles são sobre. Em uma antiga correspondência, já bastante famosa na literatura, entre Russell e Frege (carta para Frege, 4 de dezembro de 1904, em Frege 1980, p. 169) Russell afirma que Mont Blanc, ele mesmo, é uma parte constituinte da

proposição que “Mont Blanc tem mais de 4000 metros de altura”. Assim, para Russell, a contribuição dessa classe de expressões, chamadas de nomes logicamente próprios é unicamente objeto que a expressão é sobre. A contribuição de uma expressão para a determinação da verdade ou falsidade da frase deve ser fixada pelo objeto que a expressão é sobre. De fato, para Russell o significado de um nome logicamente próprio é o objeto particular que aquele nome é sobre.

Sendo assim, como podemos responder a pergunta do fim do primeiro parágrafo desta seção, i.e., em que situação exatamente nós podemos pensar singularmente sobre um objeto, e de que forma nosso pensamento pode estar diretamente conectado com ele? A resposta de Russell é que podemos pensar singularmente sobre aqueles objetos com os quais estamos ou estivemos diretamente conectados através da percepção, objetos com os quais nós estamos ou mantivemos contato cognitivo ou (*acquaintance*). “Objetos que são dados a nós de modo transparente tal que nenhum erro de identidade era possível.” (RECANATI, 2012, p. 14) Dessa forma, um nome logicamente próprio, ocorrendo em uma frase, consiste de uma expressão que contribui unicamente com o objeto para a proposição expressa por essa frase, exclusivamente em virtude do sujeito estar em contato ou familiarizado (*acquainted*) com o objeto. Assim, para compreender um nome logicamente próprio é preciso estar diretamente conectado por meio de uma percepção consciente e atenta ao particular acerca do qual o nome é sobre.

A exigência de *acquaintance* sobre nomes logicamente próprios tinha a motivação de garantir que jamais estivéssemos enganados sobre o particular nomeado em questão. Dessa forma, i.e., conectados perceptivamente com o referente de um nome logicamente próprio, Russell acreditava que não seriam possíveis erros sobre *o que* ou sobre *quem* o nome é um nome de. Como o próprio Russell coloca sua visão sobre o assunto:

Em qualquer dado momento, há certas coisas da qual alguém está “ciente”... Se eu descrevo estes objetos, eu posso, evidentemente, descrevê-los de maneira errada. Assim, eu não posso com certeza comunicar a outro quais são as coisas das quais eu estou ciente. Mas, se eu disser a mim mesmo, e denotá-las pelo que pode ser chamado de “nomes próprios”, ao invés de termos descritivos, eu não posso estar em erro („*On the Nature of Acquaintance*”, p. 130).

Essa ideia motivou inúmeros autores a rejeitarem a motivação fregeana, incluindo Donnellan (1979), Kaplan (1989 a, b), Salmon (1989), Soames (1989), Richard (1990). Algumas décadas após Russell introduzir no debate sobre a natureza e estrutura de proposições o conceito de *acquaintance*, tornou-se quase que obrigatório, principalmente entre os *neo-russellianos* adotar uma ou outra forma do conceito¹⁴.

Nomes genuínos para Russell incluem apenas expressões que se referem àquilo com o qual nós mantivemos contato cognitivo direto (*acquaintance*), i.e., nossos *sense data*, universais e possivelmente nós mesmos¹⁵. *Acquaintance*, portanto, nos garante um conhecimento direto dos objetos no mundo (incluindo universais), permitindo assim, uma relação direta entre a mente e os objetos. Segundo Hawthorn e Manley (2012):

[N]ada pode ser um bloco básico de construção do pensamento a menos que alguém esteja em contato (*acquainted*) com ele. Uma linguagem refletindo a estrutura do pensamento deve ser uma em que os termos simples em uma dada categoria lexical correspondendo um-a-um com os objetos da *acquaintance* em uma determinada categoria ontológica correspondente. (HAWTORN, J. & MANLEY D. 2012 p. 5-6)

A ideia de Russell é que, quando formamos um pensamento sobre algum objeto particular com o qual tivemos contato cognitivo direto, o próprio objeto, e não um sentido ou algum tipo de conceito desse objeto passa a ser um constituinte deste pensamento. Esse tipo de pensamento, que envolve ou que possui como constituinte o

¹⁴ Como veremos adiante, alguns neo-russellianos adotam uma versão mais branda de *acquaintance*, permitindo que o agente epistêmico possa estar *acquainted* com o objeto através de cadeias causais de comunicação (Bach, 1987).

¹⁵ Salvo certas dúvidas de origem Humeana envolvendo a natureza do „eu”.

próprio objeto, ficou tradicionalmente conhecido como pensamento singular, i.e., um pensamento que envolve uma proposição singular.

Mas, se as únicas coisas com as quais podemos ter uma relação cognitiva direta (*acquainted*) são nossos dados dos sentidos (*sense data*), além de universais e, supostamente o “eu”, isso sugere, devido à restrição extrema sobre nomes genuínos, que os componentes do nosso pensamento não são os próprios objetos como Mont Blanc, mas nossos dados dos sentidos causados por Mont Blanc (se o observarmos). Assim, em tese, isso sugere que na verdade que não podemos estar diretamente em contato com nenhum objeto concreto. Por exemplo, se observarmos uma maçã, e pensarmos “esta maçã é vermelha”, nós estamos diretamente relacionados ao “vermelho” da maçã, mas não a maçã ela mesma. Como notou Imaguire (2006):

As consequências do princípio Russelliano, de que toda referência linguística bem sucedida é baseada na composição de termos que se referem a itens do conhecimento imediato (portanto de sense-data e eventualmente da memória, sem a qual não teríamos acesso a universais), são desastrosas. (IMAGUIRE, 2006, p. 449)

A consequência é uma semântica de caráter eminentemente subjetivista, dificultando a compreensão da comunicação, pois aquilo que as proposições expressas pelas frases formadas por nomes logicamente próprios irão codificar, serão apenas itens da experiência particular e subjetiva de cada falante. Há também importantes assimetrias decorrentes do modo como Russell vê a relação entre a impossibilidade de engano acerca do indivíduo conhecido por *acquaintance*, e a impossibilidade de engano acerca de um indivíduo nomeado por um nome genuíno.

Russell posteriormente reconheceu esta consequência supostamente indesejada de sua teoria:

Entre os objetos com os quais nós estamos *acquainted* não estão incluídos objetos físicos (como oposto a *sense-data*) nem a mente de outras pessoas. Essas coisas são conhecidas por nós por aquilo que eu chamo de “conhecimento por descrição.” (RUSSELL 1912, p. 81). Os *sense-data* que compõe a aparência da minha mesa são coisas com as quais eu estou *acquainted*, coisas imediatamente conhecidas por mim justamente como elas são. Meu conhecimento da mesa como um objeto físico, ao contrário, não é conhecimento direto. Tal como ela é, ela é obtida através de *acquaintance* com o *sense-data* que compõe (make up) a aparência da mesa... A mesa é o objeto físico que causa tal e tal *sense-data*. (RUSSELL, 1912, p. 74)

A intenção primária de Russell era de caracterizar o conhecimento genuíno do mundo externo como uma relação direta entre a mente e as coisas fora da mente através da *acquaintance*. “Mas, o resultado que ele obteve foi o de que quase todo nosso conhecimento dos objetos individuais, acaba sendo dado por descrição¹⁶.” (Recanati, 2012)

Mas, dentre inúmeras lições importantes e fundamentais, vindas das ideias de Russell, uma que, sem dúvida, devemos preservar, e que, nós cremos, é o que influenciou todo o debate subsequente em filosofia da linguagem, é sua ênfase em que há nomes genuínos, eles possuem uma ligação estreita com os objetos acerca do quais eles “são sobre”¹⁷, e são acompanhados muitas vezes por expressões com “isto”, “ele”, e quem sabe, “eu”.

Contudo, como veremos na próxima seção, Quine, considerando implicações da interação entre quantificação em contextos de crença e a notação dos *Principia Mathematica* (RUSSELL, 1910), encontra sérios problemas na atribuição de pensamentos singulares ou *de re*.

¹⁶ Descrições de impressões sensíveis.

¹⁷ Uma relação causal, “quando vejo uma maçã, não estou em contato direto com a maçã, mas com meus *sense data*, causados, provavelmente pela maçã.

1.2 Quine

Willard von Orman Quine, filósofo americano, reconhecido por seu empirismo e ceticismo sobre entidades abstratas da matemática e da semântica, atacou severamente a interação entre as duas principais noções estudadas pela ciência cognitiva, a interação entre a teoria da quantificação dos Principia de Russell e verbos intensionais como acreditar, desejar, dizer.

Diferente de Russell, Quine vai distinguir dois tipos de estados cognitivos ou crenças¹⁸ que ele chama de relacional (*de re*) e nocional (*de dicto*). Uma crença *de re* é uma crença que algum objeto particular (uma *res*) tem uma certa propriedade¹⁹, uma crença *de dicto* é uma crença que alguma proposição (um *dictum*) é verdadeira. Assim a frase:

9) Ralph acredita que alguém é um espião,

é ambígua, pois ela possui duas leituras diferentes: uma leitura expressa a relação entre Ralph e a proposição que há espiões (*de dicto*); e a outra leitura expressa a relação entre Ralph e um objeto particular que é um espião.

Quine, da mesma forma, introduziu uma distinção muito similar para verbos tais como „caçar“ (*to hunt*), „desejar“ (*to wish*), „querer“ (*to want*), and „acreditar“ (*to believe*): um sentido nocional (*notional sense*) e um sentido relacional (*relational sense*). Assim nós temos:

¹⁸ “Russell ... não pensa que há duas formas de crença estado cognitivo. Russell pensa apenas que há duas formas lógicas para as proposições, que são os objetos de crença, proposições singulares (aquelas que contêm como constituintes os indivíduos que a proposição é sobre), e proposições gerais (aquelas que não contêm indivíduos). (KAPLAN, 2013, p. 31)

¹⁹ Nem todos os filósofos concordam com a tese que crenças são disposições relacionais, ou ainda uma relação entre um agente linguístico e um objeto ou alguma proposição, ver Goodman (2017).

10) Ralph acredita que existem espiões (nocional),

11) Existe alguém que Ralph acredita ser um espião (relacional).

Enquanto (10) expressa algo mais “fraco”, uma trivialidade nós podemos dizer, ou como Quine coloca, “se Ralph é como a maioria de nós, ele acredita que uma ou outra pessoa é um espião” (QUINE, 1956, p. 178), a frase (11) por sua vez, deve expressar uma importante informação, que alguém em particular é um espião e Ralph crê sobre essa pessoa que ela é um espião.

Utilizando a lógica de predicados de primeira ordem Quine (1956), apresentou uma análise geral de como simbolizar as leituras acima mencionadas. As simbolizações são tratadas como permutações entre o quantificador existencial (\exists) e o verbo „crer“, assim nós temos:

12) Ralph crê que $(\exists x)$ (x é um espião) (que representa a leitura nocional ou *de dicto*),

13) $(\exists x)$ (Ralph crê que x é um espião) (relacional ou *de re*).

Quine, segundo Kaplan (1969) apresenta uma lição de formalização, através de um tratamento sintático claro e elegante de uma ambiguidade epistêmica formulada por meio da permutação entre quantificador e verbo. David Kaplan exalta dizendo: “Lindo, um verdadeiro triunfo para a lógica elementar” (Kaplan, 1985, p. 230). Contudo, Quine, ao mesmo tempo que acabara de formular de uma maneira totalmente nova e

interessante a noção de pensamento singular ou pensamento *de re*, poucas linhas depois, no mesmo artigo (Q&PA) vai rejeitar a noção.

O motivo para isso é que a formalização do sentido relacional, (13), exige que nós quantifiquemos dentro do contexto de atitude proposicional a partir de fora, i.e., o quantificador que rege a variável ligada se encontra fora do escopo do verbo intensional, e isto, de acordo com Quine é uma tarefa dúbia (*dubious business*) (1956 p. 185).

Para mostrar isso, Quine propõe seu famoso exemplo sobre Ralph. Ralph certa vez viu um homem bastante suspeito com um chapéu marrom tirando fotos de documentos importantes, a partir daí Ralph passou a acreditar que ele (o homem de chapéu marrom) era um espião. Somado a isso Ralph, certa vez, conheceu um homem de cabelos grisalhos que ele viu na praia certa vez, alguém bastante respeitado na comunidade chamado Bernard J. Ortcutt, alguém que Ralph não crê que seja um espião. O que Ralph não sabe é que o homem de chapéu marrom e Ortcutt são uma e a mesma pessoa.

Agora considere o homem Bernard J. Ortcutt, sem qualquer caracterização de suas qualidades (ser o homem de cabelos grisalhos visto na praia ou o homem de chapéu marrom, ou ainda qualquer outra caracterização), a questão crucial que Quine levanta é: Ralph acredita que Ortcutt ele mesmo, independente de qualquer caracterização ou modo de apresentação, é um espião?

Em outras palavras, considere a seguinte sentença:

14) Ralph crê de Ortcutt que ele é um espião.

É (14) verdadeira ou falsa? Bem, ela irá ser verdadeira se e apenas se, usando o operador de abstração „ λ “-lambda de Church, a propriedade expressa por (λx) [Ralph acredita que x é um espião] for satisfeita por Ortcutt ele mesmo. (Salmon 1998).

À primeira vista, parece que não é possível avaliar (14) apenas sob a atribuição de Ortcutt como o valor da variável x , pois, se Ralph acredita ou não de Ortcutt que ele é um espião, depende crucialmente de como Ralph pensa sobre Ortcutt. Se Ralph pensa sobre Ortcutt como “o homem de chapéu marrom” a resposta parecer que sim. Mas, se Ralph o está concebendo como “o homem visto na praia”, a resposta natural parece ser que não. Isto nos força a aceitar a seguinte conjunção, afirma Quine:

15) Ralph sinceramente acredita que “...” e Ralph sinceramente nega que “...”,

onde as duas lacunas são preenchidas pela mesma sentença, e isto, obviamente, se Ralph é um agente racional e um falante competente, é inaceitável, i.e., Ralph sinceramente crê que s e Ralph sinceramente nega s , onde s corresponde à uma variável sobre sentenças.

Assim, a consequência parece ser que a quantificação dentro de um contexto não extensional como “Ralph acredita que ...” gera certos problemas, uma vez que ela implica uma contradição como a que nós temos em (15). Quine, então, argumenta que a quantificação dentro de contextos intensionais é problemática.

Para entender uma sentença quantificada nós devemos estar aptos a dizer sobre alguma sentença aberta como “ x é um espião” se ela é verdadeira ou falsa de alguma coisa, sem levar em consideração as propriedades dessa coisa. Assim, a posição da variável deve estar aberta à substituição. Entretanto isso não acontece em (15). Contextos de crença tais como “Ralph acredita que ...” Quine chama de contextos

opacos²⁰, i.e., eles não estão abertos à livre substituição de termos singulares. Em outras palavras, contextos opacos são aqueles contextos onde não podemos trocar livremente termos singulares correferenciais, i.e., termos distintos que designam o mesmo objeto, pois, nesses contextos, a troca desses termos altera o valor de verdade da sentença. E essa é uma condição necessária para a quantificação, a variável livre nesse contexto deve ser satisfeita objetivamente, i.e., extensionalmente.

Uma sentença quantificada é uma sentença que diz que algum predicado é verdadeiro de alguma extensão do domínio (ou do domínio relevante). Portanto, para que uma sentença quantificada tenha sentido, nós temos de ser capazes de entender a sentença aberta que está no escopo do quantificador. Segundo as regras convencionais da semântica de Tarski, a condição expressa por (λx) [Ralph acredita que x é um espião] é verdadeira unicamente sob a atribuição de Ortcutt como valor da variável. Mas, certamente se perguntássemos a Ralph se ele crê que Ortcutt é um espião, ele provavelmente diria que não. O problema de Quine, portanto, surge quando tentamos compreender a sentença aberta “Ralph crê que x é um espião” independente da maneira como Ralph crê em x . Quine conclui disso que nós devemos repensar a quantificação dentro de atitudes proposicionais, em virtude de sua falta de sentido e consequentemente de sua ininteligibilidade.

David Kaplan (Opacity, 1986) apresentou uma reconstrução do argumento de Quine:

(I) Uma ocorrência puramente designativa de um termo singular em uma fórmula é tal que o termo singular é usado apenas para designar o objeto. (Definição)

²⁰ Esses contextos eram assim nomeados em oposição ao termo 'transparente' usado por Russell em seu apêndice C do *Principia*.

(II) Se uma ocorrência de um termo singular em uma fórmula é puramente designativa, então o valor de verdade da fórmula depende apenas daquilo que é designado pelo termo singular e não do modo como é designado. (Segue-se de I)

(III) Variáveis são artifícios de referência pura; a ocorrência de uma variável livre deve ser puramente designativa. (Semântica standard)

Notação: vamos assumir que Φ seja uma fórmula com uma única variável livre x e $\Phi\alpha$, $\Phi\beta$ e resultem da substituição de x em Φ respectivamente pelos termos singulares α , β , assim:

(IV) Se α e β designam o mesmo objeto, mas $\Phi\alpha$ e $\Phi\beta$ têm valores de verdade distintos então as ocorrências indicadas de α em $\Phi\alpha$ e β em $\Phi\beta$ não são puramente designativas. (Segue-se de II)

(V) α e β são termos singulares co-designativos, mas $\Phi\alpha$ e $\Phi\beta$ têm valores de verdade distintos. (Hipótese) γ é uma variável cujo valor semântico é o objeto co-designado por α e β . (Hipótese)

(VI) γ é uma variável cujo valor semântico é o objeto co-designado por α e β . (Hipótese)

(VII) Ambos $\Phi\alpha$ e $\Phi\gamma$ ou $\Phi\beta$ e $\Phi\gamma$ diferem em valor de verdade. (Segue-se de 6, desde que $\Phi\alpha$ e $\Phi\beta$)

(VIII) A ocorrência indicada de γ em $\Phi\gamma$ não é puramente designativa. (Segue-se de VI, VII e IV)

Assim, Quine crê que a quantificação dentro de contextos intensionais ou ainda dentro de verbos de crença não é possível. Como consequência desse problema lógico sintático Quine extrai uma conclusão semântica²¹, que a crença *de re*, como concebida, leva a atribuir crenças contraditórias a agentes linguísticos competentes e racionais. O que o leva à conclusão que Ortcutt nem satisfaz nem falha ao satisfazer a seguinte frase:

16) “Ralph acredita que x é um espião”.

De modo similar, a frase “Ralph acredita que ele é um espião”, com o pronome “ele” designando Ortcutt não é verdadeira nem mesmo falsa, independentemente de como Ortcutt é descrito. Ortcutt satisfaz (16) sob a descrição “o homem de chapéu marrom” (substituindo x), mas não satisfaz (16) sob a descrição “o homem visto na praia em t ”. O único significado da variável é o indivíduo atribuído a ela como valor.

Mas o que isso significa? Isso significa que mesmo que um falante tenha uma representação de, ou uma interação com um objeto x , de modo tal que possamos admitir que esse falante tenha um pensamento *de re* sobre x , ainda será possível para esse falante ter duas representações de, ou duas interações com esse mesmo objeto e não compreender que em ambos os casos trata-se do mesmo objeto x , (KAPLAN, 2013). De certa forma, Quine está aqui apresentando uma objeção à ideia de Russell de que não

²¹ “Ele [Quine] argumentou que a quantificação dentro de um contexto não extensional (“opaco”) é sem significado, de fato, semanticamente incoerente.” (SALMON, Three Perspectives on Quantifying In, p. 65)

seria possível se enganar sobre um objeto com o qual tivemos contato cognitivo ou *acquaintance*²².

Ainda assim, ao mesmo tempo que Quine reconhece não ser possível quantificar dentro de verbos de atitude proposicional, ele também reconhece que não podemos abandonar a locução “Existe alguém que Ralph crê ser um espião” $\exists x$ (Ralph crê que x é um espião) ou qualquer outra sentença da forma “Existe alguém que a acredita ser F ”, que nada mais é do que uma quantificação *in*, i.e., uma quantificação de fora para dentro de um verbo de atitude. Quine diz que nós estamos escassamente preparados para sacrificar construções relacionais como essa. (Quine, 1956, p. 179).

É importante salientar nesse ponto, assim como notou David Kaplan em „*Opacity*“, que “Quine não duvida que a quantificação em contextos de atitudes proposicionais tenha sentido epistemológico” (Kaplan, 1985, p. 230). A dúvida que gera todas as manobras simbólicas operadas em (Q&PA) não é uma dúvida que subjaz à epistemologia presente na compreensão de „Existe alguém que a acredita ser F “, caso contrário não faria sentido toda a reformulação posterior²³. O problema é que Quine considera a notação usual problemática, devido, como vimos no capítulo anterior, ao problema gerado entre quantificação e verbos intensionais como “crer”.

17) $\exists x$ (Ralph crê que x é um espião)

²² Ideia que, como vimos, era defendida por Russell ao menos no período entre 1905 e 1910, quando ele ainda considerava que objetos como Mont Blanc podiam fazer parte do conteúdo de nossos pensamentos.

²³ A dúvida sobre a plausibilidade lógica não ameaça a plausibilidade epistêmica, pois a formulação problemática atribui a Orcutt a propriedade de ser acreditado por Ralph ser o espião. Embora Ralph não acredite, ou suspenda a crença de que Orcutt é um espião, Quine aceita que existe alguém que Ralph crê ser um espião. De fato, ainda que Ralph não saiba quem é o espião, ou saiba apenas que ele estava usando um chapéu marrom, ainda sim, é perfeitamente plausível assumir que existe alguém que Ralph crê ser um espião. A crítica de Quine é construída como uma crítica a um problema lógico/epistêmico, pois não é um problema da lógica em si, ou do cálculo de predicados de primeira ordem, mas um problema relativo à formalização de atitudes proposicionais. O problema puramente epistêmico envolve a crença *de re*, pois, para Quine não faz sentido dizer que A crê que B é F , independente de como B é apresentado a A . Esse problema gera como consequência os problemas lógicos presentes em sua formulação. Já, dizer que existe alguém que Ralph crê ser um espião, não é em si epistemicamente problemático, mas como envolve quantificação *in*, é importante reajustar a notação, pois, no caso de uma atribuição de valores, é preciso ter noção do tipo de crença que está em jogo.

O ceticismo de Quine reflete em dois âmbitos, um metafísico, derivado da desconfiança sobre a suposta relação entre quantificação *in* e um inevitável compromisso com o essencialismo aristotélico; o segundo é um problema lógico da satisfação de fórmulas abertas dentro de contextos intensionais. O que inclui tanto contextos epistêmicos quanto contextos modais²⁴. Portanto, Quine não desconfia da plausibilidade epistêmica dessas construções, mas sim, da plausibilidade lógica e metafísica delas. Quando ele diz que nós não estamos preparados para abandonar esse tipo de construção, ele quer dizer simplesmente, que: sim, faz sentido dizer que „há alguém que *a* acredita ser *F*“. É dito por alguns autores como Kaplan (1969, 2013) e Salmon (1995), que concordam que a manobra de Quine é uma manobra sintática em virtude de uma noção epistêmica, “Quine utilmente (embora desnecessariamente) fornece diferentes formas sintáticas para os distintos conceitos subjacentes.” (Kaplan, 2013)

A partir de então, Quine se vê em um dilema: por um lado, a quantificação *in* apresenta o problema de atribuir crenças contraditórias como vimos “Ralph sinceramente crê que Ortcutt é um espião e Ralph sinceramente não crê que Ortcutt seja um espião”; e o outro lado do dilema é que também não podemos simplesmente abrir mão ou ignorar a ideia que “existe alguém que Ralph crê ser um espião”, pelos motivos que vimos no parágrafo anterior.

A estratégia de Quine então é regimentar formalmente crenças nocionais e relacionais evitando problemas de ordem e distinguindo-as de um modo essencial²⁵. Quine apresenta sua estratégia em duas etapas: na primeira estratégia, Quine, assim

²⁴ Ver “*Three Grades of modal involvement*” (1953).

²⁵ Quine supõe uma divisão fundamental entre esse dois tipos de crença, nocional e relacional, ainda assim, Kaplan, Sosa e outros tomaram a definição de crença relacional ou *de re* em Quine como uma crença redutível a crenças *de dicto*. Veremos como no próximo capítulo.

como Russell, aceita intensões e trata atitudes proposicionais como uma relação entre um agente epistêmico²⁶ e uma certa intensão, embora ele não simpatizasse muito com intensões. A diferença nesse ponto entre Quine e Russell é que Quine toma a atitude proposicional como uma relação cognitiva, dois tipos de crença diferentes. Em uma passagem bastante conhecida ele diz “Intensões são criaturas das trevas, e eu irei regozijar-me com o leitor quando elas forem exorcizadas” (1956, p. 180). Mas, Quine, seja por questões pragmáticas ou por uma mera questão de facilidade de exposição de suas ideias, faz um pacto com as tais criaturas das trevas. Ele diz “mas primeiro eu quero apresentar certos pontos com a ajuda delas” (*Ibid*, p. 180). Ele se utiliza por um momento de intensões para propor uma primeira etapa de sua proposta, a de arregimentação das construções envolvendo quantificação *in*, mas, desfazendo-se delas em uma etapa posterior.

Deste modo, ambas as construções nocionais e relacionais são, em um primeiro momento, concebidas como intensões. Uma construção nocional (*de dicto*) é entendida como uma intensão de grau 0 ou proposição, e uma construção relacional é compreendida como uma intensão de grau 1 ou superior. Intensões (Φ) de grau n tal que ($n \geq 1$) podem ser representadas por $\lambda x (\Phi x)$ ²⁷. Quine reescreve (12) e (13) da seguinte forma:

18) $B_N(\text{Ralph}, (\exists y) (y \text{ é um espião}))$.

19) $(\exists y) B_R(\text{Ralph}, \lambda x (x \text{ é um espião}) y)$.

²⁶ Um agente epistêmico é simplesmente alguém a quem podemos atribuir crença. O que não implica necessariamente que precisa ser uma pessoa. Voltaremos a tratar disso adiante.

²⁷ Originalmente a crença relacional oferecida por Quine era representada por z (z é um espião) onde Φ em nosso exemplo representa „é um espião“.

Nestes exemplos $\lambda x (\Phi x)$ é uma propriedade ou intensão de grau 1. Mas intensões de grau mais elevado podem ser especificadas da mesma forma, i.e., $\lambda xz (x$ denunciou $y)$, de grau 2, pela prefixação de variáveis múltiplas:

20) Catulo acredita que $\lambda xz (x$ denunciou $y)$ de Cícero e Catilina.

Essa estratégia permite a Quine retirar a variável livre de dentro do escopo do verbo intensional para fora desse contexto e expressar que “Existe alguém que Ralph acredita ser um espião”, sem quantificar dentro da atitude proposicional. Devemos nesse caso reconhecer a relação triádica entre Ralph, a intensão ou propriedade de ser um espião $\lambda x (x$ é um espião). Ambas as sentenças, tanto em sua leitura *de dicto*, quanto em sua leitura problemática *de re*:

21) Ralph crê que o homem de chapéu marrom é um espião (*de dicto*);

22) Ralph crê de Ortcutt que ele é um espião;

podem ser traduzidas em:

23) B_N (Ralph, o homem de chapéu marrom é um espião) (que representa o sentido nocional, *de dicto*, que é na verdade uma crença diádica)

24) B_R (Ralph, Ortcutt, $\lambda x (x$ é um espião)). (que representa a crença relacional, *de re*, que é na verdade uma crença triádica).

A sentença (23) representa uma relação diádica, i.e., uma relação entre Ralph e a proposição que „Ortcutt é um espião“. Já a sentença (24) representa uma relação triádica, i.e., entre Ralph, Orcutt e a intensão λx (x é um espião).

A distinção de Quine entre crenças nocionais e relacionais foi habilmente incorporada dentro de uma análise unificada e sistemática. No sentido em que as noções de „proposição“ e „predicado“ são definidas em termos da lógica extensional de primeira ordem, onde o símbolo para uma letra predicativa P^0 , i.e., uma letra predicativa de grau 0, representa uma proposição, e uma letra predicativa P^n ($n \geq 1$) representa uma propriedade ou relação de grau „n“ (quando $n > 1$). Assim, em uma sequência de letras predicativas começando a partir de P^0 e seguida por P^1 , P^2 , P^3 ... nós podemos representar ordenadamente dois ou mais tipos de objetos abstratos, como proposições, propriedades e relações, em qualquer grau que quisermos. Assim, a partir de uma analogia com a lógica extensional de primeira ordem, é possível, nessa etapa da formalização, oferecer um tratamento de pensamentos e intensões com seu novo aparato técnico, onde os operadores intensionais (*that-clauses*) são relações n-ádicas ($n \leq 1$).

O tratamento dado para os dois tipos de crença (nocional/relacional) era apenas o primeiro passo para a abordagem de Quine das atitudes proposicionais. Mas ainda há dois problemas a ser resolvidos: 1) mostrar em que sentido a nova notação não envolve a contradição aludida em (15) e 2) eliminar as entidades intensionais de novo discurso.

A nova notação que agora permite a Quine expressar o sentido de (13) é

25) $\exists y$ (Ralph acredita λx (x é um espião) de y)

Dessa forma, Quine é capaz de evitar a contradição entre:

26) Ralph acredita que Ortcutt é espião

27) Ralph acredita que é falso que Ortcutt é um espião

justamente, trocando o escopo da negação com o auxílio de sua nova concepção sintática e notação e usando as entidades intensionais que o auxiliaram nesse estágio, Quine reescreve :

28) Ralph acredita que [λx (x é um espião) de Ortcutt)]

29) Ralph acredita que [λx (x não é um espião) de Ortcutt)]

A diferença é que nesse caso não obtemos a contradição que ameaçava a locução “Existe alguém que Ralph acredita ser um espião”, pois, não é possível nesse momento derivar “ $\exists x$ (Ralph acredita que x é um espião & Ralph não acredita que x é um espião)”. Isso se deve ao fato de que a intensão “ λx (Φx)” toma para si a opacidade que antes abrangia todo o contexto, e o termo singular agora não está mais em uma posição referencialmente opaca, “em cada caso, o termo que nomeia a intensão (seja proposição, atributo ou intensão de alto grau) deve permanecer *isolado*²⁸ como referencialmente opaco” (QUINE, 1956, p.181).

De um exemplo como (30):

30) Catulo acredita que Cícero denunciou Catilina,

²⁸ Minha ênfase. Enfatizei para mostrar que é explícito em Quine que apenas o nome da intensão toma pra si a opacidade da locução.

não se pode concluir (31),

31) Catulo acredita que Túlio denunciou Catilina,

desde que Cícero = Túlio, e que Catulo não sabe disso. Por outro lado, pode-se concluir de (32),

32) Catulo acredita λy (y denunciou Catilina) de Cícero

que (33),

33) Catulo acredita λy (y denunciou Catilina) de Tulio

e também (34),

34) $(\exists x)$ (Catulo acredita λy (y denunciou Catilina) de x)

Da mesma forma, de (34) pode-se inferir (35),

35) $(\exists x) (\exists y)$ (Catulo acredita $\lambda w z$ (w denunciou z) de x e y)

As variáveis, paradigma de expressões puramente referenciais, estão fora do escopo do nome da intensão $\lambda y z$ (y denunciou z), por isso fica permitido fazer essas operações.

Vamos pensar agora na estratégia geral de Quine: ele apresenta uma questão: é possível dizer que Ralph acredita que alguém é um espião, independentemente do modo como esse alguém é representado? Ele vai responder que não, pois admitir isso implica poder quantificar dentro de contextos opacos, o que Quine está seguro ser um mau negócio, pois esse tipo de quantificação é, como ele mesmo diz, sem significado. Contudo, vendo-se forçado a reconhecer que existe alguém que Ralph crê ser um espião, ele vê a necessidade de apresentar uma notação sintaticamente distinta para representar exclusivamente esse tipo de atribuição de crença a Ralph. E assim, diz que essa crença é uma relação ternária entre Ralph, Ortcutt e o nome da intensão, que arca com a responsabilidade de assumir pra si a opacidade: “nossos nomes de intensões e apenas esses, são os que contam como referencialmente opacos” (*Ibid.* p. 181).

Essa estratégia de Quine ficou conhecida como *exportação irrestrita*: a ideia que podemos substituir livremente termos singulares nesses contextos através de inferências lógicas e da generalização existencial. No entanto, ele não pretende apenas lançar um modo de permitir a quantificação e evitar a opacidade de certas construções lógicas, ele também pretende com sua notação manter a rastro (*keep track*) das inferências lógicas (as inferências e as generalizações envolvidas):

Não se deve supor que a teoria que eu tenho examinado é apenas uma questão de permitir quantificação desenfreada dentro de contextos de crença, a partir de uma mudança legalizada de notação. Ao contrário, a escolha crucial recorre em cada ponto: quantifique se você quiser, mas pague o preço de aceitar situações do tipo (11)²⁹ [15] com respeito a cada ponto que você escolher quantificar. Em outras palavras, distinga como você quiser entre posições referenciais e não referenciais, mas mantenha o rastro, para tratar cada tipo apropriadamente. (*Ibid.*, p. 182)

Resumindo, Quine alega não fazer sentido pensar que Ralph acredita que o homem Ortcutt, independente de qualquer descrição, ou de qualquer modo de

²⁹ A frase número (11) de Quine corresponde à frase (15) deste trabalho.

apresentação, é um espião. Quine também rejeita em (Q&AP) qualquer tipo de critério geral que estabeleça condições para a substituição, e conseqüentemente para pensamentos singulares³⁰. Assim, sua notação libera a quantificação de fora do escopo do verbo intensional (acredita que), mas não oferece um critério para substituições, i.e., ela serve principalmente para marcar ou assinalar que tipo de crença (relacional ou nocional), e assim, conseqüentemente, que tipo de inferência está em jogo. Ralph plenamente acredita que alguém é um espião, por acreditar que o homem de chapéu marrom é um espião, e de fato aquele alguém é Ortcutt. Quine então propõe substituir a construção supostamente incoerente “ $\exists x$ (Ralph crê que x é um espião)” pela sua notação triádica “ $\exists x$ (Ralph λy (y é um espião) x)” liberando assim a substituição e a generalização existencial, mas também a exportação irrestrita³¹.

Quine defende a exportação irrestrita, que permite atribuir atitudes proposicionais e trocar livremente os termos singulares envolvidos. Quine aceita isso e conclui que, nesse sentido, podemos tanto atribuir crenças expressando atitudes proposicionais usando sentenças em outras línguas, como podemos atribuir atitudes a seres que sequer possuem uma linguagem:

Nós podemos tratar o medo que um rato possui de um gato como seu temor de uma certa sentença do inglês. Isto é pouco natural, porém não é errado. É um pouco como descrever um oceano pré-histórico percorrendo no sentido horário. (QUINE, 1956, p. 186)

Autores como Kripke (2011) atribuem essa ideia de Quine a seu ceticismo em relação a entidades semânticas, i.e., significados, e a uma certa dose de relativismo, erroneamente confundido na época com contextualismo. Não que Quine seja relativista, Quine está longe disto, mas o autor de *Dois Dogmas* afirma serem muito vagas *as*

³⁰ A substituição *salva veritate* era vista como condição para Pensamentos singulares.

³¹ “[...] exportação, que, para todos os propósitos práticos, nada mais é do que a generalização existencial dos lógicos (...) Hintika, J. *Sosa on exportation*, p. 491)

condições para exportação, ou para algum tipo geral de restrição sobre a substituição. Quine assume a exportação irrestrita devido à relatividade dos parâmetros que possam determinar a substituição *salva veritate* e assim a exportação.

Porém, alguns anos depois, em virtude das críticas de Sosa (Sosa, 1969), que veremos logo a seguir (capítulo 2.2), Quine aceitou um tipo de restrição que ficou conhecida na literatura como “saber quem” (*Knowing who*)³². Em outras palavras, a restrição de “saber quem” estabelece, basicamente, que, para podermos passar de (37) para (39), dado (38), que é uma premissa extra que determine que S um falante conhece α , assim:

36) $\exists!(\alpha)$

37) S acredita que α é F

38) S sabe quem é α

39) S acredita de α que ele(a) é F

Ainda sim, embora Quine aceite essa condição, ele continua cético em relação à possibilidade de um tratamento sistemático da exportação. Ele se pergunta sobre o que significa conhecer alguém, e conclui que isso é uma questão totalmente pragmática. Ora, afirma Quine, nós queremos a identidade de alguém, ora uma fotografia, ora nós temos as digitais, mas precisamos da imagem, ora nós temos a foto, mas precisamos do número do seguro social, e assim por diante. Não é possível fazer uma ciência cognitiva séria e avançar nossa compreensão sobre isso. Como se Quine sugerisse para que deixássemos de lado essas questões, por serem fundamentalmente pragmáticas. Kripke

³² Hintikka, (1962), Boer e Lycan (1986), Kaplan (1969) ³². Hintikka (1962) foi um dos primeiros a usar a noção como uma condição para a exportação, depois dele Kaplan (1969) toma algo similar em sua concepção de nome. Para Boër e Lycar, saber quem tem pouco ou nada a ver com pensamentos *de re*.

(2011) critica esse movimento e chama de falácia da lixeira (*westbasket fallacy*), dizendo que todo fenômeno da linguagem que não puder ser tratado de acordo com as regras gerais da semântica deve ser abandonado à lixeira da pragmática.

Quine é um behaviorista, e daí vem o sentencialismo que ele adota, sua compreensão da linguagem é puramente entendida em termos de resposta a elementos do ambiente. E, no caso da comunicação, a significatividade dos símbolos e dos sons é explicada como um refinamento dessas respostas em termos de interpretações de regras sobre símbolos e expressões (sentenças) e comportamento. Para Quine a mente age de maneira pragmática, i.e., a inferência operada em uma exportação é feita muitas vezes sem muita base, ou sem uma justificção.

Capítulo 2

O propósito deste capítulo é apresentar a crítica de Kaplan (1969) aos argumentos de Quine contra a quantificação dentro de contextos intensionais e contra a exportação irrestrita, i.e., estabelecendo uma condição (restrição) para a substituição e para a exportação. A quantificação dentro de contextos intensionais era importante justamente para mostrar que a substituição de expressões correferenciais dentro destes contextos era possível, o que, por sua vez, garantia a legitimidade de pensamentos *de re*³³. A exportação irrestrita, como Quine propagava, era uma consequência de dois fatores: 1) do fato dele aceitar a legitimidade de locuções como “Existe alguém tal que Ralph crê que esse alguém é um espião”, que é uma forma de quantificação *in*; e 2) de seu ceticismo sobre a substituição, que seria o passo seguinte, i.e., a interpretação ou atribuição das variáveis em (17). No início da segunda metade do século vinte pensamentos singulares tiveram destaque ocupando o foco das discussões em filosofia da linguagem. Em parte, esse destaque foi impulsionado pelos argumentos anti-descriptivistas de Kripke, da teoria causal da referência e da teoria da referência direta. Veremos, portanto, como as ideias de Kaplan e Ernest Sosa moldaram a discussão sobre pensamentos singulares.

Apresentaremos assim as ideias iniciais de David Kaplan na época em que este filósofo ainda era um fregeano, i.e., antes de ele desenvolver propriamente a sua famosa semântica para expressões demonstrativas e indexicais; e a filosofia de Ernest Sosa (1969), outro importante neo-fregeano que tenta mostrar interessantes reduções de

³³ Naquela época, isso se deve a Quine, a substituição de termos singulares correferenciais era o critério de pensamento *de re*. O que veremos a seguir (final da seção 2.3) é que a substituição salva *veritate* não pode ser um critério para pensamentos singulares, pois, atitudes proposicionais sofrem influência das crenças do ouvinte, o que impede atitudes de isolarem, sem influência externa, as crenças do agente da atitude ou da crença, e consequentemente impedindo-as de apanharem granularmente o pensamento do agente.

frases ou enunciados *de re* a sentenças ou enunciados *de dicto*, e as considerações, ora epistemológicas, ora conversacionais que influenciaram seus respectivos tratamentos das atitudes proposicionais.

A seção 2.1 deste capítulo está conectada com o capítulo anterior de três formas: 1) ela traz aspectos importantes da filosofia de Russell³⁴, a despeito de Kaplan ser essencialmente um neo-fregeano. Kaplan também acredita em uma espécie de *acquaintance*, que Kaplan chama de *raport*; 2) por apresentar uma objeção a Quine e a tese contra a quantificação *in*; 3) o mais importante, por apresentar a elaboração de uma noção, trazida da filosofia de Church, a noção de *nome mental*, fundamental para a proposta final deste trabalho, que consiste na caracterização da mecânica dos pensamentos singulares por meio do modo como a cognição trabalha a informação em certas operações trabalhadas na linguagem.

Na seção 2.2, veremos que Sosa discorda também da tese de Quine no sentido que o complemento de cláusulas-que em aberto não faz sentido, para Sosa faz sentido sim ser interpretado extensionalmente. Pois, embora não seja retoricamente ou conversacionalmente adequado certas atribuições, naqueles contextos em que a substituição ou a generalização é permitida, isso só se dá porque a condição é satisfeita objectualmente. A importância do trabalho de Sosa se dá por inúmeras razões. Mas, a principal delas, ao menos para este trabalho, está nos inúmeros exemplos fornecidos pelo filósofo para mostrar que a análise de atribuições de crença como crenças *de dicto/de re* variam de maneira não ordenada³⁵. Ao apresentar esses exemplos Sosa está

³⁴ Nathan Salmon faz uma leitura de “*Quantifying in*” que ressalta os aspectos neo-russelianos presentes nela: “nós temos uma desconstrução de *Quantifying in* e uma reconstrução dele, desta vez não em termos de um projeto neo-fregeanos, nem como um projeto neo-quineano, mas agora como um projeto neo-russelliano”.

³⁵ Sosa (1970) chama de contextual, mas, naquela época, a variação da referência de uma expressão em diferentes contextos era tratada como um fenômeno puramente pragmático, i.e., que não podia ser tratado de modo sistemático. O que, descobrimos pouco mais de uma década depois, a partir dos trabalhos de Kaplan, que ao menos um grupo de expressões, expressões indexicais e demonstrativas, poderiam ser tratadas sistematicamente, dando um tratamento rigoroso para contextos.

mostrando, ao menos que há uma variação na noção de um termo singular, ou como ele coloca, com um termo distinto, que influencia nossas atribuições de pensamentos *de re*, que Sosa conseqüentemente também vai negar, por ser um fregeano.

2.1 *Quantifying in* de David Kaplan

David Kaplan em seu inspirador artigo “*Quantifying In*” (1968) em grande parte motivado por quase uma década de estudo de (Q&PA) de Quine, e principalmente motivado pela filosofia fregeana, vai mostrar que não precisamos nem abandonar as entidades intensionais, como também podemos quantificar em contextos de atitudes. Kaplan interpretou a motivação quineana de tratar crenças *de re* e *de dicto* como crenças relacionais n-ádicas, que admitem graus de complexidade da intensão, sendo crenças nocionais (*de dicto*) relações binárias e crenças relacionais (*de re*) ternárias, como indicando que pudesse haver algum tipo de redução entre crenças *de re* em termos de crenças *de dicto*, i.e., uma redução do *de re* em termos do *de dicto*.

A primeira preocupação de Kaplan foi, então, lidar com a tese de Quine sobre a falta de significado da quantificação dentro de contextos não extensionais (opacos). Assim como Quine, a mais influente doutrina que determinou a filosofia de Kaplan, foi, provavelmente a visão fregeana sobre contextos oblíquos (*ungerade*). Porém, tanto Quine quanto Kaplan seguiram interpretações diferentes da doutrina. Kaplan tinha a compreensão que “o tratamento de Frege de contextos oblíquos é frequentemente descrito como um de acordo com o qual expressões em tais contextos denotam seus sentidos ordinários (...) más esta é uma forma ruim de colocar a questão” (Kaplan, 1968, p. 185). De acordo com Kaplan, há uma confusão entre dois princípios diferentes e conflitantes na teoria de Frege: (a) expressões em contextos oblíquos não têm suas

denotações ordinárias (que, para Kaplan é verdadeiro) (b) termos singulares em contextos oblíquos ferem seus sentidos ordinários (o que para ele é falso). Kaplan aceita o primeiro princípio e rejeita o segundo. Ele julga que o segundo princípio decorre, principalmente, de uma confusão sobre o entendimento de Frege de contextos citacionais, contextos envolvendo uma citação, as palavras de outra pessoa. De acordo com Kaplan, é possível mostrar que “o que é opaco para Quine é totalmente referencial para Frege”. (Kaplan, 1968, p. 187)

Agora vamos retornar a redução entre crenças relacionais e nocionais. Kaplan (1968) desenvolveu uma notação alternativa para “Existe alguém que Ralph crê que é um espião”. Kaplan estabeleceu condições necessárias e suficientes para quando uma crença *de dicto* implica uma *de re*. A versão de (32):

32) $\exists y$ (Ralph acredita λx (x é um espião) de y)

se torna, na notação própria de Kaplan em:

19) $\exists \alpha$ [Δ (α , Ortcutt) & Ralph $\mathbf{B}_N \Gamma$ α é um espião Υ]³⁶,

Onde „ Δ (α , Ortcutt)“ representa a relação de denotação, tal que „ α “ denota Ortcutt.

É claro, essa condição não é suficientemente restrita, desde que nós podemos inferir de:

20) Ralph acredita que $(\exists x)$ (x é espião),

³⁶ É digno de nota uma breve explicação a respeito das aspas empregues por Kaplan (*square quotes*). Diferente do uso mais comum das aspas simples, onde o que está em jogo na ocorrência de uma aspa simples é a própria expressão, com a ocorrência de uma expressão dentro das *square quotes* o que está em jogo é o significado (*meaning*) da expressão. A importância das *square quotes* é que elas permitem a quantificação sobre as expressões ocorrendo dentro delas.

e, da assunção que nenhum dois espões têm exatamente a mesma altura, que

21) Ralph acredita que o espão mais baixo é um espão,

E por exportação e generalização existencial nós podemos concluir que:

22) $\exists x$ Ralph acredita que (x é um espão).

Mas nessa época Kaplan não aceitava essa ideia³⁷. Isso não pode ser o caso, pois nós não podemos inferir do fato que “Ralph acredita que há espões” chegar à conclusão que “existe alguém que Ralph acredita ser um espão”, uma vez que qualquer um na posição de Ralph deve reportar isso imediatamente a ABIN³⁸.

Dessa forma, o próximo movimento de Kaplan é restringir ainda mais a exigência sobre a inferência da exportação. A restrição introduzida por Kaplan para evitar a inferência entre (20) e (22) apela à sua noção de representação. Pensamentos *de re* são caracterizados por serem expressos por uma expressão α que representa um indivíduo x de um modo especial. De acordo com Kaplan α representa x para Ralph “(simbolizado: $R(\alpha, x, \text{Ralph})$) se e somente se (i) α denota x , (ii) α é um nome de x para Ralph e (iii) α é suficientemente *vívido*.” (1968, p. 203) Na verdade α não é um termo, mas um conceito individual, como Salmon tem mostrado: “Estritamente falando, na análise de „Quantifying In“ o nome vívido α é, em última instância, não um termo, mas um conceito individual” (2003, p. 36, fn. 10) A ideia de Kaplan é que esses conceitos individuais, ou ainda nomes mentais, são como fotografias, i.e., deve haver uma conexão causal entre eles e o objeto representado. Assim, a versão final é esta:

³⁷ Como veremos a seguir (capítulo 3.1) Kaplan (1989)

³⁸ Ou, se você estiver nos EUA, obviamente deve se reportar ao FBI.

23) $(\exists\alpha) [R(\alpha, \text{Orcutt}, \text{Ralph}) \ \& \ \text{Ralph} \ \mathbf{B}_N \ulcorner \alpha \text{ é um espião } \urcorner]$.

Portanto, dizer que Ralph tem uma crença *de re* (relational) sobre Orcutt ele mesmo, significa dizer que Ralph tem uma expressão em seu repertório lexical que designa Orcutt para ele; sendo assim, um nome vívido, uma clara representação/conceito de Orcutt; e denota Orcutt.

Assim, diferente da notação de Quine, a arregimentação de Kaplan é capaz de distinguir:

24) $\neg(\exists\alpha) [R(\alpha, \text{Orcutt}, \text{Ralph}) \ \& \ \text{Ralph} \ \mathbf{B}_N \ulcorner \alpha \text{ é um espião } \urcorner]$.

25) $(\exists\alpha) [R(\alpha, \text{Orcutt}, \text{Ralph}) \ \& \ \neg\text{Ralph} \ \mathbf{B}_N \ulcorner \alpha \text{ é um espião } \urcorner]$.

26) $(\exists\alpha) [R(\alpha, \text{Orcutt}, \text{Ralph}) \ \& \ \text{Ralph} \ \mathbf{B}_N \ulcorner \alpha \text{ não é um espião } \urcorner]$.

2.2 Sosa, Revisitando a Exportação Irrestrita.

Ernest Sosa em *Atitudes Proposicionais de Dictu³⁹ e de Re (Propositional Attitudes de Dictu and de Re)* (1970) argumentou que, de acordo com a noção de representação de Kaplan, não é possível apreender (*entertain*) pensamentos *de re* sobre objetos no futuro⁴⁰. Sosa apresenta o princípio de Kaplan de restrição sobre nomes de um modo sutilmente diferente, inspirado na noção de nome vívido que Kaplan propôs:

³⁹ No artigo de Sosa a grafia é *Dictu* e não *Dicto* como é comumente usado.

⁴⁰ Especificamente objetos que não existem, mas podem vir a existir no futuro, como crianças que ainda não nasceram, tendo elas já sido concebidas ou não, e festas que vão ocorrer em um futuro próximo. Kaplan posteriormente (*Dthat*, 1979) aceitou as críticas de Sosa, concedendo tanto pensamentos singulares sobre crianças que ainda não nasceram, como seu exemplo de “Newman 1”, a primeira criança a nascer no século 21, ou até mesmo “o futuro presidente do Brasil”.

II. “*S* acredita sobre *x* que ele é *F* (acredita que *x* seja *F*) se, e somente se, há algum termo singular α e [um termos singular] β tal que *S* acredita que $\ulcorner \alpha \text{ is } F \urcorner$, onde β (i) representa *x* para *S* e (ii) [β] toma lugar de α em sentenças na linguagem de *S* que expressa sua crença $\ulcorner \alpha \text{ is } F \urcorner$ ”⁴¹. (1970, p. 888)

O principal ingrediente da noção de um nome próprio para Kaplan, sem dúvida, mesmo sendo ainda naquela época um fregeano, é o conceito de cadeia causal. Similar à relação entre uma foto e o objeto acerca do qual a foto é uma “foto de” existe o que Kaplan chama de “caráter genético” (*genetic character*) de um nome: “O caráter genético de uma foto [e assim de um nome] é determinado pela cadeia causal de eventos levando à sua produção.” (1968, p. 1978) Esse ingrediente, de acordo com Sosa, é responsável por impedir que possamos apreender tais pensamentos sobre objetos futuros: “Suponha que um termo α “representa” a coisa *x* para o sujeito *S* dado que α denota *x* e é um nome vívido no repertório de *S*”. Sob esta concepção de representação, a noção II tem a indesejável consequência de que nós não podemos ter crenças sobre objetos no futuro⁴².

Sosa apresenta um caso que, para ele, sugere fortemente que podemos sim pensar sobre objetos futuros, caso contrário, diz ele, “isso tornaria a vida de um turista completamente intolerável. A maioria das coisas que um turista busca (*came across*) não seriam para incrementar as suas histórias internas (Sosa, 1970, p.) Imagine um turista que finalmente vai viajar para o Egito, um país que sempre teve vontade de conhecer pessoalmente. Esse turista já leu muito a respeito do Egito, e conhece sua história antiga e recente, já leu inúmeras reportagens, viu fotos e estudou mapas de

⁴¹ Assim como na construção de Kaplan, a substituição de termos no contexto intensional é o parâmetro fundamental da atribuição do pensamento *de re*.

⁴² Kaplan mais tarde aceitou a objeção.

lugares que pretende visitar e de outros locais. Sosa diz que esse turista não teria apreendido nenhum pensamento sobre onde vai visitar, o que, talvez um pouco dramático da parte de Sosa a vida desse turista se tornaria intolerável, essa foi uma objeção que Kaplan aceitou mais tarde. Kaplan nessa época (1968) ainda era bastante influenciado pela noção de *acquaintance*. Em *Dthat* (1987) ele já aponta para um tratamento mais liberal a aceita até mesmo que sejamos capazes de apreender e comunicar proposições sobre Newman 1.

Sosa então reformula a noção de Kaplan de nomes (formulação II), justamente a fim de estabelecer uma condição para pensamentos envolvendo objetos futuros, isso da seguinte forma:

III. *S* acredita sobre *x* que ele é *F* (acredita *x* ser *F*) se e somente se, existe um termo singular α tal que *S* acredita $\ulcorner \alpha \text{ é } F \urcorner$, onde α ambos denota *x* e é um *termo distinto*⁴³. (1970, p. 890)

Mas, o que exatamente é um termo distinto? Primariamente, ser distinto é, de acordo com o critério de exportação de Sosa, aquilo que corrige o critério de Kaplan e nos permite apreender pensamentos sobre objetos futuros. Segundo, assim como um termo vívido, um termo é distinto relativamente a um contexto, i.e., o que faz uma expressão contar como um termo distinto é, nas palavras de Sosa, “uma questão totalmente pragmática que muda radicalmente de uma ocasião para outra” (Sosa, 1970, p. 890). Sosa explica esse caráter alegando que “o que conta como um termo distinto é

às vezes indefinido” (890)⁴⁴, por outro lado, porém, às vezes, “ele é muito mais definido” (891). Há dois elementos a seguir envolvendo os exemplos de Sosa que são importantes e devem permanecer em mente: primeiro, que esses exemplos foram muito importantes e influenciaram decisivamente discussões futuras sobre atribuições de crença, especialmente crenças *de re*; segundo, esses dois exemplos que Sosa oferece para mostrar a relativização do conceito de distinção de um termo⁴⁵, devem ser tomados dentro de um plano geral de corroborar sua inclinação para aceitar o critério de exportação irrestrita.

Assim, acreditamos que o movimento de Sosa de alguma forma se baseia na ideia, que não está explícita em seu artigo, de que não há um método geral para restringirmos a exportação. Logo, não somos capazes de oferecer nenhum critério de corte para pensamentos singulares. Isso de alguma maneira o influenciou a acreditar que, de uma forma ou de outra, pensamentos são todos gerais, não há pensamentos singulares genuínos⁴⁶, o que implica que todo pensamento aparentemente singular (ou sintaticamente singular) pode ser reduzido a algum pensamento geral ou descritivo.

Sosa, então, apresenta seus exemplos para mostrar que o que conta como um termo distinto ora é completamente indefinido, ora é bastante definido. Seu primeiro exemplo envolve uma situação onde um sargento, depois de consultar seu superior, diz ao soldado de estatura mais baixa de seu pelotão: “Shorty⁴⁷, eles querem que você vá à frente” (890), seguindo as instruções de seu superior imediato. Entretanto a única coisa

⁴⁴ Essa ideia sobre indefinição ecoa Quine em dois sentidos, o primeiro é que isso faz com que Sosa aceite, como veremos logo a seguir, a tese da exportação irrestrita; o segundo é a forte tendência dos filósofos, na era anterior ao “*Demonstratives*” de Kaplan, de associar contextualidade à relatividade e indefinição.

⁴⁵ Que nada mais é do que a propriedade que uma expressão possui, dado um certo contexto, de informar o conteúdo de uma atribuição de crença.

⁴⁶ Veja Jeshion (2010), Recanati (2010) e (2012), Azzouni (2011) e principalmente Bach (1987).

⁴⁷ Acredito que Sosa usa esse termo “Shorty” como uma brincadeira com a estatura do soldado, uma espécie de apelido. Prefiro manter essa expressão a tentar traduzi-la.

expressa pela autoridade superior é que o homem mais baixo do pelotão vá à frente⁴⁸. O sargento tem um propósito/interesse, enviar alguém que cumpra uma missão, mas não qualquer missão, na verdade, uma missão que exige alguém baixo para realiza-la. E assim, comunica o desejo de seu superior, que “o homem mais baixo vá à frente”. Nós podemos nos perguntar: tem a autoridade superior algum tipo de representação ou algum modo especial de pensar sobre Shorty, ele mesmo, para inferir a exportação entre (27) e (29)?

27) A autoridade superior quer que \ulcorner o homem mais baixo do pelotão vá à frente \urcorner ,

28) Shorty, ele (a autoridade superior) quer que \ulcorner você vá à frente \urcorner .

29) $\exists x$ a autoridade superior quer que (x vá à frente),

Evidentemente, a autoridade superior não tem qualquer forma mais íntima de pensar sobre Shorty. Mas, embora não haja nenhum tipo de relação epistêmica especial conectando a alta autoridade e Shorty, Sosa alega:

“que isto é suficiente para a exportação: isto nos capacita a nos mover de 'o homem mais baixo do pelotão' para fora do escopo do verbo psicológico, e nos capacita a concluir que é verdadeiro do homem mais baixo que a autoridade superior deseja que ele vá primeiro.” (890)

30) $[\lambda x$ (a autoridade superior quer que x vá à frente), Shorty]

⁴⁸ Aparentemente, a autoridade superior tem um pensamento *de dicto*, “o homem mais baixo do pelotão”, mas “Shorty”, naquele contexto, expressa corretamente a atitude da autoridade.

A indefinição neste exemplo consiste no fato de outros termos singulares, de acordo com Sosa, poderem igualmente servir como um termo distinto. Assim, até mesmo expressões como “o homem mais rápido” ou “o homem mais forte” podem desempenhar esse papel⁴⁹.

No segundo exemplo, um investigador encontra uma pasta com documentos importantes o que fortemente sugere que seu dono é um espião. Assim, nós podemos atribuir, ao investigador, a crença ou, neste caso particular, o conhecimento que o dono da pasta com documentos é um espião. Mas, no momento quando o investigador encontra a pasta, o que ele não sabe é que está sendo observado por um cúmplice do espião dono da pasta. Vendo aquela cena seu cúmplice diz: “Ele [o investigador] sabe que você é um espião agora, você deve escapar” (891) O cúmplice conta ao espião que o investigador sabe que ele [o dono da pasta] é um espião. Assim, o cúmplice deseja comunicar que o investigador tem uma importante pista [a pasta de documentos] que pode leva-lo a descobrir a identidade do seu possuidor. Mas, esse também é um caso de indefinição⁵⁰, e talvez, para tentar manter alguma simetria com a indefinição relativa ao primeiro exemplo (aquele envolvendo Shorty), Sosa faz algo um tanto quanto artificial (ao menos se comparado com o primeiro exemplo): “o investigador suspeita que „o soldado dono da pasta“ é o espião” ou “„o colega (*fellow*) que possui essa pasta“ é um espião”. Assim, outras expressões como “o soldado dono da pasta” ou “o colega dono da pasta” podem servir tão bem para a exportação. Talvez o mais importante caráter desta situação seja o interesse do investigador sobre a pasta, ou mais propriamente, no

⁴⁹ Eu não acredito que este exemplo é tão indefinido quanto Sosa pensa. Pois, „o homem mais baixo“ é um termo distinto apenas em relação a esta situação, a missão que deve ser cumprida. Provavelmente esta missão exige alguém cujo tamanho seja relevante, e não sua velocidade [o homem mais rápido do pelotão] ou sua força [o homem mais forte do pelotão]. Eu estou inclinado a crer que, ao menos neste exemplo, que o caráter mais importante neste contexto são as especificidades da missão em questão e isto determina qual termo é um termo distinto.

⁵⁰ Embora esteja longe de ser uma explicação sólida, a indefinição presente neste caso.

seu dono. A moral da história é que, nesse caso, assim como no outro, diferentes⁵¹ (e assim indefinidas) expressões podem servir para a exportação.

Veja que, nesse caso, assim como no exemplo de Shorty, o investigador não sabe nada sobre o espião, exceto que ele é “o dono da pasta com documentos”, e, de acordo com Sosa, isto é suficiente para exportar \ulcorner o dono da pasta \urcorner para fora da cláusula „que“ (*that*-*clause*). Assim, o que conta como um termo distinto é indefinido, outros termos singulares como \ulcorner o soldado que possui a pasta é um espião \urcorner ou \ulcorner o sujeito (fellow) que possui a pasta \urcorner são tão apropriados quanto, simplesmente, \ulcorner o dono da pasta \urcorner naquele contexto⁵².

Mas, às vezes o que conta como um termo distinto pode ser perfeitamente definido, Sosa procura mostrar isso neste terceiro exemplo. Em um teste bastante simples, aplicado por um psicólogo a algumas crianças, é questionado “quem é o espião?”. Há quatro alternativas, incluindo “o espião mais alto”, que, obviamente é a resposta correta. Depois do teste, o espião mais alto aparece na sala e o psicólogo comenta que a maioria das crianças marcaram a alternativa correta, e elas sabem que \ulcorner você é o espião mais alto \urcorner ⁵³. Sosa aponta que é bastante claro qual o termo distinto, i.e., \ulcorner o espião mais alto \urcorner . Mas, neste caso, diferente dos anteriores, o termo distinto é bastante definido, pois, suponha que uma das crianças acredita que o espião mais inteligente é um espião, e ainda, que Edgar Hoover (que conta como uma das respostas na lista) é o espião mais inteligente. Até mesmo se a criança marca a resposta correta, “o espião mais alto”, acreditando que o espião mais esperto denota o espião mais alto,

⁵¹ “Indefinido” não no sentido do artigo indefinido como “um/uma”, mas no sentido de uma expressão que não possui um vínculo mais forte (semântico?) com a situação.

⁵² Aqui, novamente, eu não penso que isso conta como um exemplo de indefinição. Desde que o interesse é dirigido à pasta e seu dono, se nós não temos qualquer outra informação naquela situação sobre quem o dono da pasta é, se um soldado eu quem quer que seja, acrescentar qualquer complemento em “... que possui a pasta” na verdade não parece ser relevantes convincente para a indeterminação desse exemplo.

⁵³ Ainda que pareça pouco intuitiva, a afirmação de Sosa é que “o espião mais baixo” nesse contexto é muito mais definida, por exemplo, que o soldado mais baixo, pois no caso do espião a exportação, segundo Sosa, não seria permitida caso Edgar Hoover fosse a pessoa que algum dos alunos crê ser o espião mais baixo.

(para ele são a mesma pessoa), o psicólogo não pode dizer ao espião mais alto que a criança tem ele como o espião na lista. Nesse terceiro caso Sosa crê que, devido ao fato de não poder ser qualquer outra expressão que captura a atitude do aluno, isso faz de “o espião mais baixo”, nesse contexto, um caso definido de exportação.

A estranheza de alguns casos de Sosa é compartilhada por autores como Kripke (2011). A forma geral desses exemplos é a mesma: alguém [falante] diz a x [ouvinte] que S [agente da crença (*believer*)] acredita que ele [x, o ouvinte] seja F. Sosa sugere que as sentenças dos exemplos são incompletas e devem ser completadas pelo contexto, que “deve fornecer alguma indicação do tipo de termo singular (nome, descrição, indicador) "sob o qual" S acredita que x seja F.” (891) Mas, o que exatamente deve ser esta indicação? Pelo que vimos, parece que qualquer coisa que torne o termo distinto: uma missão em uma guerra; uma pasta possuída por um espião; um ítem em uma lista, e este é justamente o caráter pragmático da exportação.

Talvez, nesse momento, seja melhor não assumirmos uma leitura contextual simplesmente, mas distinguir o caráter contextual do pragmático. Mas, o que é um contexto? E, por que é tão difícil tratar propósitos e interesses como parâmetros de algum contexto?

Acreditamos que há dificuldades em ordenar interesses e propósitos, diferente de como nós ordenamos mundos possíveis, tempos, agentes e lugares. Interesses e propósitos são atitudes pragmáticas, variam enormemente sem conformidade com quaisquer regras aparentes, já mundos possíveis, tempos, agentes, e lugares são objetos que são enumeráveis. Há assim uma grande diferença entre aquele tipo de atitude e esses objetos: o primeiro enfrenta dificuldades e o segundo não. Em uma nota de rodapé Sosa escreveu que “sensitividade ao contexto de exportação não é maior do que aquela da referência demonstrativa ou de ambiguidades da predicação” (1970, p. 895, fn. 19).

Mas existe uma importante diferença aqui. É a diferença entre a sensibilidade ao contexto de demonstrativos e sensibilidade ao contexto da exportação⁵⁴. Para alguns filósofos⁵⁵, ser dependente do contexto é, basicamente, o mesmo que ser indefinido, i.e., não ter uma regra ou um modo calculável de atribuir um valor semântico à expressão de modo definido, ou ainda ter uma regra (caráter) radicalmente diferente em diferentes ocasiões. Entretanto, acreditamos que isto esteja errado.

Um contexto é uma ênupla ordenada incluindo ao menos um falante, um tempo, um lugar e um mundo possível. Para um termo demonstrativo como “eu” o principal parâmetro é o falante; para o termo “agora” o principal parâmetro é o tempo; para “aqui” o lugar, e assim em diante. E, talvez o mais importante, essas expressões são conectadas com seu parâmetro no contexto por meio de um significado linguístico⁵⁶.

Mas o mesmo parece não ser o caso de atitudes proposicionais e a relação com certas expressões em exportações, pois, às vezes o que conta como parâmetro em um contexto, para permitir a exportação, é uma pasta perdida, outras vezes uma missão a ser cumprida e outras vezes um nome em uma lista. Estes elementos não podem ser ordenados como parâmetros em um contexto ou alinhados como uma ênupla. Pense, faria sentido, além daqueles parâmetros como falante, tempo, mundo possível e lugar, colocarmos ao lado, impressões de DNA, retratos falados da polícia, pastas possuídas por agentes secretos, nomes em listas de textos para crianças e assim por diante? Há uma multiplicidade gigantesca de elementos distintos que poderiam contar como parte do contexto da exportação. Assim a exportação não pode ser considerada contextual e pragmática, a contextualidade não é um fenômeno pragmático, mas sim calculável⁵⁷. Ao

⁵⁴ No último capítulo mostrarei como lidar com o fenômeno da contextualidade da exportação da mesma maneira que lidamos com a contextualidade de indexicais.

⁵⁵ Sosa (1969), Quine (1956), e até mesmo Strawson.

⁵⁶ Aquela porção ou parcela do significado que não muda de ocasião para ocasião.

⁵⁷ Ainda que pareça envolver uma certa circularidade, dizer que esses outros elementos como impressão digital, DNA ou uma foto não possam ser parâmetros do contexto uma vez que a minha especificação de

nosso entender, Sosa dá uma sugestão valiosa, mas a executa mal. Ele diz que o fenômeno da exportação é contextual, mas tem uma noção de contexto que ecoa Quine e por isso aceita a exportação irrestrita. Veremos na última seção desse capítulo que a exportação, enquanto um fenômeno que se fundamenta na análise fornecida por atitudes proposicionais, é contextual, como afirmou Sosa, mas tem como parâmetro principal o background de crenças do ouvinte, e não do agente da crença. E isso é um problema terrível para as atribuições de crença das atitudes, pois, como ela mapeia aspectos comunicativos, i.e., parâmetros relativos ao falante e à audiência, atitudes proposicionais se mostram não sendo os melhores candidatos para apanhar ou modelar pensamentos *de re*.

Sosa, portanto, prefere a solução mais liberal e aceita a exportação irrestrita antes sugerida por Quine:

I. S acredita sobre x que ele é F (ou acredita x ser F) se e apenas se existe um termo singular α tal que S acredita $\ulcorner \alpha \text{ é } F \urcorner$, onde α denota x. (Sosa, 1970, p. 887)

Neste caso a objeção do espião mais alto retorna. Como Sosa trata este problema? Sua resposta é que embora pareça retoricamente equivocado (*rhetorically misleading*) dizer que “S acredita sobre o espião mais alto que ele é um espião”, é literalmente verdadeiro. Sosa compara isto com o caso onde parece errado dizer que S acredita que p , quando S na verdade sabe que p : “dizer que alguém acredita em alguma coisa parece errado quando a pessoa em questão na verdade sabe essa coisa” (Kripke, 2010 p. 337).

um contexto não envolve tais parâmetros, uma outra razão pode ser apresentada: esses elementos são muito específicos e não apresentam a generalidade exigida para um uso amplo. Vale lembrar que Kaplan difere contexto possível de uma circunstância possível em *Demonstratives*, e esses elementos são próprios de situações e não de contextos. Outra coisa que devemos ter sempre em mente é que contexto antes da publicação ou da circulação de *Demonstratives* era sinônimo de “relativo” ou sem regra.

31) Não parece apropriado dizer que “S acredita que p ” quando na verdade S sabe que p .

Ou seja, quando nós corrigimos alguém nesse caso, o que a pessoa disse não é falso, é literalmente verdadeiro, porque se alguém sabe que p , então esse alguém crê que p ⁵⁸. Sosa aposta que a mesma ideia por trás desse raciocínio se aplica ao caso do espião mais alto:

32) Não é retoricamente apropriado dizer que “S acredita do espião mais alto que ele é um espião”, quando na verdade é literalmente verdadeiro que “S acredita do espião mais alto ele é um espião”.

Sosa, assim, sustenta a tese da exportação irrestrita distinguindo verdade literal de adequação retórica, às vezes o que é literalmente verdadeiro não parece retoricamente apropriado, mas apenas *retoricamente*, e não literalmente falso⁵⁹.

Outros autores, especialmente Nathan Salmon (1986), vão compreender da mesma maneira casos de atribuição de atitudes que aparentam serem falsos. Ele diz que a aparente falsidade de “Lois Lane crê que Clark Kent é o homem mais forte do mundo” é apenas aparente. Além do mais, não podemos nos guiar o tempo todo por nossas intuições, por mais que seja intuitivamente clara a falsidade dessa atribuição, isso é ainda apenas uma intuição. Essa atribuição é literalmente verdadeira, mas retoricamente enganadora como sugere a ideia de Grice (1961) sobre implicaturas conversacionais, é apenas conversacionalmente adequado. Grice (1961) oferece o seguinte exemplo

⁵⁸ Isso decorre da definição tradicional de conhecimento enquanto crença verdadeira justificada e deriva de certas lógicas epistêmicas. Veja Hintikka, (1962).

⁵⁹ Isto remonta a violação da máxima de quantidade de Grice.

envolvendo a expressão “parece vermelho”: ainda que em algumas circunstâncias pareça apropriado dizer que algo “parece vermelho” (parece ser da cor vermelha), o que torna apropriada essa afirmação é que esteja tacitamente estabelecido que o objeto não é vermelho. Caso contrário, o ouvinte ou a audiência a quem foi dirigida essa afirmação sobre o objeto *o*, (o objeto que parece ser vermelho) com certeza diria, “por que, não é vermelho?”.

Entretanto, não vemos como isso possa garantir a legitimidade de atribuições como aquela feita a Lois Lane. Mas, a respeito desse impasse, como devemos nos posicionar, i.e., o que devemos considerar como literalmente verdadeiro nesse caso, que Lois Lane crê ou que ela não crê que Clark Kent é o homem mais forte do mundo? Devemos, em nossas mentes, dar voz a nossa intuição? Há algumas décadas atrás, havia um grande entusiasmo com a intuição, como se ela pudesse nos guiar com um grau significativo de confiança através de escolhas e opções diante de problemas filosóficos. Nos dias atuais essa confiança já não goza do mesmo prestígio, um certo grau de ceticismo paira sobre nossas investigações, e reduz nossas expectativas do que pode nossa intuição alcançar.

Algo sobre o qual nós acreditamos, que parece guiar a intuição de que, de fato, Lois Lane não crê que “Clark Kent é o homem mais forte do mundo” é *a autoridade epistêmica do agente da crença*. Temos nós o direito, mesmo contra as inclinações e disposições de um agente racional e competente, que nega crer que *p*, afirmar que, ao contrário daquilo que ele está inclinado ou disposto a negar, que ele, sim, crê que *p*? Não podemos confundir esse com casos de transparência semântica, aqui o que está em jogo é algo que talvez norteie princípios éticos, e que talvez sejam importantes para a filosofia da linguagem do direito e para a ética da comunicação⁶⁰. Vamos nos posicionar

⁶⁰ O tema “ética da comunicação” envolve problemas que gerariam debates extremamente férteis, e devem, sem dúvida, ser estudados. Por exemplo, um dos problemas mais básicos é como medir ou

a favor da ideia que não temos o direito de subjulgar a autoridade epistêmica de um agente, e, portanto que é falsa a atribuição “Lois Lane crê que Clark Kent é o homem mais forte do mundo”. Isso por uma questão de arquitetura ou engenharia da referência, i.e., para comunicar algo sobre algo a alguém de modo eficiente precisamos tomar como base as crenças do ouvinte, se eu quiser comunicar à Lois Lane que Superman é sensível (alérgico???) à kriptonita não é nada eficiente comunicar isso com a frase “Clark Kent é alérgico à kriptonita”, e também por outras razões que remontam à ética do discurso.

2.3 Pensamentos *De Re* x Atribuições de pensamentos *De Re*

Existe alguma diferença entre pensamentos *de re* e atribuições *de re*? David Kaplan (1986) classificou atribuições de crenças de duas formas: sintaticamente e semanticamente. Essa classificação gera duas formas de atribuições de crença *de re* e duas *de dicto*, i.e., uma crença pode ser semanticamente/sintaticamente *de re* ou semanticamente/sintaticamente *de dicto*. Semanticamente essa distinção surgiu como uma forma de acomodar aqueles casos em que o agente da atribuição não parece ter uma crença *de re* genuína sobre o objeto da crença, mas ainda sim, nós estamos aparentemente autorizados a usar uma atribuição cuja forma sintática espelha um pensamento *de re*⁶¹. Kaplan (2013) aponta que muitos filósofos, inclusive ele mesmo (em *Quantifying in*), seguiram Quine ao tomar que há dois tipos de crença, ou estados cognitivos, distinguidos por dois tipos de operadores sintáticos ou sentenciais que Quine (1959) chamou de crenças relacionais (*de re*) e aquelas que ele chamou de crenças

calcular a parcela de responsabilidade em um ato de comunicação? Quer dizer, quando duas pessoas estão conversando, e uma delas não entende o que foi dito, de quem é a responsabilidade pelo desentendimento? Do falante? Do ouvinte? Como dividir as tarefas em um ato de comunicação? Como a quantificação vai interagir com valor, quais as responsabilidades que cabem ao falante e ao ouvinte em um ato de comunicação?

⁶¹ Como nos exemplos de Sosa.

nocionais (*de dicto*). Já outros filósofos seguiram Russell ao tomar que havia apenas um tipo de crença, ou estado cognitivo, distinguidas por um único operador sentencial, Kaplan explica isso da seguinte forma: “quando o complemento sentencial contém uma variável livre, ou um “nome logicamente próprio” o operador é interpretado como representando uma crença *de re*, caso contrário ele é interpretado representando uma crença *de dicto*”. Portanto, a forma sentencial surge de modo natural na filosofia de Russell, que não pensa que há duas formas de crença. O que há são duas formas lógicas para as proposições que são os objetos da crença, proposições singulares e gerais.

Outros filósofos (SOSA, 170; SALMON, 1986) preferem argumentar que aquelas atribuições *de re* licenciadas envolvendo casos de crenças aparentemente *de dicto*, como o exemplo do soldado mais baixo, são sintática e semanticamente *de re*, ou ainda, que não há distinção entre a crença e a atribuição da crença. Assim, a suposta inadequação se dá por questões retóricas. Então, quando a forma retoricamente adequada assume a regra de uso nos casos corriqueiros, a aparente legitimidade desses usos é garantida por meio de implicaturas conversacionais.

A utilização de implicaturas conversacionais para licenciar casos de atitudes *de re* foi empregue por outros filósofos com um fim bastante semelhante. Salmon (1986) utilizou implicaturas para interpretar locuções como:

33) “Lois Lane não crê que Clark Kent é o homem mais forte do mundo”.

Desde que Salmon defende uma teoria estritamente Milliana, i.e., de acordo com a qual o objeto da crença, Clark, juntamente com a propriedade de ser o homem mais forte do mundo, são os únicos elementos componentes do conteúdo da afirmação, o resultado é que ainda que Lois negue acreditar em tal frase, como resultado de sua tese sobre

nomes, ela de fato crê. Assim, segundo Salmon “Lois Lane crê que Clark Kent seja o homem mais forte do mundo”, ela apenas não colocaria suas crenças com essas palavras (1986). Mas, então o que nos licencia a utilizar corriqueiramente a frase “Lois Lane não crê que Clark é o homem mais forte do mundo”? Salmon afirma que se trata de uma implicatura conversacional, i.e., ela é logicamente falsa, porque Lois crê que Superman é o homem mais forte do mundo, Superman é idêntico a Clark Kent, mas a atribuição é conversacionalmente adequada.

Bem, há alguns problemas com a teoria de Salmon, o mais saliente talvez seja o de contrariar nossas intuições linguísticas. Porém, intuições não são elementos muito confiáveis para a formulação de uma ciência cognitiva, pois intuições contrárias são frequentemente observadas em alguns problemas⁶². Então, o fato da ideia de Salmon contrariar nossas intuições não deve ser levado adiante, ao menos não nesse caso.

Há ainda um outro problema com a teoria de Salmon, talvez um problema que ameaça algo mais concreto do que uma mera intuição, o fato dele imputar ao agente da atitude uma crença que ele ou ela simplesmente não aceita. Salmon faz essa manobra para evitar atribuir ao agente da crença uma contradição, i.e., que Lois crê e não crê que Clark Kent é o homem mais forte do mundo, uma vez que Lois é considerada um agente linguístico racional e competente. O problema é que, de um lado Salmon, por considerar Lois uma agente linguística racional e competente, e que, portanto, não iria cair em uma contradição simples, propõe uma interpretação semântica que, por outro lado ignora sua reprovação sincera e refletida da frase “Clark Kent é o homem mais forte do mundo”. Por mais que Lois seja uma agente competente que sincera e refletidamente não aceite a frase em questão, Salmon diz que ela, na verdade, aceita. Ou seja, concorda que Lois é

⁶² Intuições costumam variar principalmente em relação àqueles casos envolvendo exemplos como “o espião mais baixo”, “o assassino de Smith”, “o homem de chapéu marrom”. Os filósofos da linguagem costumam discordar sobre se as atribuições nesses casos expressam proposições singulares ou proposições gerais, e não raro, apelam em algum ponto de sua justificação.

capaz de refletir e julgar sozinha suas crenças e inclinações, mas não aceita o resultado de seus juízos crenças e inclinações.

Toda a discussão sobre atitudes proposicionais e o alcance de pensamentos *de re* por meio de atitudes levou Sosa e alguns filósofos recentemente a assumirem, pelos motivos que vimos neste capítulo, atitudes proposicionais como contextualmente sensíveis. Porém, a sensibilidade a contextos, anterior ao trabalho de Kaplan com expressões indexicais, era vista essencialmente como um fenômeno pragmático, i.e., que não pode ser tratado sistematicamente ou à luz de alguma lógica. Mas, vamos analisar essa contextualidade novamente a fim de que possamos extrair um tratamento geral.

Qual o elemento presente em cada um dos casos aludidos por Sosa? No exemplo do soldado mais baixo o que licencia a exportação ou a substituição entre “o soldado mais baixo” e “você” (Shorty) é o fato do ouvinte, que aqui é o próprio soldado mais baixo, apreender a proposição expressa, tendo ele próprio como constituinte, ele só é capaz de compreender a substituição devido suas crenças conterem o nome (apelido) “shorty”, como designando ele mesmo. Portanto, foram as crenças do soldado que permitiram ou ainda, licenciaram a atribuição da atitude “ele quer que você vá a frente”.

No exemplo do espião com a caixa de documentos ocorre a mesma coisa, a cúmplice desse espião comunica-o que o detetive encontrou a caixa de documentos dele [do espião] e assim ele, o espião deve fugir. Bem, sintaticamente, a crença do investigador é reportada sob uma forma *de re*, “o detetive sabe que você é o espião”, mas tudo que o detetive sabe é que o dono da caixa de documentos é um espião.

Então, uma outra estratégia, não exatamente uma estratégia melhor, mas uma estratégia possível seria, ao invés de utilizar implicaturas conversacionais para compreender atribuições de atitudes proposicionais licenciadas como as que vimos até

aqui, pensemos esse fenômeno e fenômenos relacionados, como o da substituição ou coordenação de nomes em termos de habilidades cognitivas. E, ao invés de imputar relatividade às atribuições, podemos tomar que o parâmetro principal para licenciá-las são as crenças da audiência. Desse modo o que licencia uma atribuição do tipo “Lois Lane crê que Clark é o homem mais forte do mundo” é “Clark Kent” e “Superman” estarem coordenadas no repertório mental do agente, Lois. E o que licencia uma atribuição de crença como “eles sabem que você irá se atrasar” é que “o palestrante da noite” e “você” [neste contexto] estejam coordenadas no repertório mental do *ouvinte*. Contudo o repertório mental ou lexical de alguém, seja ele o agente da atitude ou uma audiência a quem alguma atitude seja reportada, é muito geral. Na próxima seção vamos apresentar o conceito de arquivos mentais, que modelam bem esse caráter da comunicação humana, e ao invés de falarmos de todo o repertório mental de alguém, podemos nos referir ao arquivo mental que alguém possui de certo objeto. Portanto, na seção seguinte, seção 3, vamos apresentar nossa compreensão daquilo que compreendemos por habilidades cognitivas, e com isso apresentar nossa visão sobre pensamentos singulares.

Capítulo 3 Arquivos Mentais e Cognição

Neste terceiro capítulo, apresentaremos uma imagem ou um esboço do que são pensamentos singulares e pensamentos descritivos. Como dissemos no início, faremos uso da noção de arquivos mentais, contudo, sugerindo algumas modificações no modo como autores recentes como François Recanati e Robin Jeshion os concebem. Pretendemos, com o recurso de arquivos mentais, apresentar uma distinção entre pensamentos singulares e pensamentos descritivos em termos de habilidades cognitivas

É comum esses filósofos tomarem arquivos mentais como um recurso unicamente de pensamentos singulares, i.e., apreender um pensamento singular é pensar através de um arquivo mental (JESHION 2010; RECANATI 2012). No entanto, essa visão⁶³ de arquivos mentais, que chamamos de visão *singularista estrita*, não deixa claro o que são pensamentos gerais, tornando assim, a distinção entre pensamentos gerais e singulares misteriosa. Vamos mostrar que a habilidade que nos permite manipular nossos pensamentos e que está vinculada ao uso que fazemos de arquivos mentais, é justamente o que nos permite pensar descritiva ou singularmente sobre o objeto.

Este capítulo, portanto, está organizado da seguinte forma: em 3.1 vamos apresentar a noção de arquivos mentais; em 3.2 vamos ver algumas das razões que são apresentadas para caracterizar a singularidade de arquivos; 3.3 analisar a teoria de Jeshion sobre a formação de pensamentos singulares, a relação de sua teoria com o instrumentalismo semântico, sua recusa ao conceito de acquaintance e sua recusa da ideia que podemos gerar pensamentos singulares espontaneamente; 3.2 apresentaremos

⁶³ Tomando emprestada a expressão de Recanati (2012), chamamos de “*visão singularista estrita*” a visão de acordo com a qual arquivos mentais fornecem o veículo de pensamentos singulares unicamente, ou seja, pensar através de um arquivo mental é necessariamente pensar um pensamento singular. Em outras palavras, de acordo com a visão singularista estrita não é possível pensar pensamentos gerais através de arquivos. Irei me opor e apresentar razões contra essa tese.

uma crítica à visão tradicional singularista, que inclui tanto a doutrina de Jeshion quanto à de Recanati, a crítica consiste em que essas visões obliteram a distinção entre pensamento singular e geral; Em 3.3 lançamos a hipótese de arquivos mentais enquanto veículos tanto de pensamentos singulares quanto de pensamentos gerais, mostraremos que talvez essa distinção possa ser explicada a partir daquilo que chamamos *estados computacionais da mente*. Em 3.4 mostramos como nossa proposta responde aos problemas que as teorias anteriores não conseguem responder e de que maneira ela alinha a noção de pensamento singular em relação às diferentes intuições suscitadas sobre casos estudados.

3.1 Arquivos Mentais

Arquivos mentais⁶⁴ funcionam como um postulado teórico em filosofia que representa estruturas cognitivas responsáveis pela organização e gerenciamento das informações que nós dispomos de objetos particulares, com os quais nós entramos em contato através da percepção ou da linguagem⁶⁵. Para cada objeto x com o qual entramos em contato, a cognição abre um arquivo, justamente para armazenar as propriedades de x , permitindo pensarmos sobre x , nos referirmos a x e acessarmos de modo eficiente aspectos ou propriedades de x ⁶⁶. Assim, através de arquivos a cognição

⁶⁴ A noção de arquivo mental surgiu na filosofia a partir dos trabalhos de Paul Grice (1969) e Peter Strawson (1974). Strawson, por exemplo, enfatizava o papel do gerenciamento de arquivos na comunicação linguística. Entender uma elocução consiste em incorporar ou integrar a informação que ela veicula dentro da visão de mundo (*worldview*) do sujeito, ou ainda, sua enciclopédia mental, consistindo de uma cadeia de arquivos mentais (STRAWSON 1971, 1974).

⁶⁵ Ou ainda em relação aquilo que David Lewis chama de relações de *acquaintance**. Embora o paradigma de relações de *acquaintance* seja, certamente, *acquaintance* ou contato perceptual, Lewis generaliza para relações de *rapport* epistêmico. Relações tais que podemos ter, por exemplo, com um anônimo que nos enviou uma carta, que podemos ter com a suposta pessoa dirigindo o carro que acabamos de ver estar passando na rua, com alguém sobre quem acabamos de ler uma biografia, com alguém que deixou pistas na cena de algum crime, etc.

⁶⁶ Que não necessariamente precisam ser verídicas.

não apenas armazena e retém aspectos de objetos no mundo, como é capaz de atualizar eventuais mudanças de propriedades que ocorrem com eles. De acordo com Jeshion (2010) e Recanati (2010, 2012) arquivos mentais mantêm juntas as informações dos indivíduos que eles são sobre e individualizam nossa perspectiva cognitiva deles. Através de arquivos mentais a cognição fornece uma organização sistemática de nossas crenças e pensamentos, armazenando e atualizando informações sobre objetos.

É comum entre aqueles que defendem arquivos mentais a ideia que eles cumprem, em filosofia da linguagem, uma das funções que sentidos fregeanos cumprem na semântica de Frege, i.e., são aquilo através do qual objetos podem ser representados e pensados, ou simplesmente, modos de apresentação⁶⁷. Arquivos mentais nos ajudam a relacionar as informações que nós temos dos objetos no mundo com as informações que nós empregamos para usar adequadamente a linguagem, para falar desses objetos e nos comunicar. Distinguir isso é crucial para entendermos fenômenos cognitivos como a contribuição de informações empíricas para o conteúdo daquilo que é afirmado⁶⁸, i.e., se essas informações têm, ou não, uma influência semântica ou meramente pragmática para o conteúdo de nossas afirmações⁶⁹. Recentemente a noção foi desenvolvida por Perry (1980, 2000, 2001), Bach (1987), Recanati (1993), Crimmins (1992), que assumem a semântica de arquivos mentais de modo não descritivo.

Devemos destacar, então, sobre arquivos mentais que eles 1) são formados a partir de certos componentes e 2) possuem certas funções. De acordo com Murez (2016) arquivos mentais são formados a partir três componentes: o arquivo ele mesmo como um particular mental, as relações de fixação da referência, e o conteúdo informacional do arquivo. Dentre as suas funções podemos destacar também três: singularizar ou

⁶⁷ Sentidos Fregeanos também determinam a referência, como uma de suas funções.

⁶⁸ Isso é importante no debate acerca da contribuição semântica de descrições em uso referencial.

⁶⁹ Por exemplo, na discussão a respeito da contribuição semântica de descrições definidas em uso referencial.

individuar nossa perspectiva cognitiva do objeto; facilitar nosso acesso às informações dos objetos acerca dos quais os arquivos são sobre; e nos auxiliar no reconhecimento dos objetos.

3.2 Arquivos Mentais e Modos não Descritivos de Apresentação.

No início, arquivos mentais eram tomados como desempenhando um papel descritivo no processo de pensar um objeto. Filósofos como Strawson (1965) e Grice (1969) acreditavam que pensar em um objeto através de um arquivo mental era similar a pensar um objeto a partir de um conjunto ou feixe de descrições definidas, assim, satisfatoriamente⁷⁰ (BACH, 1987). Hoje em dia, arquivos mentais são tomados como recursos ou veículos de pensamento singular (RECANATI, 2012). A ideia vem da junção da semântica dos termos singulares e demonstrativos com a teoria da percepção⁷¹. Demonstrativos e indexicais são paradigmas de referência direta, i.e., recursos de referência e pensamento que dispensam descrições definidas para esse fim.

O lócus da filosofia da linguagem dos últimos cinquenta anos tem sido o anti-descritivismo, a ideia que nomes próprios não se referem aos objetos nomeados por meio de descrições definidas, i.e., que um objeto não será a referência de um nome por ele satisfazer alguma condição ou conjunto de condições estabelecidas por meio de descrições definidas associadas. Da mesma forma, pensar em um objeto⁷² por meio de

⁷⁰ O objeto *o* deve *satisfazer* uma condição *c* a fim de ser o objeto acerca do qual o pensamento P é sobre.

⁷¹ Justamente naqueles casos envolvendo demonstrativos e indexicais perceptuais.

⁷² Pensar *em um* objeto é ter um pensamento sobre ele, i.e., pensar a respeito dele no intuito de predicar alguma propriedade dele. Pensar *um* objeto é concebê-lo mesmo sem formar uma proposição sobre ele. Aqui, em ambos os casos, trata-se do mesmo problema em jogo, pensar em um objeto com fins de predicar alguma propriedade dele ou simplesmente concebê-lo, pode se dar de duas formas diferentes, singular ou descritivamente. Portanto, a distinção entre pensar em um / pensar um objeto não introduz maiores complicações ao problema em jogo: uma teoria de arquivos mentais que represente de maneira mais equânime pensamentos singulares e pensamentos gerais, dado que a ortodoxia parece não ter meios de representar adequadamente pensamentos gerais ou descritivos.

um arquivo mental não significa pensar nele por meio de descrições, a função dele é justamente singularizar as informações acerca de um dado item da percepção ou do pensamento, e agrupar as informações sobre esse item.

Em um contato perceptual com um objeto, o sujeito pode pensar sobre o objeto demonstrativamente (aquela-coisa) estando ou não apto a classificá-lo corretamente em um dado tipo. Assim, arquivos mentais se formam como um recurso da cognição através da atenção dirigida ao objeto, e têm a função de recolher, atualizar e organizar informações sobre ele. Recanati (1993, p. 171-172) usa os arquivos mentais de Treisman (TREISMAN e GIBBS, 1992) para ilustrar o funcionamento de representações demonstrativas de particulares no pensamento. Seguindo Perry (1980), a referência entre arquivo e objeto não depende das propriedades ou categorias de informação pertencentes ao arquivo, mas sim da relação perceptiva com o objeto que dispara ou ativa a abertura do arquivo. Dessa forma a singularidade de arquivos mentais deve se amparar em algum mecanismo causal presente na percepção.

3.2.1 Singularidade de Arquivos Mentais fundada na singularidade de Arquivos de Objetos.

A singularidade de arquivos mentais consiste na propriedade de representar objetos singularmente. Por sua vez, essa capacidade é justificada com base em um conceito da psicologia, o conceito de arquivos de objetos (MUREZ 2016, QUILTY-DUNN 2016, JESHION 2010, RECANATI 2012). É justamente o conceito de arquivos de objetos que estabelece o mecanismo causal da percepção. Em psicologia, arquivos de objetos tem um papel importante na maneira como cientistas e pesquisadores da cognição interpretam fenômenos relativos ao processamento pré-consciente da visão, atenção e atenção seletiva (e.g., KAHNEMAN, 1992; PYLYSHYN 2007; CAREY

2009; JESHION 2010; JORDAN et al. 2010; RECANATI 2012; O'CALLAGHAN 2014; MUREZ & RECANATI 2016; ECHEVERRI 2016).

Arquivos de objetos são usados para caracterizar representações de objetos em um nível intermediário, entre processamento de caracteres sensoriais de baixo nível (*low level processing of sensory features*) e posicionamento de alto nível de objetos em categorias conceituais (MUREZ & RECANATI, 2016). Geralmente eles são caracterizados como um tipo de representação que satisfaz duas condições: 1) sustentar a referência de um objeto externo através do espaço e ao longo do tempo, e; 2) armazenar e atualizar (*stores and updates*) informação acerca das propriedades desses objetos. Na verdade há uma forte analogia entre arquivos mentais e arquivos de objetos, uma analogia que ambos Pylyshin e Recanati enfatizam. A analogia sugere que arquivos de objetos são precursores dos arquivos mentais que os filósofos falam a respeito em conexão com pensamentos singulares (MUREZ e RECANATI, 2016 p. 268).

A teoria da visão contemporânea distingue vários estágios do processo visual (KAHNEMAN, D. TREISMAN, A. & GIBBS, B. J. 1992). O primeiro estágio desse processo é chamado de visão primária (*early vision*). O sistema da visão primária é orientado a objetos. De acordo com Jeshion “objetos são as unidades mínimas que normalmente capturam nossa atenção visual”⁷³. (2010 p. 133) Nossa atenção visual é adaptada para selecionar e rastrear objetos. Nesse estágio somos capazes de focar a percepção sobre um objeto e fixar nossa atenção sobre ele sem o auxílio de meios conceituais de satisfação, i.e., não satisfacionalmente. Esse mecanismo é explicado através do conceito de arquivos de objetos.

Por sua vez, arquivos de objetos encontram sustentação na ideia de indexadores de objetos que nos permitem rastreá-los na percepção. Esses indexadores seriam

⁷³ O que não significa dizer que não possamos voltar nossa atenção para relações e propriedades.

responsáveis por iniciar ou abrir os arquivos. Pylyshin os chama de FINST"s, cuja sigla significa "*finger instantiation*". FINST"s são meios não conceituais de se referir a objetos⁷⁴, e assim, são comparados à referência demonstrativa, como um tipo de index visual ou um "apontar" que permite e auxilia o rastreamento de objetos no campo visual sem o auxílio de conceitos ou meios descritivos:

Embora não seja frequentemente reconhecido, nós, sob certas condições, representamos algumas coisas sem representá-las em termos de conceitos. Nós podemos nos referir a algumas coisas, como eu posso dizer, pré-conceitualmente. Por exemplo, na presença de um estímulo visual nós podemos pensar pensamentos tais como "aquilo é vermelho" onde o termo "aquilo" se refere a alguma coisa que nós selecionamos em nosso campo de visão, sem referência a qual categoria ele cai sob ou quais propriedades ele pode ter. Filósofos como Perry (1979) têm argumentado que demonstrativos são inelimináveis na linguagem e no pensamento. As razões para a ineliminabilidade de demonstrativos na linguagem e pensamento também se aplicam a representações visuais. Nós não apenas podemos representar cenas visuais em que partes não estão classificadas de acordo com alguma categoria, mas há boas razões para que ao menos algumas coisas possam ser referenciadas desse modo pre-conceitual. (PYLYSHYN, 2001 p. 12)

FINST"s e os arquivos de objetos que eles iniciam fornecem um fundamento pré-conceitual no sentido que ele é um "mecanismo causal bruto" ocorrendo nos primeiros estágios da visão (*early vision*) (PYLYSHYN, 2001, 147). Pylyshyn afirma que FINST"s são pré-conceituais, pois o mecanismo de fixação de referência é independente de qualquer descrição usada pelo sujeito para categorizar o objeto. FINST"s individualizam objetos particulares em nosso campo de visão a fim de detectarmos suas propriedades e dirigirmos nossa atividade motora a ele. Por estar na base da abertura de arquivos e do processamento pré-consciente de informação, um FINT fixa um objeto e permite, nesse estágio, referência não descritiva. A relação entre a representação e a coisa representada não é uma na qual a coisa satisfaz alguma descrição.

⁷⁴ FINST vem de "*finger instantiation*", conceito desenvolvido pelo psicólogo cognitivo Pylyshyn e corresponde a uma espécie de índice visual que desempenha um mecanismo na atenção que permite visualmente referir a objetos no mundo e acompanhar esses objetos, rastreando-os através do nosso campo de visão.

3.3 A Visão Singularista de Arquivos Mentais: problemas com a concepção sobre Pensamentos Descritivos

A visão singularista de arquivos mentais é a visão de acordo com a qual arquivos mentais são veículos unicamente de pensamentos singulares. Ela é endossada por Recanati (2012, 2016) e Jeshion (2010), que não apenas assumem arquivos como veículos de pensamentos singulares, mas também como a única forma de pensamento singular. Ambos sustentam que arquivos mentais são exclusivamente veículos de pensamentos singulares e que pensamentos gerais utilizam algum outro recurso que não arquivos: “Nós pensamos pensamentos singulares sobre indivíduos *se, e somente se*, nós pensamos neles através de um arquivo mental⁷⁵” (JESHION, 2010, p.129). As razões que levam cada um a pensar dessa forma são diferentes. Recanati acredita que arquivos mentais se formam na mente exclusivamente em virtude de entrarmos em contato (*acquaintance*) com o objeto. Jeshion, por sua vez, toma que arquivos mentais podem se formar sem que tenhamos tido contato com o objeto correspondente.

Contato cognitivo como *acquaintance* é aceito contemporaneamente ao menos em três formas: “alguém pode estar em contato com um objeto *o* por *percepção*, *memória*, e por meio de *cadeias causais*” (JESHION, 2010, p. 109) Podemos observar um pássaro em uma árvore, e assim estarmos em contato com ele; podemos, no dia seguinte ao que observamos o pássaro, nos lembrarmos dele e assim estarmos em contato novamente com esse pássaro; e também podemos ouvir de alguém que esteve em contato com esse pássaro particular, e através de uma cadeia de comunicação, ou simplesmente um elo dessa cadeia, entrarmos em contato com aquele pássaro particular,

⁷⁵ Minha ênfase.

e estarmos, assim, *acquainted* com ele. Jeshion, portanto, em conformidade com todos aqueles filósofos adeptos⁷⁶ a algum tipo de restrição de pensamentos singulares por *acquaintance*, afirma que cada um dos casos citados acima envolve um pensamento singular. Contudo, o terceiro caso, que envolve pensamentos singulares transmitidos através de cadeias de comunicação, levanta suspeitas sobre se a percepção ou *acquaintance* tem, de fato, um papel essencial sobre pensamentos singulares, i.e., que alguém deve ter tido contato epistêmico relevante com um objeto *o* para ser capaz de pensar singularmente sobre ele.

O argumento de Jeshion segue na seguinte linha. A ideia de uma cadeia de comunicação sustenta que um pensamento singular sobre *o* pode ser transmitido através de elos de comunicação que se estendem através de vários falantes. Por mais que seja exigido que aquele pensamento singular sobre *o* se origine a partir de um contato epistêmico inicial, i.e., que o agente linguístico na ponta inicial dessa cadeia esteja *acquainted* com o objeto, o que garante que os outros agentes que compõe os demais elos dessa cadeia também estejam *acquainted* com *o*? Jeshion defende que o agente no elo inicial dessa cadeia não desempenha qualquer papel essencial no mecanismo de transmissão, através da comunicação do pensamento singular em questão. O nome que ele usa não designa ou representa de forma especial *o*. Então, como esse falante inicial capacita os demais agentes que compõe os outros elos dessa cadeia a terem pensamentos singulares? Diz Jeshion que: “O que explica, e tudo que é necessário para explicar, porque um agente sem percepção [*non-acquainted*] pode pensar singularmente sobre *o* é que ele mentalmente usa uma ocorrência [*token*] de um nome que se refere a *o*” (JESHION, 2010, p. 110). Esse argumento repousa sobre a ideia que, nenhum elemento relevante desse contato epistêmico inicial do primeiro agente é transmitido

⁷⁶ Filósofos que aderem a *acquaintance* incluem Burge (1977), Donnellan (1979), Lewis (1979), Evans (1982), Boër a Lycan (1976), Bach (1987), Salmon (1988), Kaplan (1989b).

junto com esse pensamento através da cadeia. Assim, se o argumento de Jeshion estiver correto, deve haver um tipo de pensamento que é amplamente considerado singular e não depende essencialmente da *acquaintance*.

Mas, por que a *acquaintance* é tão importante? Como um contato epistêmico com um objeto *o* torna aquele pensamento sobre *o* um pensamento singular? Por que devemos tomar tão rigorosamente a noção de *acquaintance*? O que torna ela tão especial?⁷⁷ Seja lá o que ela for, de acordo com seus defensores, é ela quem estabelece a verdadeira diferença entre um pensamento singular e um pensamento geral, nós podemos dizer "o conteúdo". O conteúdo de um é singular, envolve um objeto; o conteúdo de outro é descritivo, pois envolve quantificadores e conceitos. Digamos que Leverrier colhesse muitas, mas muitas informações sobre Netuno, mas não conseguisse observá-lo diretamente, ele deveria ter ainda um pensamento geral, nenhum pensamento sobre Netuno seria singular⁷⁸. Se ele visse uma representação de dados em uma tela, dados esses que precisam ser interpretados, isso estabeleceria um contato com Netuno?⁷⁹ E se fosse uma foto tirada de Netuno ele ainda teria um pensamento geral? Podemos fazer um experimento mental da seguinte forma, digamos que Leverrier, então, aos poucos, colhesse cada vez mais informação indireta sobre Netuno, i.e., dos seus efeitos. Por mais que ele colhesse informação suficiente, de modo que não poderia ter falhado ao estabelecer a existência de Netuno, para poder pensar singularmente sobre esse planeta ele ainda precisaria de uma imagem dele? Mas o que a observação "direta" nos dá de tão especial para podermos, só assim, formarmos pensamentos singulares? Mais informação apenas, e não há nada de especial nisso. Talvez modos mais refinados de identificar aquele objeto. Mas, talvez por fotos também teríamos

⁷⁷ Hawthorn & Menley afirmam que a "*acquaintance* é um artefato desnecessário, uma indesejada relíquia de uma era passada da filosofia da linguagem".

⁷⁸ Na verdade os autores discordam, Salmon e Kripke concordam que Leverrier possui um pensamento singular sobre Netuno mas Donnellan discorda neste ponto.

⁷⁹ Da mesma forma que um médico tem de ser treinado para observar uma tela de raio-x.

aquele tipo de informação. Não pretendemos com isso dizer que a observação empírica não é importante para o conhecimento, apenas que, embora a experiência nos dê mais informação sobre o mundo, é apenas informação, e não é a informação ela mesma que faz de um pensamento um pensamento singular. Justamente porque um pensamento para o qual essa informação é essencial será um pensamento geral. Neste sentido seguimos Jeshion ao concordar que pensamentos singulares não dependem essencialmente de um contato epistêmico, *acquaintance*.

Jeshion e Recanati discordam, portanto, sobre a necessidade de *acquaintance* para pensamentos singulares. Mas, ainda assim, eles concordam que um pensamento singular é equivalente a *pensar através de um arquivo mental*, contudo, pensamentos gerais ou descritivos ficam em segundo plano. Jashion se prontifica a dizer unicamente que, “pensamentos descritivos ocorrem discretamente na cognição, desconectados de qualquer arquivo mental”. (JESHION, 2010, p. 129). Porém, quando não permitimos que pensamentos descritivos possam se estruturar conforme um arquivo mental, a própria noção de um pensamento geral ou descritivo se torna misteriosa. Pensamentos descritivos, nessa visão, carecem de explicação e fundamentação. Se pensamentos singulares são definidos como pensamentos que se dão através de um arquivo mental, como são definidos pensamentos gerais?

3.3.1 Objeção de Goodman à Visão Singularista de Arquivos.

Uma objeção à doutrina singularista de arquivos mentais foi apresentada recentemente por Goodman (2015). Lá, ela apresenta um caso envolvendo uma relação entre um arquivo mental e um objeto, no qual a relação entre eles se dá satisfatoriamente.

O caso que ela apresenta envolve um colecionador de arte que procura por uma peça de cerâmica que deve satisfazer certas características como cor, forma, textura, etc. Este colecionador está particularmente interessado em encontrar uma xícara de chá chinesa decorada com um padrão floral tradicional de uma certa época, com um certo peso e um grau específico de translucidez. O interesse desse colecionador em adquirir esta peça toma como exigência as condições que a peça deve satisfazer a fim de ser a peça que ele procura. Ou seja, são essas condições que irão ditar o seu comportamento, aquisição de crença e respostas emocionais. No início da busca o colecionador está feliz e otimista, procurando esta peça em lojas de antiguidade, mas, aos poucos, vai ficando frustrado à medida que sua busca não encontra êxito.

A análise de Goodman sobre esse caso a leva a assumir que esse coletor possui todo um corpo de crenças que ele é capaz de organizar, atualizar e revisar através do tempo (2015, p. 249). Goodman vê esse caso como uma objeção paradigmática tanto à condição de significação de Jeshion quanto à teoria tradicional de arquivos mentais. Pois, tudo leva a crer que temos um caso onde a cognição formou um arquivo mental, demonstrando, contra Jeshion, que a condição de significação pode se adequar a casos de pensamentos gerais.

A condição de significação de Jashion consiste de uma condição que quando é satisfeita permite alguém pensar um pensamento singular sobre um objeto *o*, inclusive na situação onde não estamos perceptualmente relacionados a esse objeto, i.e., quando não há uma relação de *acquaintance* com ele. A condição de significação de Jeshion diz respeito a uma certa situação onde o sujeito possui planos, projetos e estados afetivos direcionados a um objeto. Nesse caso, mesmo sem um contato perceptual com o objeto, a partir do momento que formamos planos, projetos e estados afetivos direcionados a ele, nossa cognição automaticamente abre um arquivo mental a fim de administrar

nossas crenças e conseqüentemente nossas futuras ações. Como vimos, de acordo com a visão singularista, um arquivo mental é um veículo exclusivo de pensamentos singulares, nessa acepção, arquivos mentais não envolvem condições descritivas em sua relação com o objeto.

Mas, no exemplo de Goodman o que ocorre é exatamente o oposto da teoria singularista, pois vemos aqui um caso onde tudo nos leva a crer que temos um arquivo mental, a partir do qual nosso colecionador organiza e atualiza suas crenças, seu comportamento e estados afetivos, mas onde o objeto é pensado por meio de propriedades e não singularmente. Goodman afirma: “este parece ser o caso em que o objeto do meu pensamento é significativo, mas, significativo apenas na medida em que ele possui certas propriedades, ou é um certo tipo de coisa” (2015, p. 249)⁸⁰. Para Goodman, tudo indica que possamos pensar descritivamente através de arquivos mentais⁸¹:

Primeiro, como já havia dito, a conexão que Jeshion estabelece entre significância e singularidade não se dá. Há casos em que a significância se combina com pensamento sobre um objeto meramente como o possuidor de certas propriedades. (GOODMAN, 2015, p. 251)

⁸⁰ Contudo parece haver um pequeno desvio aqui da discussão original, embora eu não queira dizer com isso que Goodman esteja errada em seu ponto principal. O desvio que parece ocorrer, a meu ver, sai da discussão sobre pensamento singular e pensamento geral, onde não temos certeza sobre se um pensamento qualquer sobre um objeto particular é de natureza singular ou geral, onde há um objeto específico, um particular, seja “o espião mais baixo”, “a mãe da criança adotada”, ou ainda “o urso que está rodeando o acampamento”. Mas o caso que Goodman apresenta parece se tratar de um item que, em si, é geral, como um conceito por exemplo. Tome o conceito de cavalo, um conceito que possui várias instâncias, é disso que trata o exemplo de Goodman, e esse é o desvio da discussão. Não há um e apenas um objeto que é tal e tal, ou uma xícara que é G, onde “G” representa uma abreviação de um conjunto de condições ou propriedades. Mas, em todo caso não parece que o objeto do meu pensamento é significativo na medida em que ele possui certas propriedades, ou que ele é um certo tipo de coisa, pois não há o objeto, no sentido de uma descrição definida que satisfaça uma condição de unicidade, mas sim um conceito e certas notas desse conceito, digamos assim. Mas Goodman apresenta uma sequência ao argumento, e nos pede para imaginar que o colecionador tenha recebido a informação de que há uma xícara como a que ele procura, na Itália. Nessa situação há todo um planejamento das ações voltadas para a obtenção da xícara, acontece que nesse caso o planejamento é para uma xícara específica, ele não está indo para a Itália atrás de qualquer xícara que satisfaça o conjunto de condições que ele procura. Para Goodman, mesmo que houvesse apenas uma xícara restante com as características buscadas pelo nosso colecionador, ainda assim, o estado interno de sua mente, certamente provocará pensamentos gerais.

⁸¹ Para Goodman arquivos mentais são veículos de pensamentos gerais apenas, portanto não se levanta a questão se a partir do mesmo arquivo mental eu posso pensar tanto singularmente quanto descritivamente ou se há dois tipos de arquivos mentais para podermos pensar de modo geral e de modo singular.

Goodman parece estar correta, seu exemplo estende a condição de significação de Jeshion para casos de pensamentos descritivos. Quando o colecionador do exemplo está procurando identificar a xícara que irá completar a sua coleção, ele certamente irá se pautar pelas propriedades do utensílio.

A objeção de Goodman não atinge apenas a necessidade da relação entre singularidade e arquivos mentais. Goodman vai além, e sugere⁸² que a própria noção de um arquivo mental enquanto veículo de pensamento singular pode estar em jogo. Assim, o que Goodman realmente está querendo dizer é que todo pensamento através de arquivos mentais tem de ser descritivo⁸³. Contudo, como veremos na seção 3.4 nossa interpretação de arquivos difere da interpretação de Goodman, permitindo que arquivos sejam veículos tanto de pensamentos gerais quanto de pensamentos singulares.

3.3.2 Reidentificação e Rastreamento de Alto Nível

Outra objeção à visão singularista de arquivos mentais vem de considerações sobre reidentificação e rastreamento de objetos em situações envolvendo processos cognitivos de alto nível⁸⁴ (CAREY & XU 2001). Testes baseados no rastreamento e reidentificação de um objeto que atravessa um painel que, por alguns instantes, impede a visão do objeto, mas reaparece do outro lado do painel, às vezes da mesma forma, às vezes com outra cor, às vezes em outra posição, sugerem que a reidentificação do mesmo objeto exige, em alguns casos, um processo cognitivo mais complexo e

⁸² Embora não desenvolva completamente neste artigo.

⁸³ Se esse for o caso ela precisa ainda mostrar que mesmo arquivos abertos através de contatos perceptivos são descritivos, nesse caso ela tem de objetar a relação entre arquivos mentais e arquivos de objetos concebidos através da noção de Kaheneman e dos FINST's de Phylyshyn.

⁸⁴ Processos cognitivos de alto nível envolvem tanto habilidades de reconhecimento de objetos, a partir de inferências abduativas, quanto habilidades linguísticas complexas.

elaborado envolvendo conceitos descritivos (CAREY & XU, 2001, p. 203). Assim, esses experimentos sugerem que a abertura e a manutenção de certos arquivos podem estar sujeitas a condições descritivas. Pois, o tipo de mecanismo empregue nesses testes, e em casos como o puzzle de Frege, por exemplo, não está sujeito às mesmas condições de arquivos fundados e sustentados exclusivamente por recursos cognitivos de nível inferior, como FINST's por exemplo, na percepção. A manutenção do arquivo não obedece apenas princípios espaço-temporais. Murez (2016) apresenta o seguinte exemplo:

Considere uma situação em que você identifica alguma criatura como Patrick, como resultado de um esforço de inferência abdutiva, i.e., “Eu estou em Ballarat⁸⁵. Aquela [criatura] é um velho e grande vombate⁸⁶. Todos estão o chamando de „wombassador“. Assim, ele deve ser Patrick⁸⁷.” Em termos de arquivos, o que abre [triggers] um certo arquivo, e faz você aplicar a algum indivíduo, é que, sob reflexão, ele parece satisfazer certas condições de abertura do arquivo, não aquelas condições pré-conceituais, que causam abertura automática devido a fatores espaço-temporais. (MUREZ, 2015, p. 24)

O exemplo de Murez, assim como o de Goodman, sugere que a relação entre um arquivo mental e um objeto, também pode ocorrer por meio de um mecanismo descritivo. De acordo com Murez, na verdade, há pouca evidência direta sobre a relação entre processos cognitivos de alto nível e aqueles de baixo nível, que operam no nível da visão i.e., entre arquivos mentais e arquivos de objetos. Jeshion (2010) estabelece a hipótese que a singularidade de arquivos mentais é parasitária de FINST's. Murez afirma que Jeshion não tem base empírica para estabelecer esta relação, diante disto ele mesmo busca apresentar algumas evidências indiretas. Ambos estão buscando traços ou evidências de referência perceptiva em processos cognitivos de alto nível. Murez chama

⁸⁵ Uma cidade próxima a Vitória na Austrália.

⁸⁶ Comum aos marsupiais da família dos vombatídeos, noturnos, herbívoros e escavadores, encontrados na Austrália e na ilha de Tasmânia, com até 1,2 m de comprimento e aparência de pequenos ursos, corpo pesado e membros curtos, cauda vestigial, dentição semelhante à dos roedores e dedos com garras.

⁸⁷ Patrick é o vombate mais velho e gordo do mundo, que reside em um zoológico na cidade da Ballarat na Austrália.

esse processo de verticalização de arquivos, uma vez que o que é buscado são traços de processos cognitivos de níveis inferiores em processos cognitivos de nível superior. Um exemplo disto, segundo Murez, é a relação entre a referência perceptiva e a referência discursiva, como nossa atenção se fixa em um objeto na percepção e como ela se fixa em um objeto na fala ou no discurso. Em outras palavras, toda a discussão está amparada na ideia de fundar a singularidade de arquivos mentais em arquivos de objetos.

Mas, há uma diferença, i.e., entre fundar a singularidade de arquivos mentais na singularidade de arquivos de objetos, e a relação entre a referência perceptiva e a referência discursiva. Justamente pelo fato de que “geral” ou “singular” não necessitam ser compreendidos como características dos próprios arquivos, mas apenas dos pensamentos eles mesmos.

Agora o que temos que nos perguntar é se a verticalização exige uma teoria de múltiplos arquivos para sustentar os diversos tipos de pensamento e processos cognitivos. Nesse ponto o que estamos nos perguntando é se a mente “abre” um arquivo distinto para podermos pensar descritivamente. Devemos crer que há vários tipos de arquivos distintos conforme a função ou tarefa que desempenhamos? Defenderemos uma resposta de acordo com a qual (cap. 3.4) desempenhamos através de nossas habilidades cognitivas diferentes funções sobre um arquivo mental⁸⁸, i.e., podemos dispor de mais de um arquivo mental a partir do qual desempenhamos diferentes tarefas através de certas habilidades cognitivas que possuímos. Assim, são nossas habilidades

⁸⁸ Goodman (2016 p. 17) defende que arquivos devem ser definidos em termos de uma certa regra funcional que eles desempenham na economia mental, e esta regra funcional – ou meio de organização mental – não deve ser associado exclusivamente seja com pensamentos descritivos, seja com pensamentos singulares, não há nada na noção de um arquivo que esteja essencialmente conectado a pensamento singular, e alguns arquivos atuais são usados para pensar pensamentos descritivos. Contudo, Goodman, diferente da teoria exposta aqui, defende que há arquivos descritivos e arquivos singulares, assim de certa forma a natureza semântica do pensamento, se ele é descritivo ou singular, é determinada pelo arquivo.

cognitivas que nos permitem utilizar o recurso de arquivos mentais para desempenhar diferentes tarefas como identificar, reidentificar, comunicar e compreender discursos sobre esse objeto.

Pensar um objeto, mesmo que descritivamente, seguindo Goodman, sempre envolve um arquivo mental. Imagine se você chega em um grupo de amigos e ouve alguém falando sobre uma certa pessoa que você não sabe a princípio quem seja. Você, como é uma pessoa comunicativa e educada quer participar da conversa, mas como não sabe de quem se trata, ouve paciente o assunto se desenrolar para se inteirar melhor. Em um determinado momento você pergunta a um colega que está ao seu lado sobre quem eles estão falando, e o seu amigo responde, que eles estão falando sobre o estudante que defendeu a tese naquela manhã. Bom, de início você já havia compreendido que se tratava de uma única pessoa, seus colegas usavam o indexical “ele” para se referir àquele que você acabou de descobrir ser “o estudante que defendeu a tese naquela manhã”. Você então começa a pensar no que foi dito para tentar descobrir se você conhece esse estudante. Repassa as informações em sua mente, “ele estuda sobre indexicais”, “ele gaguejou no início de sua apresentação”, “ele se saiu bem, apesar do nervosismo aparente”, etc. Podemos supor que estamos pensando *de dicto* sobre esse objeto sem maiores problemas. A única descrição definida que temos é “o estudante que defendeu a tese nesta manhã”⁸⁹.

Devemos supor como pensam Jeshion e Recanati, que nesse momento, quando pensamos sobre o estudante da conversa, que não temos um arquivo mental formado? Jeshion provavelmente diria que não há um arquivo mental, nós estamos pensando sobre o estudante de modo geral; já Recanati diria que talvez houvesse um pensamento singular, mas apenas de *Jure*, pois, nesse caso, parece que formamos um arquivo

⁸⁹ E previamente o indexical ele auxiliando a submissão das informações auferidas dentro de um único arquivo mental.

mental. De que outra forma nós reuniríamos as informações que ouvimos na conversa? A partir do momento em que tomamos as informações comunicadas sob a perspectiva de que se trata de um único objeto, nossa cognição automaticamente reúne essas informações sob um único nome mental formando um arquivo sobre esse objeto.

Se, de fato, Recanati e Jeshion diriam isso, não temos certeza. Contudo, a mera possibilidade salienta o caráter um tanto vago dessa questão, o pensamento sobre o estudante é geral ou singular? Jeshion diz que “pensamentos descritivos ocorrem discretamente na cognição, desconectados de qualquer arquivo mental”. (JESHION, 2010, p. 129) Pensamentos gerais, assim, desempenham apenas um papel nas relações inferenciais, eles não dispõem de uma estrutura organizacional especial que governa sua ocorrência na cognição.

3.4 Distinção entre Pensamento Singular e Geral em Termos de Funções Computacionais.

Nós discordamos da visão de que pensamentos gerais não se estruturam organizacionalmente a partir de arquivos. Nossa ideia é que pensamentos gerais utilizam os mesmos arquivos mentais que dão suporte a pensamentos singulares. Mas então, quando nosso pensamento é geral? Nossa hipótese é que nós temos um pensamento geral, basicamente, quando uma descrição definida é essencial para a tarefa desempenhada com o recurso do arquivo mental, i.e., quando buscamos identificar algum objeto. Pense que em um determinado momento da conversa alguém pronuncia um certo nome no contexto de uma afirmação, “Mas o André se saiu muito bem”. E agora? O estudante que defendeu a tese naquela manha se saiu muito bem? Ele se chama André? Todas as outras informações, i.e., ter gaguejado, estudar indexicais, se sair bem em um teste, nenhuma delas estabelece condições que nosso personagem

satisfaz unicamente. Se a resposta à pergunta “mas „André“ é o nome do aluno que defendeu a tese esta manha, correto?” for positiva, então podemos até abrir mão da descrição definida para pensar ou nos comunicarmos, ela já não é mais essencial à identificação do objeto naquela conversa, podemos pensar *de re* sobre André. Se a descrição é essencial na conversa para sabermos de quem estão falando, ou quando surge um nome se ainda estão falando daquela pessoa, nossos pensamentos sobre ela serão todos gerais.

O que ocorre é que há funções diferentes envolvidas em diferentes processos, i.e., pensar em *o*, identificar, rastrear ou comunicar algo acerca de *o* certamente são atividades distintas. Uma mãe que procura pelo filho pequeno em uma festa de aniversário onde mais de 10 crianças se encontram com a mesma fantasia de homem aranha⁹⁰, certamente terá de fazer um pequeno esforço, mas nada a impede de pensar singularmente sobre o filho, ou ter uma representação singular dele. Mas, no momento em que esta mãe tentar localizar o filho, ela irá buscar por certas características para tentar identificá-lo. Mas, e agora, ela está pensando de modo singular ou geral sobre o filho? É provável que ela esteja pensando de modo geral sobre o filho, pois ela está agindo de acordo com uma norma ou regra que estabelece que: *um objeto x é ou não o seu filho se, e somente se, ele satisfizer alguma característica que ela esteja buscando*⁹¹⁹².

⁹⁰ Esse é um caso real que aconteceu e foi reportado a mim por uma amiga que perdeu momentaneamente seu filho em uma festa de aniversário.

⁹¹ Nem sempre precisamos ter em mente algum conjunto específico de propriedades que buscamos se quisermos identificar algum objeto, portanto não precisamos necessariamente ter uma descrição definida em mente para identificá-lo, mesmo porque, se esse for um objeto com o qual já tivemos bastante contato, ao vê-lo, automaticamente podemos reconhecê-lo. Mas certamente esse reconhecimento se deu por via de um processo satisfacional, houve a satisfação de certas propriedades sem que precisássemos tê-las em mente no momento da busca. Para compreender isso pense em alguém que está procurando um criminoso foragido e possui apenas algumas características desse sujeito, seja quem for que o estiver perseguindo terá de ter em conta algum conjunto de características para ser capaz de reconhecer o suspeito. Já, se você está em uma multidão e não encontra seu amigo, não precisa ter em mente as propriedades que julga que irão te ajudar a reconhecê-lo, pois ao vê-lo certamente o reconhecerá.

Esse processo é também objeto de estudo por parte da psicologia, o processo de *busca*. Diferente, por exemplo, da vigilância, que é outro fenômeno importante da atenção, e que envolve esperar passivamente que um sinal apareça, a busca “envolve procurar um alvo de forma ativa e habilidosa” (PASHLER, 1998; POSNER e DiGIROLAMO, 1998; POSNER, DiGIROLAMO e FERNANDEZ-DUQUE, 1997; WOLFE, 1994). “Especificamente, a busca se refere a uma varredura do ambiente para encontrar *características específicas* – procurar ativamente alguma coisa quando não tem certeza de quando ela surgirá”. (STERNBERG, 2001).

Assim, um pensamento é descritivo quando alguma descrição definida desempenha um papel essencial ao *estado computacional*⁹³ da mente, para processar o pensamento ou a atividade que o agente desempenha. Consequentemente, um pensamento é singular quando nenhuma descrição definida exerce um papel essencial ao estado computacional da mente referente à tarefa a ser executada, i.e., quando pensamos sobre um objeto acerca do qual as informações que dispomos dele não são necessárias para executar a atividade envolvida⁹⁴. Se não estamos buscando ou tentando identificar algum objeto, seja em nosso repertório mental, caso tentamos compreender

⁹² Identificação e rastreamento são atividades distintas que a cognição executa. Identificação muitas vezes demanda atividade cognitiva de alto nível. Já, rastrear um objeto é uma atividade que, por sua vez, já não demanda uma atividade cognitiva de alto nível, i.e., que emprega conceitos para tal fim.

⁹³ Por “estado computacional da mente” nos referimos ao cálculo executado pela cognição em cada tarefa desempenhada, seja na percepção ou na linguagem. Assim, quando uma tarefa depende de informação empírica para ser executada, como selecionar um objeto em um domínio particular, ou seja, se o processo cognitivo envolvido na tarefa exige uma complementação de informação empírica, dizemos que o pensamento é de *dicto* ou geral. Kripke (2011) utiliza essa noção naquilo que ele chama de *sentido não imediatamente revelatório*.

⁹⁴ Em conversa com o Professor Alexandre Noronha, apresentei essa leitura, e assim, surgiu discussão sobre se todas as descrições e informações que possuímos acerca de um objeto podem ser falsas. Noronha se recusa a aceitar que todas as descrições definidas sobre um objeto podem ser falsas. Na discussão defendi o oposto, mas agora não estou tão certo. Não significa que concordo inteiramente, pois um dos pontos é que se alguma descrição definida tem de ser verdadeira para que possamos usar um nome ou pensar em um objeto, isso pode ser um caso contra pensamentos singulares. Mas, dizer que todas as descrições definidas podem ser falsas, não implica que todas as informações que dispomos sobre o objeto são descrições satisfeitas unicamente. O fato de precisarmos de alguma descrição ou informação ou suporte perceptivo-cognitivo para pensar em um objeto não implica que tem de ser um tipo de descrição específica.

uma conversa ou um trecho de algum discurso, ou ainda perceptualmente, como a mãe que procura o filho, não temos porque invocar propriedades desse objeto.

Goodman (2016) coloca uma ênfase muito grande sobre arquivos governados por descrições definidas. A ênfase é tal que se abrimos um arquivo mediante uma descrição definida e, porventura, descobrirmos que aquela descrição não apanha o indivíduo para o qual o arquivo foi aberto, a cognição, de alguma maneira, é forçada a abrir um novo arquivo para aquele indivíduo. Nós, assim, não seguimos Goodman (2016) em relação à teoria *do filtro descritivo* i.e., que a descrição que fixou a referência de um nome descritivo tem um papel essencial ao compor o arquivo.

Nessa teoria do filtro a descrição *d* é uma espécie de filtro para as demais informações que supostamente entram no arquivo. Ela apresenta o seu argumento a partir de um caso apresentado previamente por Evans (1982) envolvendo a fixação da referência do nome “Julius” através da descrição “o inventor do zíper”. Goodman estende a história nos pedindo para imaginar que De Mestral, o inventor do velcro, que nunca conheceu pessoalmente Julius, forma em sua mente um arquivo mental que unifica as informações sobre Julius. Goodman então considera a possibilidade de algumas informações serem falsas, e extrai disto duas lições:

“Primeiro, a descrição determina que objeto o arquivo é sobre. O arquivo de De Mestral concerne ao inventor do zíper, seja lá ele quem for. Se não existe tal pessoa, o arquivo deve ser um arquivo vazio. Segundo, os tipos de erro ou informações falsas que o arquivo admite, e aquelas que ele exclui, são determinadas pela descrição, “o inventor do zíper”. De Mestral poderia estar enganado em suas crenças que seu rival vive na maior mansão da cidade. Ele poderia estar enganado que ele [Julius] é bastante influente nos círculos de manufatura, e que ele está à frente de um plano para evitar o sucesso de De Mestral. “Vive em uma grande mansão na cidade”, “tem todas as conexões certas de manufatura”, e “está à frente de um plano para me prejudicar” podem ser informações falsas sobre o inventor do zíper armazenadas no arquivo. Mas, a despeito do fato que o arquivo pode conter informações falsas – e assim não pode simplesmente ser identificado com a informação armazenada nele – certos erros não são possíveis. De Mestral não poderia estar enganado, que o seu rival é o inventor do zíper.” (Goodman, 2016, p1)

Imagine que, similarmente ao caso Godel/Schmitt de Kripke, quem na verdade desenvolveu o zíper não foi quem De Mestral, e a sociedade da época, acreditavam e creditavam a invenção, i.e., não foi Julius seu inventor, mas John seu sócio e parceiro na época. Mas então, podemos nos perguntar: o arquivo, (não a descrição *d*), é sobre Julius ou sobre John? Teoricamente, se apenas a descrição *d* “o inventor do zíper”, não é sobre Julius, porque deveríamos parar de usar aquele arquivo, sendo que todas as outras informações ali são verdadeiras sobre ele? E, embora pensar através de um arquivo mental não seja necessariamente condição nem para pensar um pensamento singular nem um pensamento geral, como nós estamos sugerindo, um arquivo não será sobre um objeto *o* em virtude de alguma descrição ou conjunto de descrições. A mente obedece a um princípio de economia cognitiva e não há porque imaginarmos que a cognição jogue fora todo um arquivo em virtude de uma única descrição.

Não aceitar que arquivos mentais possam ser empregues para se pensar descritivamente é uma posição que contrasta diretamente com a função primária de arquivos, que é armazenar e organizar informações sobre certos itens da percepção ou do pensamento. E de que outra forma a cognição cumpriria, tão bem como cumpre, esse papel de organizar informações sobre um objeto, mesmo sem contato epistêmico direto com ele, sem o recurso de arquivos mentais?

O fato é que a distinção entre pensamentos singulares e gerais não se coloca mais, em nossa visão, como uma distinção entre se pensar um objeto através de um arquivo mental ou não. Mas sim, em como as informações relativas a um nome mental são utilizadas para formar funções ou estados computacionais da mente. Defendemos assim, que a distinção entre pensamentos gerais e pensamentos singulares é uma distinção relativa à atividade exercida pelo agente linguístico, atividades vinculadas a habilidades cognitivas que permitem a manipulação tanto das informações no interior de

arquivos mentais, quanto entre os próprios arquivos. Assim, cremos na existência de arquivos mentais, mas diferente de Jeshion, Recanati e Goodman que creem que arquivos desempenham apenas uma função; no caso do Recanati e Jeshion arquivos desempenham a função de pensar singularmente, para Goodman, eles são usados para se pensar descritivamente, nós acreditamos que arquivos desempenham as duas funções, nós podemos pensar tanto de modo geral quanto de modo singular a partir deles⁹⁵.

A vantagem dessa distinção entre pensamentos singulares e pensamentos gerais em termos de estados computacionais, é que ela permite acomodar diferentes intuições sobre certos casos de proposições supostamente singulares. A principal virtude de nossa hipótese é apresentar as duas diferentes leituras possíveis entre as proposições que dividem opiniões no debate. Bem como as leituras dos exemplos envolvendo pensamentos onde se disputa se eles são casos de pensamentos gerais ou singulares como exemplificado por Jeshion (2010, p. 113-118). Assim, casos como o de Julius, por exemplo, a partir do momento que o nome “Julius” está fixado no léxico de De Mestral, ele não precisa invocar as propriedades relacionadas ao nome toda vez que quiser pensar em seu algoz.

No caso do detetive que vê uma cena de homicídio, na qual a vítima, o pobre Smith, que apresenta traços de uma morte violenta e cruel, pensa “o assassino de Smith é um homem louco”, motivado por informações da cena e de evidências que apontam que há um e apenas um assassino e que ele é homem, podemos admitir que ambos os pensamentos possam ser formados⁹⁶. Mesmo nesse caso, onde nossa maior inclinação seja supor que o detetive tem um pensamento geral, é possível imaginarmos que ele possa pensar singularmente sobre o assassino. Se outro policial na cena do crime pergunta ao detetive, “você tem ideia de quem seja o assassino?” e o detetive pode

⁹⁵ Outra característica importante de nossa proposta é que não pensamos através de arquivos mas sim de nomes mentais, como será explicado em 3.5. Por isso nossa opção pela expressão “a partir” e não através.

⁹⁶ Obviamente não ao mesmo tempo.

prontamente responder “não, mas sei que ele é louco”. O detetive e a equipe de investigadores, a esta altura, ao conversarem sobre o suposto assassino, não precisam, a todo instante que conversarem e falarem sobre o indivíduo, invocarem mentalmente as informações relacionadas para o sucesso da comunicação.

Se pensar singularmente é pensar sem o intermédio de alguma condição em termos de propriedades, então esses casos apresentam casos de pensamentos singulares genuínos. Agora, se tanto De Mestral quanto o detetive estiverem literalmente à procura, buscando identificar respectivamente Julius e o assassino de Smith, não há porque não supor que eles estejam pensando de modo geral.

3.4.1 Habilidades Cognitivas: manipulando arquivos mentais.

Nossa hipótese, assim, é que somos capazes de manipular as informações no interior de arquivos mentais e formar tanto pensamentos gerais quanto singulares à nossa vontade. Nesse sentido, minha visão sobre nomes se aproxima do instrumentalismo semântico de Kaplan (1989a) e Harman (1975). Instrumentalismo semântico é a tese de acordo com a qual:

Nenhuma forma especial de conhecimento sobre um objeto é exigida ou pressuposta para que uma pessoa possa compreender uma proposição singular envolvendo aquele objeto. O que nos permite estabelecer várias atitudes proposicionais com proposições singulares não é a forma de nossa *acquaintance* com o objeto, mas, ao invés, nossa habilidade de manipular o aparato conceitual da referência direta. (KAPLAN, 1989a, 536)

De acordo com Kaplan, nós sempre estamos livres para formar pensamentos singulares manipulando o aparato da referência direta, com expressões “*Dthat*” ou introduzindo nomes descritivos. *Dthat* é um operador artificial introduzido por Kaplan no artigo homônimo de 1979 que representa a função exercida por uma descrição

definida em uso referencial. Um nome descritivo é um nome introduzido para se referir a um objeto fixado por meio de uma descrição definida, como no exemplo de Evans em que a descrição definida, “o inventor do zíper” fixa a referência do nome “Julius”.

Ambos os casos envolvem uma suposta capacidade ou habilidade de formar proposições singulares sobre objetos fixados através de descrições definidas que capturam semanticamente ou não esses indivíduos. Digamos que alguém venha me contar a história do zíper, falando sobre a ocasião de sua invenção, e de seu inventor. Então, fixamos uma referência através da descrição definida “o inventor do zíper”, mas em seguida afirma que a ocasião da invenção do zíper envolve um roubo, e então afirma, “Na verdade o inventor do zíper não inventou o zíper”. A única descrição definida que tínhamos foi a que fixou a referência, e agora sabemos que ela é falsa. Mas, ainda assim, falamos de Julius⁹⁷. Nesse sentido, pensamos singularmente sobre ele, ouvindo as outras informações a seu respeito e relacionando todas através do mesmo arquivo mental.

É uma hipótese tentadora a de que pensamentos gerais também utilizem o recurso de arquivos mentais, dado nossa facilidade de reunir essas informações acerca desse indivíduo. Alguém poderia dizer que a descrição definida “o inventor do zíper” não era a única possuída pelo ouvinte, i.e., quem está ouvindo a história, mas que outro fenômeno ou mecanismo está operando e singularizando a entrada das informações que me estão sendo ditas, como “a pessoa sobre quem estão me falando”, ou “a pessoa acerca de quem meu interlocutor está falando”.

Mas alguém ainda pode dizer que “ser o sujeito acerca de quem se está falando” é um conceito, e assim obedece ao padrão tradicional de um pensamento geral.

⁹⁷ Isso pode causar alguma confusão, pois não é necessário o acréscimo do nome Júlios, ou de qualquer outro nome que tenhamos usado no lugar de Julios. Na verdade, não precisamos introduzir uma expressão como um nome, não é necessário como eu irei argumentar a seguir, qualquer expressão além da própria descrição definida, para poder pensar singularmente sobre Júlios.

Conceitos como “a pessoa acerca de quem A está falando” são muito diferentes de propriedades, pois não são sequer propriedades de algum objeto. Kripke (1980) afirma ser circular dizer que o que fixa a referência do nome “Cícero” pode ser algo como “a pessoa que se chama Cícero” ou “o sujeito acerca de quem alguém me disse que se chama Cícero”, mas aceita a sugestão de Strawson (1954) que evita a circularidade se considerarmos a “passagem do bastão da referência”, i.e., em relação àquela pessoa que nos informou sobre Cícero. Kripke aceita a sugestão de Strawson, pois ela faz parte de sua teoria da cadeia comunicacional, segundo a qual a referência de um nome passa de falante para falante através de uma cadeia comunicativa.

Outro motivo que enfraquece a ideia que “a pessoa acerca de quem A está falando nesse momento” conta como uma descrição, e assim faz com que o nome Julius tenha um conteúdo exclusivamente descritivo, é que o conteúdo da expressão entre aspas conta mais como uma regra do que propriamente um sentido⁹⁸. O conteúdo de “a pessoa acerca de quem A está falando nesse momento” está mais próximo de “a pessoa que pronunciou a expressão „eu“”, i.e., serve como regra para associarmos o parâmetro adequado a fim de assimilarmos o conteúdo correto, seja à expressão indexical “eu”, seja o nome “Julius”.

Mas, em outro sentido, nossa proposta se afasta do instrumentalismo de Kaplan e Harman. Para esses autores podemos transformar um pensamento geral em um pensamento singular quando bem quisermos. Assim, nós, segundo eles, controlamos diretamente nossos pensamentos. A teoria defendida aqui diverge desta, pois, o que estabelece a distinção entre um pensamento singular e um pensamento geral é o estado computacional que a mente se comporta para executar alguma atividade.

⁹⁸ Alguém pode ainda protestar dizendo que o “sentido” fornece a regra para interpretar um nome. Mas, ainda sim, sentidos e regras linguísticas, como a noção de caráter de Kaplan (1989a, 1989b), são coisas bem diferentes. Sentidos determinam um indivíduo independente do contexto, o caráter pode determinar diferentes indivíduos em diferentes contextos.

Nesse sentido, nós não controlamos os pensamentos, mas controlamos aquilo que os controla, pois podemos simular esses estados da mente. Imagine que você e seu amigo estão assistindo ao noticiário todos os dias e acompanhando um caso a respeito de um ladrão que vem roubando uma série de joalherias, todos os dias vocês conversam sobre ele e trocam informações sobre os novos assaltos que ele tem feito. Vamos assumir que esse ladrão esteja sendo identificado pela mídia e nas conversas entre vocês como “o ladrão misterioso de joalherias”. Então, um dia você assiste ao jornal e descobre que esse ladrão foi pego e ele se chama Pedro Gonçalves. No dia seguinte você vai conversar novamente com seu amigo e, certo que ele havia assistido aos noticiários no dia anterior, comenta “você viu como Pedro era engenhoso”. Vendo a expressão do seu colega, você logo percebe que ele não entendeu bem o que você disse. Você usou o nome “Pedro” para comunicar uma impressão sua sobre a sofisticação do ladrão, mas viu que seu amigo não compreendeu, e assim pôde inferir que provavelmente ele não assistiu o jornal na noite anterior. Então, para que ele o compreenda é necessário que você diga que Pedro é o ladrão misterioso de joalherias.

O que procuramos mostrar com esse exemplo é que, para que sejamos capazes de reorganizar o modo como comunicamos algo para alguém, dado um insucesso, i.e., um caso em que a pessoa não compreendeu o que foi dito, nós nos reorientamos, nos pondo no lugar dessa pessoa que está ouvindo o que estamos dizendo. Nós temos de supor o *background* de nossa audiência a fim de planejar o modo como podemos comunicar certas informações sobre o mundo. E com base nesse *background*, que nada mais é do que uma coleção de informações sobre um objeto ou indivíduo, ou o arquivo mental formado sobre ele, que nós simulamos o comportamento dessa pessoa, i.e., antecipando como as informações que nós transmitiremos a ela irão afetar o seu *background* informacional. Ao nos colocarmos no lugar de nosso ouvinte nós estamos

simulando o tipo de pensamento, nesse caso, um pensamento geral sobre Pedro. Portanto, não apenas podemos, como fazemos isso constantemente, com fins de orientar ou reorientar nosso discurso na comunicação, simulamos seu estado cognitivo para formarmos um pensamento geral.

Nesse sentido, divergimos de Kaplan e Harman, pois acreditamos que não controlamos diretamente os pensamentos que formamos, mas os controlamos indiretamente, no sentido de sermos capazes de simular os estados mentais que provocam esses pensamentos. Somos capazes de nos colocar no lugar das pessoas que estão tentando identificar um objeto, não apenas na percepção, mas também em seu “repertório mental” de pessoas conhecidas, i.e., buscando saber se ela conhece tal pessoa⁹⁹.

Em uma atividade linguística simples ao ler um bilhete dizendo que seu cachorro está no petshop, ou seguir uma norma, onde alguém diz que você deve ir ao petshop para buscar o cachorro, dificilmente precisamos invocar uma imagem mental ou qualquer conjunto de propriedades para compreender o conteúdo da frase escrita ou do comando dado. Já uma atividade de busca e identificação exige que tenhamos em mente certas atribuições e propriedades do indivíduo ou objeto que nós buscamos. E ainda que não tenhamos essas propriedades em mente, i.e., que não estejamos cientes de quais propriedades buscamos, ainda que alguma propriedade ou conjunto delas seja empregue na busca e na identificação desse objeto, os pensamentos nesse caso serão gerais ou descritivos.

De acordo, portanto, com a interpretação de arquivos mentais proposta aqui, arquivos são dissociados de pensamentos singulares, pensar através de arquivos mentais não é sinônimo de pensamento singular, menos ainda de um pensamento geral.

⁹⁹ Pensamentos singulares sobre objetos com os quais não tivemos contato são, talvez como Recanati pensa uma espécie de simulação. Mas, ainda que seja uma simulação, eles possuem os mesmos traços semânticos que um pensamento.

Também não corroboramos a ideia que há arquivos próprios para pensamentos singulares e arquivos próprios para pensamentos gerais. Tanto pensamentos gerais quanto singulares são formados e pensados a partir de um único arquivo mental. A diferença é a tarefa desempenhada pela cognição, que, ou envolve um processo de identificação de objetos, o que demanda um processamento cognitivo das informações que temos do objeto, a fim de sermos capazes de identificá-lo; ou alguma outra tarefa que não exija recorrermos a descrições definidas e conceitos. Vários arquivos diferentes para o mesmo objeto demandaria mais esforço para a cognição administrar as informações e planejar nossa resposta ao meio com ações coordenadas. Nesse sentido essa versão está mais próxima do princípio de economia cognitiva, princípio que se conforma ao desenvolvimento de organismos ao longo do processo evolutivo ou de adaptação, segundo o qual a natureza sempre “privilegia” aquelas configurações que empregam menos energia ou menos tempo para desempenhar uma certa tarefa ou ação.

Nossa proposta também acomoda as intuições que casos de nomes descritivos como “Julius”, que podem representar o papel de um pensamento singular e de um pensamento geral. Podemos pensar em Julius tanto singularmente quanto de modo geral. Não exatamente como o instrumentalismo de Kaplan e Harman, pois não se pode interferir diretamente sobre o conteúdo do pensamento, mas, ainda sim, similarmente ao instrumentalismo semântico, embora não diretamente, pois temos sim como simular os estados da mente que geram esses pensamentos devido às nossas habilidades cognitivas.

3.5 Arquivos Mentais x Metáforas Úteis

O que exatamente ocorre, em termos de arquivos mentais, quando descobrimos que dois supostos objetos são, na verdade, um único objeto? Ou ainda, quando o oposto

ocorre, i.e., quando descobrimos que um suposto objeto, na verdade são dois objetos numericamente distintos? Podemos supor que os arquivos mentais envolvidos se unificam, i.e., que eles se juntam? E se isso ocorre, ocorre automaticamente, ou precisamos interferir e nós mesmos reorganizar nossas crenças? E se ocorrer de pensarmos que havia um único objeto onde na verdade há dois objetos distintos. Podemos supor que os arquivos relacionados a eles se dividem?

Muitos autores falam sobre a dinâmica cognitiva, mas fazem isso apenas de passagem, às vezes sem dar muita atenção para o problema. Recanati, seguindo Perry, chama simplesmente de “ligação” (*linking*) (RECANATI, 2012) e afirma: “quando dois arquivos estão ligados [através da descoberta de alguma identidade], a informação *flui livremente*¹⁰⁰ entre eles” (RECANATI, 2012, p. 40) Mas o que Recanati entende, por “flui”, e segundo por “livremente” fica em nível metafórico. Imogen Dickie comenta que “quando eu descubro que dois arquivos são na verdade sobre a mesma coisa eu os junto (*I collapse them together*), e posso usar o termo associado com qualquer um dos arquivos para rotular o novo arquivo formado como um resultado” (DICKIE, 2010). Assim nós podemos nos perguntar, arquivos se mesclam? Arquivos se juntam para formar novos arquivos? Peter Págin afirma que “informação pode ser acrescida ou deletada do arquivo, enquanto o próprio arquivo permanece o mesmo” (PÁGIN, 2013). É possível excluir uma informação de um arquivo mental? Caso sim, como isso ocorre?

Jeshion (2010, p. 131) comenta que a dinâmica cognitiva é normativamente coordenada, ela inclui entre os fenômenos que dizem respeito à dinâmica: a iniciação ou abertura de arquivos mentais, a atualização deles, união ou mescla de arquivos e separação ou *split* de um arquivo.

¹⁰⁰ Minha ênfase.

Porém, muito daquilo que é dito a respeito da dinâmica de arquivos é feito por meio de analogias ou por metáforas. Em várias passagens Recanati usa a expressão “metáfora de arquivos” (*file-metaphor*). Ele ainda afirma que “se alguém deseja usar a metáfora de arquivos de modo mais literal, pode, por exemplo, seguir Woodfield e Fodor e tomar que o que ocorre no pensamento são rótulos ou cabeçalhos de arquivos” (Recanati, 2012, p. 37). Contudo “rótulo” ou “cabeçalho” é tão metafórico quanto “arquivo”. Mas, arquivos não são tomados completamente como metáforas. Pois os fenômenos semânticos são reais e são explicados por meio de arquivos, portanto, arquivos permanecem em boa parte da literatura, neste limbo explicativo.

O problema com metáforas é que nós nunca sabemos onde exatamente começa e onde exatamente termina a metáfora¹⁰¹. Metáforas geralmente possuem uma estrutura que “toca” em alguns pontos aquilo que a metáfora de certo modo tenta explicar, porém em outros pontos ela pode se distanciar muito. Mais do que isso, às vezes não sabemos onde a metáfora acaba e, assim, somos levados a uma ilusão de que ainda estamos falando do problema ao invés de aspectos próprios dos conceitos nos quais a metáfora foi apresentada. Então, a fim de abordar problemas relativos a arquivos mentais e separá-los do mero uso metafórico da expressão “arquivo”, vamos discutir certos processos envolvidos na dinâmica cognitiva.

Nós iremos discutir aqui quatro operações básicas executadas através da dinâmica cognitiva em termos de arquivos: quando um arquivo se abre, *abertura*;

¹⁰¹ Esse é um problema não apenas de metáforas, mas também de analogias e mitos, e pode ocorrer até mesmo com modelos matemáticos. Algumas vezes somos levados a acreditar que certas características do modelo que analisamos são propriedades da coisa modelada. Kaplan, “*How to Russell a Frege-Church*” (1975); Alan McMichael, “*A Problem for actualism about Possible Worlds*” (1983). Portanto, podemos ao nos perguntarmos o que ocorre com certos arquivos mentais, quando tal e tal for o caso, sendo que essas consequências não passam de uma sobreposição de aspectos puramente metafóricos àqueles que a metáfora procura explicar. Ou seja, corremos o risco de não estarmos falando da extensão do nosso conhecimento cognitivo, mas de aspectos inerentes à metáfora engendrada sob a alcunha de arquivos mentais. Portanto, iremos tomar arquivos mentais em valor de face, como eles são tomados na psicologia cognitiva por exemplo, como abstrações formais que representam o modo como nosso conhecimento cognitivo e memória se formam e se estruturam na mente.

quando eles são atualizados, *atualização*; quando descobrimos que dois objetos, supostamente distintos, são, na verdade, um único objeto e, portanto, dois arquivos distintos são relacionados nesse momento, *junção*; e por fim quando descobrimos que supostamente um objeto individual, na verdade, são dois objetos, talvez muito parecidos, tomados erroneamente como numericamente idênticos, o que implica dividir ou abrir mais um arquivo, *separação*.

Como devemos compreender esses processos cognitivos? Como estudá-los? Acreditamos que uma forma de fazer isso é começando distinguindo-os a partir das inferências que fazemos como aquelas apanhadas pela expansão lambda λ , que diz respeito a inferências do tipo: se Tulio é orador e Cícero é romano então Túlio é (ou foi) um orador romano. A compreensão do tipo de inferência em jogo aqui exige a compreensão de como a cognição relaciona tanto λx (x é romano) e λx (x é um orador). Se um falante possui um arquivo mental para Cícero e outro para Túlio ele terá de relacionar informações de dois arquivos distintos. Cada informação nesse caso vai pertencer a um arquivo mental distinto, com aspectos específicos de cada um deles, tal relação chamamos de relações entre arquivos mentais e serão estudadas como consequência de uma relação mais geral que envolve os arquivos globalmente.

3.5.1 Abertura de Arquivos Mentais

A abertura de arquivos mentais está intimamente conectada com a fixação da referência de termos na linguagem. Da mesma maneira que há várias formas de fixar a referência de um termo, o arquivo também pode abrir de formas diferentes. Recanati chama de relações recompensadoras (*Reward Relations*) a relação estabelecida entre um objeto e um arquivo mental, a partir da forma como o arquivo foi aberto para aquele

objeto. O que devemos nos perguntar assim é, se a identidade do arquivo depende da maneira como ele foi aberto, i.e., outra *reward relation* deve abrir outro arquivo mental? Ou seja, se conhecemos um objeto perceptivamente, e em outra ocasião ouvimos falar sobre esse objeto, i.e., apenas descritivamente, temos de supor que a nossa cognição abre outro arquivo? Caso seja assim, como uma implicação direta, teremos dois ou até mais arquivos para o mesmo objeto, e assim o arquivo já não pode cumprir a função de singularizar nossa experiência do objeto.

Digamos que estejamos em uma festa e em um determinado momento alguém nos apresente um sujeito chamado Ortcutt. Assim, nós conhecemos pessoalmente e conversamos durante um tempo com aquele que parece ser um sujeito agradável, engraçado, de cabelos grisalhos e é muito bem visto na comunidade por inúmeras obras sociais que desempenha. Agora se num belo dia de manhã vemos alguém na praia com as mesmas características de Ortcutt, obviamente não precisamos supor que a mente abre outro arquivo para aquele homem. Para isso, nossa memória, por meio de mecanismos específicos de identificação, ativa o arquivo sobre Ortcutt. Contudo, e se a referência de “Ortcutt” for fixada através de uma descrição, onde uma série de informações sobre ele nos são passadas, e sem um prévio contato (*acquaintance*) alguém nos apresenta Ortcutt um certo dia, devemos supor que a mente abre outro arquivo para Ortcutt, mesmo que em nosso primeiro contato com ele alguém nos avise antecipadamente que “aquele homem vindo logo ali é Ortcutt”?

Recanati (2012) parece crer que sim, a mente abre outro arquivo para “aquele homem vindo logo ali”, ou seja, a partir de um contato perceptivo com Ortcutt. Uma vez que a relação recompensadora com Ortcutt é outra totalmente diferente, i.e., agora nós estamos olhando para o homem Ortcutt, a forma de obter informações sobre ele também será diferente. Assim, na medida que Recanati entende que “o caráter distintivo

de relações sobre as quais os arquivos mentais estão baseados, e que determinam sua referência é a sua relação recompensadora” (RECANATI, 2012, p. 33), uma nova forma de obter informação sobre um objeto *o* implica em abrir um novo arquivo para *o*. Recanati ainda faz uma concessão sobre arquivos descritivos, mas não os considera como arquivos legítimos. Ele diz que o contato com o objeto pode ser antecipado e cita o caso de “Jack o estripador”, assim, se o objeto existe, então nós estamos em posição de pensar singularmente sobre ele, caso contrário não. Mas, de todo modo, sua posição oficial é que arquivos mentais legítimos são abertos mediante o contato ou *acquaintance* com o indivíduo. Para Recanati “existe *acquaintance* com um objeto sempre que nós estamos relacionados com ele de um certo modo que nós podemos obter informações acerca dele.” (2012, p. 21) Relações de *acquaintance* para Recanati são, assim, epistemicamente recompensadoras, i.e., de um modo tal que nós possamos usar essas relações para obter informação sobre os objetos que nós estamos relacionados. E, é também justamente assim, que ele acredita que nós pensamos singularmente sobre objetos, quando estamos em posição de obter informação desses objetos.

Robin Jeshion (2010) expande o domínio de pensamentos singulares e inclui pensamentos sobre objetos com os quais nós não tivemos um contato cognitivo (*acquaintance*), mas estabelece uma restrição ou condição para isso, que ela chama de condição de significação, uma motivação para termos pensamentos singulares. Devemos, então, considerar se precisamos ou não de certas motivações para a abertura de um arquivo mental, como o princípio de significação de Jeshion? Para Jeshion, um arquivo mental é condição necessária e suficiente para o pensamento singular, mas sua abertura está subordinada a mantermos uma certa relação com o referente, uma relação que envolva aspectos motivacionais, algum plano ou projeto com o referente. Nós concordamos com Jeshion que essa é uma condição suficiente para abrir um arquivo

mental para um determinado objeto, mas não que essa é uma condição necessária, a abertura de arquivos mentais é mais recorrente.

O ponto central da distinção entre a teoria de Jeshion e Recanati é que Jeshion aceita a abertura de arquivos mentais sem *acquaintance*. Isso recoloca a questão novamente: se eu já possuo um arquivo formado para algum indivíduo, aberto sem um contato cognitivo com ele, então, deve a minha cognição abrir outro arquivo, uma vez que agora a minha relação com ele é diferente, perceptiva? Jeshion, ao contrário de Recanati, parece aceitar que sim (2010).

Como exatamente podemos compreender essa relação, i.e., se já dispomos de um arquivo mental para um determinado objeto *o*, aberto descritivamente, sem um contato cognitivo, quando, finalmente, vemos ou percebemos de alguma maneira *o* (temos um contato cognitivo com *o*), como a cognição se comporta, ela abre outro arquivo ou armazena as novas informações naquele arquivo preexistente? Há alguns fatores que influenciam nesse processo, contudo, sem dúvida, a questão metodológica para investigar esse fenômeno é: podemos tratar a facilidade das inferências e do acesso por meio da memória, entre as novas informações obtidas por meio de *acquaintance*, com aquelas informações descritivas que já dispomos, como um indício de que as informações são armazenadas no mesmo arquivo? Ou ao contrário: podemos tratar a dificuldade em se fazer inferências e acessar memórias entre as novas informações obtidas por meio de *acquaintance*, como um indício de que essas novas informações não são armazenadas no mesmo arquivo mental?

No fundo, a questão em jogo para avançarmos a discussão desse debate é: como compreender o que liga ou o que junta às informações que obtemos linguisticamente através da comunicação com aquelas informações (imagens, sons, texturas) que obtivemos por meio de *acquaintance* ou perceptivamente? Porque, sabendo como se dá

essa relação estaremos mais aptos a definir, não apenas aspectos importantes da cognição, mas também da semântica, como a informatividade dos nomes e o papel que essas informações desempenham.

Mas então, quando precisamente, nós podemos constatar com alguma segurança que nós temos um caso onde utilizamos o mesmo arquivo, que, até então, era formado apenas por descrições definidas, e um caso onde nós utilizamos arquivos mentais distintos?

O primeiro caso, onde nós utilizamos ou empregamos o mesmo arquivo, se dá quando nós já possuímos um arquivo para um determinado objeto ou indivíduo, e, na presença desse objeto, outra pessoa o apresenta com um apelido ou um nome diferente daquele que nós estamos acostumados a usar para designá-lo. Imagine que vamos visitar um amigo, e em uma certa ocasião percebemos que outras pessoas o chamam por outro nome, ou um apelido que não conhecíamos. Nessas condições aprendemos um outro nome, que será coordenado com o nome anterior que estávamos acostumados a chamar nosso amigo. Essa nova informação será integrada às informações anteriores que já dispomos, e terá a importante vantagem de aumentar nosso repertório linguístico para comunicarmos ou apreendermos novas informações sobre esse objeto.

O segundo caso é quando já ouvimos falar muito a respeito de um certo indivíduo, então, em uma certa ocasião nós conhecemos pessoalmente alguém, com um outro ou até mesmo o mesmo nome, mas nenhuma característica que nós vamos percebendo enquanto estamos na presença dessa pessoa sugere que nós já havíamos ouvido falar dela. Nesse segundo caso, certamente a cognição irá abrir outro arquivo mental para acomodar as informações sobre esse suposto novo indivíduo que conhecemos.

Portanto, por mais que a cognição disponha de um vasto recurso de abertura de novos arquivos, isso só irá acontecer quando não formos capazes de identificar um objeto ou indivíduo que já conhecíamos. Pelas razões apresentadas até aqui acreditamos que a cognição não necessita nem de acquaintance, como alega Recanati, nem de uma motivação tão forte quanto alega Jeshion, para a abertura do arquivo.

Mas é isso suficiente para acomodar todo e qualquer caso de abertura de outro arquivo mental para um objeto conhecido por descrição? Certamente que não. E isso não é suficiente, justamente porque podemos ver o sujeito fazendo o discurso e um segundo depois nosso amigo nos avisar que aquele é Munhoz. Neste um segundo, a cognição abriu um novo arquivo? E se fossem dois segundos, ou trinta segundos, um dia ou um mês depois alguém nos informasse que aquele sujeito é Munhoz? Armazenar ou não certas informações dentro do mesmo arquivo ou em outro arquivo separadamente ainda se impõe, e sem uma resposta satisfatória. Mas, não seriam talvez essas expressões “dentro de um arquivo”, “fora de um arquivo”, expressões decorrentes de uma certa forma de pensar motivada por aquele problema gerado por metáforas? Acreditamos que sim, e iremos apresentar uma análise na última seção mostrando como distinguir o caráter puramente metafórico do essencial que a doutrina de arquivos mentais suporta.

3.5.1 Abertura de Arquivos Mentais

Vamos agora analisar o segundo caso, aquele em que dispomos de dois arquivos mentais distintos AM1 e AM2, acreditando que cada um deles está para um objeto distinto, $\langle AM1, o1 \rangle$ e $\langle AM2, o2 \rangle$, i.e., acreditando que $o1 \neq o2$, e descobrindo na sequência que $o1$ e $o2$ se tratam do mesmo objeto. A partir do momento, que

descobrimos que na verdade $o1 = o2$, o que ocorre entre os arquivos M1 e M2? Algo que podemos, sem sombra de dúvida, dizer, é que, nesse momento, os arquivos estão coordenados. Logo, se $o1$ se chama “Cícero” e $o2$ se chama “Túlio”, nós agora somos capazes de inferir que Cícero é Túlio, uma vez que essas duas expressões herdaram a coordenação que os arquivos mentais aos quais elas pertencem têm entre si. Em outras palavras: $o1 = o2 \rightarrow M1 \cup M2 \rightarrow C \langle \text{Cícero}, \text{Túlio} \rangle$ ¹⁰², i.e., se o objeto $o1$ é idêntico ao objeto $o2$, então o arquivo mental referente ao objeto $o1$, i.e., M1, passa a ter um vínculo com o arquivo mental referente ao objeto $o2$, i.e., M2, o que por sua vez implica que certas características de $o1$, como por exemplo, ser chamado de Cícero, podem ser relacionadas certas características de $o2$, ser chamado de Túlio, o que, portanto, pode ser encarado como uma relação de coordenação entre “Cícero” e “Túlio”. Outras inferências são, também, assim permitidas, i.e., se Cícero é um orador e Túlio é romano então Cícero é um orador romano.

Essa classificação das relações entre arquivos mentais é interessante, pois nos apresenta duas formas que expressões podem estar coordenadas, dentro e fora de arquivos. Dois nomes próprios podem estar coordenados no pensamento sob um único arquivo, como no caso em que já conhecemos um certo sujeito como Cícero, e alguém o reapresenta a nós como se chamando Túlio. Dois nomes podem, diferentemente, estar coordenados sob arquivos mentais distintos se conhecemos o mesmo indivíduo em situações bastante distintas que não nos permitia reidentificá-lo. E, em algum momento, descobrimos que o filósofo Cícero e o orador Túlio são a mesma pessoa, e portanto, esses nomes, que eram usados para designar pessoas supostamente distintas, agora estão coordenados em nosso vocabulário.

¹⁰² Usarei a relação $C \langle x, y \rangle$ para designar a relação de coordenação.

Mas a grande questão é: o que ocorre com os dois arquivos mentais? Eles se unem de fato? Os dois arquivos formam um único arquivo? Ou eles permanecem separados? E, de alguma forma, as inferências entre eles é facilitada? Recanati (2012), seguindo Perry (1984) afirma que “a informação flui livremente”. Uma coisa que Recanati e Perry podem estar querendo afirmar é que quando dois arquivos mentais estão coordenados, há uma facilitação no processo de inferência entre as informações de cada arquivo. Inferências como a abstração lambda (λ) parecem ser produzidas quase que automaticamente. Basta considerar uma propriedade P1 em M1 e uma propriedade P2 em M2, para compreender $\lambda x (P1x \ \& \ P2x)$. Na verdade essas relações podem ser de três formas distintas; 1) locais, intra arquivos; 2) externas, entre duas informações em arquivos separados; e 3) globais, que unem o arquivo como um todo. Geralmente a segunda relação depende da terceira, pois, para executar a expansão lambda entre informações que se encontram em arquivos distintos, precisamos que os arquivos estejam coordenados.

Então, tendo essa facilitação como base, podemos presumir que a cognição de fato une os dois arquivos em um mesmo arquivo mental? Ou seria essa facilitação possível ainda que os arquivos permaneçam separados? Aqui, mais uma vez, a metáfora parece produzir um efeito negativo ao nos impelir questões que talvez não sejam legítimas.

3.5.2 Separação ou *Split*

A separação de arquivos mentais se trata do fenômeno oposto ao da união. Imagine que num certo dia você sai de casa e vai levar o lixo para a rua e se depara com uma criança, que provavelmente é filho dos seus vizinhos. A cognição então abre um

arquivo M1 para $o1$, i.e., o garoto da casa ao lado. Dois dias depois você sai na rua para levar o lixo novamente, então você encontra alguém que parece ser o mesmo indivíduo também levando o lixo para a rua, vamos chamar esse indivíduo presente nesse segunda ocasião de $o2$, apenas para fins de argumentação. Podemos concluir que pela extrema semelhança entre $o1$ e $o2$ que $o1 = o2$. Portanto, passamos a usar o mesmo arquivo M1 para ambos os objetos $o1$ e $o2$, que são acreditados serem o mesmo objeto. Contudo, um belo dia, descobrimos que, na verdade, $o1 \neq o2$, i.e., os garotos são gêmeos, e no primeiro dia, você viu um dos garotos e no dia seguinte você viu o outro garoto. O que podemos presumir que deva ocorrer nessa situação? A mente abre outro arquivo M2 para comportar $o2$ ou ela separa o arquivo M1?

Mais uma vez, que tipo de investigação temos de proceder aqui? Esse parece ser um problema empírico. Mas, como investigar empiricamente uma metáfora? O problema que temos com a forma de proceder a uma investigação para saber se dois arquivos podem se juntar e formar um único arquivo é similar àquele para decidir se um arquivo pode se dividir em dois. Que tipo de coisas são arquivos, quais seus critérios de individuação? Ou ainda, não seria esse também um indício que o problema tem origem na sugestão que arquivos mentais são coisas como “pastas” ou “gavetas” que guardam documentos?

3.5.3 A objeção de Kit Fine a Arquivos Mentais.

Em *Semantic Relationism* (2007) Kit Fine apresenta uma objeção a arquivos mentais. Ele desenvolve essa objeção no seguinte trecho:

O que significa representar um objeto como o mesmo no pensamento de alguém? Muitos filósofos podem estar tentados nos dias de hoje a explicar o

fenômeno [de representar um objeto como o mesmo no pensamento] em termos de “arquivos mentais”. Supõe-se que nós mantemos arquivos para cada objeto acerca dos quais nós somos capazes de ter pensamentos singulares. Para coordenar, ou representar um objeto como o mesmo de uma ocasião para a próxima, basta, então, associá-lo com o mesmo arquivo mental. Assim no exemplo acima os dois pensamentos irão associar o objeto Cícero com o mesmo arquivo mental e irão assim representar o objeto como o mesmo. É difícil saber o que fazer com esta sugestão desde que é difícil saber o que o discurso dos arquivos mentais pretende cobrir. Algo razoável é tomar que eles armazenam certos itens de informação juntos em um único “local”, enquanto outros itens de informação não. Assim, a informação que Cícero é um Romano e que Cícero é um orador será armazenado no mesmo local, enquanto a informação que Cícero é um romano e que Túlio é um orador (para alguém que não sabe que Cícero e Túlio são o mesmo) não será. Mas nós podemos nos perguntar em virtude do que a informação será armazenada no mesmo local? Além disso, não há nada intrínseco à ideia de co-alocação que exija que itens co-aloçados sejam relacionados em qualquer modo particular. E certamente, a resposta para a questão é que a locação irá ser a mesma quando a informação representa seu objeto como o mesmo assim, arquivos mentais devem ser vistos como um artifício para manter o rastro de quando objetos são coordenados (representados como o mesmo) e, ao invés de entender a coordenação em termos de arquivos mentais, nós devemos entender o trabalho de arquivos mentais em termos de coordenação. (FINE, K. 2007, p. 67-58)

Fine, em seu livro, busca resolver problemas como o problema de Frege e fenômenos semânticos relacionados, através da noção de *coordenação*. De acordo com Fine, a *coordenação* é “a relação de sinonímia mais forte, ou ser semanticamente o mesmo” (2007, p. 5). Uma das opções que ele sugere como possível candidata a explicar o fenômeno de “ser semanticamente o mesmo” ou “ser o mesmo no pensamento” é a noção de arquivo mental. Arquivos mentais segundo sua interpretação representam os objetos como sendo “o mesmo” na medida que as informações ou as peças de informações correspondentes ao objeto se encontram “juntas” dentro do arquivo. Contudo, Fine argumenta que não há razões para justificarmos que as informações sejam armazenadas no mesmo local. Para que as informações representem um objeto como sendo o mesmo, elas devem, de acordo com a interpretação de Fine, estarem juntas, e manter juntas as informações de algum objeto ou indivíduo como Cícero, é a principal função de um arquivo mental.

Aqui como nas seções prévias a metáfora influencia nossa compreensão sugerindo características que não pertencem àquilo que se propõe a explicar os fenômenos em questão, o fenômeno cognitivo e termos singulares. Fine tem toda razão de questionar algo dessa maneira. O discurso de arquivos mentais, como ele mesmo chama, não apenas sugere que as informações estão juntas, mas alguns filósofos afirmam explicitamente isso: “arquivos mentais unem as informações sobre os indivíduos que eles são sobre” (JESHION, 2010, p. 129) Mas há um mal entendido aqui. O fato das informações serem de certo modo unidas na percepção, não significa que elas estejam “juntas” no mesmo local. Os componentes espaciais da metáfora podem assim, serem descartados, como mostraremos na seção seguinte.

3.5.4 Uma Possível Solução aos Problemas: Separando o Legítimo do Metafórico

O que vimos até aqui foram quatro problemas que todo filósofo que faz uso de arquivos mentais para explicar problemas de semântica cognitiva deve ser capaz de responder: 1) deve a cognição abrir outro arquivo mental caso a fonte de informação daquele arquivo seja diferente, i.e., de informações descritivas para perceptivas¹⁰³? 2) arquivos mentais se juntam para formar um novo arquivo? 3) arquivos se separam ou se dividem em dois ou mais arquivos diferentes? 4) podemos supor que as informações que fazem parte de um arquivo estão juntas no mesmo local?

Acreditamos, portanto, que essas questões se originam exclusivamente em virtude do uso metafórico de arquivos mentais para explicar fenômenos semânticos.

¹⁰³ O contrário parece não ser tão evidente, i.e, se temos um arquivo mental que foi aberto mediante a presença do objeto através de um contato perceptivo e em um momento seguinte nós ouvimos informações descritivas sobre esse objeto, a impressão é de que essas informações descritivas serão armazenadas no mesmo arquivo mental. Mas esse problema parece muito fortemente ser um problema empírico.

Assim, uma possível solução seria: separar nomes mentais das informações dos objetos acerca dos quais os nomes se referem. Temos assim, nesse novo modelo, não apenas o arquivo mental, mas também um nome mental atuando junto, como uma peça extremamente importante para que a cognição opere. Diferente do modelo tradicional, onde temos apenas um arquivo mental suportando toda a carga semântica de nomes e indexicais na linguagem, com nomes mentais operando em conjunto, é possível dissolver alguns dos problemas aludidos da dinâmica cognitiva. Essas peças de informação podem vir a ser empregues em alguma operação a ser realizada, seja na identificação de um objeto, seja para comunicar algo sobre ou pensar nesse objeto.

O que é um nome mental? Nomes mentais são tokens de símbolos simples (não complexos, ou que não possuem partes), criados pelo processo de atenção como uma espécie de índice que opera tanto na memória de curto prazo, no rastreamento de objetos, quanto na memória de longo prazo, na re-identificação de objetos. Nomes mentais ocorrem em tokens de proposições, i.e., eles ocorrem em tokens de proposições representando os objetos na mente. Mas, como eles são simples eles não representam qualitativamente seus objetos. As informações que vêm à tona quando pensamos em algo como a forma, a cor, um som, uma textura, não têm uma função semântica nessa representação¹⁰⁴. Mas, o mais importante e neste ponto divergimos em aspectos importantes da visão ortodoxa de arquivos mentais, as informações do arquivo, embora sejam úteis em vários processos cognitivos, não são necessárias para pensar singularmente em um certo indivíduo, assim, nós não pensamos nos objetos do mundo através de arquivos mentais.

¹⁰⁴ Essas informações são trazidas por um processo cognitivo automático chamado de *priming* ou pré-ativação. O *priming* pode incluir tanto padrões de associação i.e., relação estímulo/resposta, controlados que pela força do hábito e da recorrência da proximidade espaço temporal, se tornam automáticos, e processos automáticos por natureza. Comumente, quando ouvimos falar em personagens importantes da história, como Júlio Cesar, por exemplo, se já nos defrontamos antes com alguma imagem dele, tendemos a associar primeiro a imagem. Mas isso não é necessário, pois um cego de nascença obviamente não irá trazer qualquer imagem à atenção consciente.

Proposições singulares eram explicadas em termos de como manipulamos símbolos mentais por Harman já em 1977. Segundo sua teoria:

Agora um número ilimitado de proposições estão disponíveis a Mary para ela usar em seu pensamento. É difícil ver como isso seria possível sem que essas proposições fossem compostas de um conjunto finito de conceitos e ideias, assim como muitas sentenças são construídas de um conjunto finito de palavras. Quando Mary entende (*entertains*) uma proposição ela forma uma instância mental de um tipo relevante. Mas nós não precisamos atribuir a Mary um número indelimitado de habilidades primitivas para formar instâncias de cada proposição que ela é capaz de compreender. Ao invés, nós podemos atribuir a ela um número finito de habilidades primitivas para formar (instâncias de) ideias ou conceitos e uma habilidade para combinar ideias e conceitos juntos em uma proposição. (HARMAN, 1977, p. 13)

Um nome mental consiste de um símbolo (type) que pode dirigir o foco atencional, ou seja, o foco sobre o qual a atenção é voltada. E o token desse símbolo mental é usado pela cognição para organizar a informação sobre um indivíduo acerca do qual a atenção é dirigida, e para dispor mais eficientemente das informações sobre esse indivíduo. Aqui, diferente de arquivos que “juntam” as informações, as informações estão “dispostas” para nomes mentais. E, obviamente se as informações são complexas, envolvendo formas geométricas, cores, expressões e símbolos linguísticos, i.e., informações provenientes de fontes distintas, acústicas, imagens, ou qualquer outro tipo de fonte ou recurso de informação, elas podem estar estruturadas em vários arquivos mentais, mas todos sob o mesmo nome mental. Assim, não precisamos concordar com a visão de que as informações estão juntas na mente, nem com a visão que elas estão dispersas, não nos comprometemos nem com uma visão nem com a outra. Dessa forma, as informações não precisam estar juntas, especialmente falando, mas ao menos coordenadas sob um nome mental, que por sua vez é o que unifica ou separa as informações do ou dos arquivos.

Quando, no exemplo dos gêmeos, descobrimos que são dois indivíduos numericamente distintos, i.e., nos dois dias foram vistos gêmeos, e não a mesma pessoa,

apenas abrimos um segundo nome mental. Mas, podemos ainda usar o mesmo arquivo, se nos dois dias as imagens que antes haviam sido computadas como impressões sensíveis do mesmo indivíduo. Poderíamos supor, segundo Recanati que elas estariam no mesmo arquivo, pois provém de fontes muito similares e as características do evento perceptivo são muito parecidas. Após introduzir um nome mental para o gêmeo visto no dia seguinte, supondo que descobrimos se tratar de dois e não apenas de um único indivíduo, podemos utilizar um arquivo mental para ambos. Mas, agora, conscientes disso, pois somos capazes de manipular até mesmo a esse nível nossas informações do arquivo, por que pensamos no objeto por meio do nome mental e não por meio do arquivo como afirma Recanati. Assim, por mais que eu não seja capaz de discernir um do outro, nós jamais os confundiremos em nosso pensamento, mas em virtude do nome mental e não do arquivo mental.

Mas, em que consiste essa habilidade de manipulação que fazemos de nossos pensamentos? Pode ser a partir da manipulação de algum material, os constituintes de alguma forma do pensamento? Acreditamos que sim¹⁰⁵. Mas como funciona isso, esse processo? Uma alternativa é que, em um certo instante, dispomos de um pensamento A e derivamos desse pensamento A um pensamento B, como se pudéssemos duplicar esse pensamento. Assim, acrescentamos um índice a um deles, para diferenciá-lo do outro. Isso porque somos capazes de tomar um pensamento anterior, que antes acreditávamos ser sobre um objeto *o*, mas que depois descobrimos que ao invés de estarmos pensando sobre *o*, estávamos pensando sobre *o'*. E assim, por meio de algum movimento que envolve a cognição, distinguimos semanticamente A e B. Mas, em que consiste esse movimento cognitivo?

¹⁰⁵ Veja Harman (1977).

Eis aqui um caso que acreditamos fortemente ser um exemplo desse movimento descrito acima. Imagine que você assinou um documento importante usando uma caneta Bic simples. Logo em seguida, você sai da sala e vai conversar com alguns colegas, mas volta para a sala onde assinou o documento e pede ao secretário se pode ficar com a caneta como lembrança, pois esse é um momento importante para você em sua carreira profissional. O secretário confirma e você leva a caneta e volta a conversar com seus colegas. Contudo a caneta que você possui não é a mesma caneta com a qual assinou o documento, mas uma muito similar que alguém, sem intenção, trocou. Então, o secretário volta e vem em sua direção dizendo que aquela caneta que você pegou não é a sua e lhe entrega a verdadeira caneta com a qual você assinou o documento. Digamos que você pensa em um momento T1 “essa caneta é muito boa”, e em um momento T2 com a caneta trocada você pensa, “essa caneta é muito boa”, acreditando, é claro, que se trata da mesma caneta. A moral da história é, por mais que, com as duas canetas em mãos, você não seja capaz de distinguir aquela com a qual você assinou o documento da outra, pois os sentidos ou os conceitos usados para pensar em cada uma delas são qualitativamente idênticos, ainda sim, nós somos capazes de distinguir os dois pensamentos e pensar na caneta com a qual nós assinamos o documento e não na outra. Esta diferença entre os pensamentos ocorre justamente uma vez que um segundo nome mental se abriu para pensarmos em duas canetas ao invés de uma.

Uma possível explicação para isso é que nossas habilidades cognitivas nos permitem distinguir pensamentos qualitativamente idênticos, e isso se dá através do processo que chamamos de recurso de abertura cognitiva (RAC). Esse processo ocorre quando estamos pensando em algo, mas, por algum motivo algo novo nos chama a atenção, digamos uma batida no trânsito de um carro que você nunca viu de uma pessoa que você nunca viu. Nesse momento um novo arquivo surge para que possamos

armazenar as informações relativas àquele evento. Quando descobrimos que a caneta que estamos em mãos não é a caneta que pensávamos ser, um novo nome mental surge para que ao menos em nossa “história mental” sejamos capazes de distinguir os dois pensamentos. Nós pensamos na caneta que nós assinamos o documento e em nenhuma outra. E mais do que isso, nós pensamos sobre essa caneta singularmente, sem qualquer tipo de satisfação, caso contrário, seríamos incapazes de distinguir esses dois pensamentos. O que fizemos aqui foi utilizar o recurso de abertura cognitiva (RAC) e atribuir um novo nome mental para que possamos distinguir ao menos mentalmente as duas canetas.

Um problema final que nossa teoria dissolve foi um levantado por Jesse Prinz (2011) e Fodor (2008): nós podemos pensar tudo sobre o objeto? Jesse Prinz afirma que nós não usamos todo o arquivo mental referente a algum indivíduo para pensar nele. Por questões de economia cognitiva, se sempre que pensássemos em alguém ou algum objeto singular, tivéssemos que trazer a tona todas as informações que dispomos de um objeto, certamente seria impossível pensar naqueles indivíduos que conhecemos durante toda a vida. Pensar em algum indivíduo seria uma tarefa impossível dessa maneira. Essa, por exemplo, é a consequência de tomar que arquivos mentais podem ser os constituintes de pensamentos singulares.

Contudo, se assumirmos a hipótese levantada aqui de que ao invés do arquivo são nomes mentais enquanto tokens de símbolos simples que ocorrem como constituintes de pensamentos, podemos representar de um modo mais simples essa dinâmica da relação entre as informações de um objeto e o nome desse objeto. Quando assistimos a uma aula de lógica e aprendemos sobre a lógica aristotélica, podemos em um episódio futuro ao ouvirmos o nome “Aristóteles” associar a informação, “o inventor da lógica”; se vemos uma aula de filosofia da arte podemos associar a

descrição “o escritor da Poética”, seirmos essas duas aulas, a cognição terá de fazer talvez o caminho mais curto e trazer a informação mais recente, já se nossa vida acadêmica está em jogo, e precisamos responder questões de uma prova difícil de filosofia da arte, talvez a informação que a cognição privilegie seja “o escritor da Poética”. Em suma, a cognição pode trazer à tona sempre uma ou outra informação, mas não todas de uma vez.

Pensemos por exemplo no número 3, nós dispomos de várias informações sobre ele, i.e., que ele é o sucessor de 2, o antecessor de 4, que ele é ímpar, é primo, é a raiz quadrada de nove. Mas se precisamos efetuar algum cálculo matemático, então, certamente a cognição vai privilegiar a informação mais relevante, não necessariamente a mais “próxima”. Para fazer um cálculo envolvendo números, não precisamos, para resolver o cálculo, pensar em todas as propriedades dos números envolvidos, basta aquelas relacionadas ao modo como nos acostumamos a resolver aquele tipo de problema.

A natureza encontrou uma forma belíssima de economizar esforço e energia na cognição e em nossos pensamentos, criou pensamentos singulares. Há duas formas de se pensar em objetos, com ou sem o auxílio de um conjunto de peças de informações. No caso de um pensamento singular, onde a referência está fixada, seja no ambiente ou na linguagem, não precisamos necessariamente empregar informações sobre o objeto para rastreá-lo, desde que já esteja fixado na visão; também não precisamos necessariamente empregar essas informações para, a cada instante, sabermos sobre quem ou o que se está falando. Se, por outro lado, temos que identificar ou tentamos identificar um certo objeto recorrendo às peças de informação nos arquivos mentais usamos um recurso que exige muito mais de nossa cognição. Por isso é interessante uma maneira de pensar nos objetos externos de forma otimizada, mas que a qualquer

momento você possa recorrer às informações sobre aquele objeto. Então, quando pensamos através de nomes mentais simplesmente, pensamos pensamentos singulares, mas quando as informações são essenciais, se precisamos identificar algo ou alguém, pensamos de modo geral¹⁰⁶.

Conclusão

Vimos ao longo deste trabalho como pensamentos singulares surgiram e como a discussão nas primeiras décadas se centrou em torno de atitudes proposicionais. Vimos um embate entre aqueles que acreditavam ser possível estabelecer uma restrição em termos de condições necessárias e suficientes para pensamentos singulares em estreita conexão com a substituição *salva veritate*, e aqueles que defendiam a exportação irrestrita (Quine e Sosa). Também mostramos porque atitudes não ofereciam uma metodologia adequada para a análise de pensamentos singulares. Todos esses elementos levaram filósofos proeminentes a assumirem explicações de natureza essencialmente pragmática (conversacional) para supostas anomalias do uso de nomes em contextos de crença. Em face disto, com o intuito de não jogar toda a discussão na lixeira da pragmática, como afirma Kripke, propomos, apoiados na teoria de arquivos mentais, ligeiramente modificada e na teoria de nomes mentais de Harman, que pensamentos singulares são uma espécie de recurso da cognição para, de forma otimizada, rastreamos indivíduos em ambientes perceptivos e linguísticos. E é justamente em cima da compreensão de aspectos fundamentais das nossas habilidades cognitivas que

¹⁰⁶ Não podemos confundir isso com associar alguma imagem ou informação, por questões cognitivas como *priming* e vieses cognitivos que são respostas imediatas criadas pela cognição para operar mais rápido.

acreditamos poder delimitar melhor pensamentos singulares e compreender importantes problemas em filosofia da linguagem, como a informatividade de pensamentos singulares.

Referência Bibliográfica

- BACH, K. **Thought and Reference**. Oxford: Clarendon Press. 1987
- BOËR, S. & LYCAN, W. G. **Knowing Who**. Cambridge, MA: MIT Press. 1986.
- BURGE, T. “Kaplan, Quine and Suspended Belief” *Philosophical Studies* n. 31 197-203. 1977.
- CAMPBELL, J. **Reference and Consciousness**, Oxford: Oxford University Press, 2002.
- CHURCH, A. “A Formulation of the Logic of Sense and Denotation” In: Henle, Kallen & Langer (eds.) **Structure, Method and Meaning**. New York, Liberal Arts Press, 1951. p. 3-24.
- CRESSWELL, M. **Structured Meanings: The Semantics of Propositional Attitudes**. Cambridge, Mass, MIT Press, 1985.
- CRIMMINS, M. **Talk about Beliefs**. Cambridge, Mass. : MIT Press/Bradford Books. 1992
- DICKIE, I. “We are acquainted with ordinary things”, em Jeshion, **New Essays on Singular Thought**, ed. Robin Jeshion, Oxford: Oxford University Press: 2010
- DONNELLAN, K. The Contingent A Priori and Rigid Designators. *Midwest Studies in Philosophy* 2 : 12-27. 1977
- EVANS, G. **The Varieties of Reference**. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- FINE, K. **Semantic Relationism**, Oxford, UK: Blackwell, 2007.
- FREGE, Gottlob. “Über *Sinn* und *Bedeutung*” *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, vol. 100: p. 25-50 (1892). Trad. Max Black, in Beaney, p. 151-171, 1947
- GRICE, P. “The Causal Theory of Perception”, *Proceedings of the Aristotelian Society* 35, p. 121-153, 1961.
- GOODMAN, R. “Cognitivism, Significance and Singular Thought”, *The Philosophical Quarterly* Vol. 66, No. 263, pp. 237-260, 2016.
_____. “Do Acquaintance Theorists Have an Attitude Problem?”, *Australasian Journal of Philosophy* 28 Mar, 2017.
- HARMAN G. “How to Use Propositions.” *American Philosophical Quarterly* 14 : 173-76. 1977.

HAWTHORN, J. & MANLEY, D. **The Reference Book**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HINTIKKA, J. **Knowledge and Belief: An Introduction to the Logic of the Two Notions**, Cornell: Cornell University Press, 1962.

_____. "Sosa on Exportation", *The Journal of Philosophy*, Vol. 68, No. 16 (Aug. 19, 1971), pp. 489-497

JAMES, W. **The Principles of Psychology**. New York: Holt. 1890.

JESHION, "Singular Thought: Acquaintance, Semantic Instrumentalism and Cognitivism", em Jeshion, **New Essays on Singular Thought**, ed. Robin Jeshion, Oxford: Oxford University Press: 2010

KAPLAN, D. Quantifying In, *Synthese*, 19/1-2: 178–214. 1969.

_____. Opacity, in L. Hahn and P. Schilpp (eds.). *The Philosophy of W.V. Quine*. (La Salle: Open Court), 229-89. 1978.

_____. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals, in **Themes from Kaplan**, ed. Joseph Almog, Howard Wettstein, and John Perry, New York: Oxford University Press: 481–564. Kaplan – 1989a

_____. Afterthoughts. In J. Almog, H. Wettstein and J. Perry (eds.), **Themes from Kaplan**, pp. 565-614. New York: Oxford University Press. 1989b

_____. De Re Belief, *The American Philosophical Association Centennial Series*, 2013.

KRIPKE, S. "Unrestricted Exportation and Some Morals for the Philosophy", in **Philosophical Troubles**, 2011

McDOWELL, J. "De re senses". *Philosophical Quarterly*, 34: 283-94, 1984

NEALE, S. **Descriptions**, Cambridge, MA: MIT Press Books. 1990

QUINE, W. V. O. "Quantifiers and Propositional Attitudes". *The Journal of Philosophy*, vol. 53, n. 5, p. 177-187, março 1956

_____. (1979) [PAB] "A Puzzle About Belief". In: Salmon & Soames (eds.)

_____. "Intensions Revisited" In: Quine: **Theories and Things**. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1981.

PERRY J. A Problem About Continued Belief. *Pacific Philosophical Quarterly* 61: 317-332. 1980

_____. "The Problem of Essential Indexical" In: Salmon & Soames (eds.) **Propositions and Attitudes**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

PRINZ, J. "Is Attention Necessary and sufficient for consciousness?" In Christopher Mole, Declan Smithies & Wayne Wu (eds.), **Attention: Philosophical and Psychological Essays**. Oxford University Press. pp. 174--204 (2011)

RECANATI, F. **Mental Files**, Oxford: Oxford University Press. 2012

_____. **Direct Reference**: From Language to Thought. Oxford: Blackwell. 1993

RICHARD, M. **Propositional Attitudes**: an essay on thoughts and how we ascribe them. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RUSSELL, B. "Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description" [KAKD] (1910). In: *Mysticism and Logic*.

_____. *The Principles of Mathematics* [1903]. London: Routledge, 1992.

_____. *The Problems of Philosophy* [1912] Repr. London: Williams and Norgate, 1954.

_____. *Principia Mathematica* [1910-13]. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

_____. On Denoting [1905]. Repr. in B. Russell (1956), p. 42-56.

SCHIFFER, S. "Russell's Theory of Definite Descriptions", **Mind** v. 114 n. 456: 1135-1183 2005

SALMON, N. **Frege's Puzzle**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1986.

_____. „Is De Re Belief Reducible to De Dicto?“ in A. A. Kazmi, ed., *Meaning and Reference* (Canadian Journal of Philosophy Supplementary Volume 23, University of Calgary Press, 1998), pp. 85–110. 1997

_____. "Relational belief" in p. Leonardi and M. Santambrogio (eds.) *On Quine: New essays* (Cambridge: Cambridge University Press), 206-228. 1995

Referências

Em qualquer dado momento, há certas coisas da qual alguém está “ciente”... Se eu descrevo estes objetos, eu posso, evidentemente, descrevê-los de maneira errada. Assim, eu não posso com certeza comunicar a outro quais são as coisas das quais eu estou ciente. Mas, se eu disser a mim mesmo, e denotá-las pelo que pode ser chamado de “nomes próprios”, ao invés de termos descritivos, eu não posso estar em erro („*On the Nature of Acquaintance*”, p. 130).

As consequências do princípio Russelliano, de que toda referência linguística bem sucedida é baseada na composição de termos que se referem a itens do conhecimento imediato (portanto de sense-data e eventualmente da memória, sem a qual não teríamos acesso a universais), são desastrosas. (IMAGUIRE, 2006, p. 449)

Entre os objetos com os quais nós estamos *acquainted* não estão incluídos objetos físicos (como oposto a sense-data) nem a mente de outras pessoas. Essas coisas são conhecidas por nós por aquilo que eu chamo de “conhecimento por descrição.” (RUSSELL 1912, p. 81). Os sense-data que compõe a aparência da minha mesa são coisas com as quais eu estou acquainted, coisas imediatamente conhecidas por mim justamente como elas são. Meu conhecimento da mesa como um objeto físico, ao contrário, não é conhecimento direto. Tal como ela é, ela é obtida através de *acquaintance* com o sense-data que compõe (make up) a aparência da mesa... A mesa é o objeto físico que causa tal e tal sense-data. (RUSSELL, 1912, p. 74)

“Mas, o resultado que ele obteve foi o de que quase todo nosso conhecimento dos objetos individuais, acaba sendo dado por descrição¹⁰⁷.” (RECANATI, 2012)

“se Ralph é como a maioria de nós, ele acredita que uma ou outra pessoa é um espião” (QUINE, 1956, p. 178)

“em cada caso, o termo que nomeia a intensão (seja proposição, atributo ou intensão de alto grau) deve permanecer *isolado*¹⁰⁸ como referencialmente opaco” (QUINE, 1956, p.181).

Não se deve supor que a teoria que eu tenho examinado é apenas uma questão de permitir quantificação desenfreada dentro de contextos de crença, a partir de uma mudança legalizada de notação. Ao contrário, a escolha crucial recorre em cada ponto: quantifique se você quiser, mas pague o preço de aceitar situações do tipo (11)¹⁰⁹ [15] com respeito a cada ponto que você escolher quantificar. Em outras palavras, distinga como você quiser entre posições referenciais e não referenciais, mas mantenha o rastro, para tratar cada tipo apropriadamente. (*Ibid*, p. 182)

¹⁰⁷ Descrições de impressões sensíveis.

¹⁰⁸ Minha ênfase. Enfatizei para mostrar que é explícito em Quine que apenas o nome da intensão toma pra si a opacidade da locução.

¹⁰⁹ A frase número (11) de Quine corresponde à frase (15) deste trabalho.

Nós podemos tratar o medo que um rato possui de um gato como seu temor de uma certa sentença do inglês. Isto é pouco natural, porém não é errado. É um pouco como descrever um oceano pré-histórico percorrendo no sentido horário. (QUINE, 1956, p. 186)

“II. *S* acredita sobre *x* que ele é *F* (acredita que *x* seja *F*) se, e somente se, há algum termo singular α e [um termos singular] β tal que *S* acredita que $\ulcorner \alpha$ is $F \urcorner$, onde β (i) representa *x* para *S* e (ii) [β] toma lugar de α em sentenças na linguagem de *S* que expressa sua crença $\ulcorner \alpha$ is $F \urcorner$ ¹¹⁰. (1970, p. 888)

III. *S* acredita sobre *x* que ele é *F* (acredita *x* ser *F*) se e somente se, existe um termo singular α tal que *S* acredita $\ulcorner \alpha$ é $F \urcorner$, onde α ambos denota *x* e é um *termo distinto*¹¹¹. (1970, p. 890)

“que isto é suficiente para a exportação: isto nos capacita a nos mover de 'o homem mais baixo do pelotão' para fora do escopo do verbo psicológico, e nos capacita a concluir que é verdadeiro do homem mais baixo que a autoridade superior deseja que ele vá primeiro.” (890)

“I. *S* acredita sobre *x* que ele é *F* (ou acredita *x* ser *F*) se e apenas se existe um termo singular α tal que *S* acredita $\ulcorner \alpha$ é $F \urcorner$, onde α denota *x*.” (Sosa, 1970, p. 887)

Embora não seja frequentemente reconhecido, nós, sob certas condições, representamos algumas coisas sem representá-las em termos de conceitos. Nós podemos nos referir a algumas coisas, como eu posso dizer, pré-conceitualmente. Por exemplo, na presença de um estímulo visual nós podemos pensar pensamentos tais como “aquilo é vermelho” onde o termo “aquilo” se refere a alguma coisa que nós selecionamos em nosso campo de visão, sem referência a qual categoria ele cai sob ou quais propriedades ele pode ter. Filósofos como Perry (1979) têm argumentado que demonstrativos são inelimináveis na linguagem e no pensamento. As razões para a ineliminabilidade de demonstrativos na linguagem e pensamento também se aplicam a representações visuais. Nós não apenas podemos representar cenas visuais em que partes não estão classificadas de acordo com alguma categoria, mas há boas razões para que ao menos algumas coisas possam ser referenciadas desse modo pre-conceitual. (PYLYSHYN, 2001 p. 12)

Primeiro, como já havia dito, a conexão que Jeshion estabelece entre significância e singularidade não se dá. Há casos em que a significância se combina com pensamento sobre um objeto meramente como o possuidor de certas propriedades. (GOODMAN, 2015, p. 251)

Considere uma situação em que você identifica alguma criatura como Patrick, como resultado de um esforço de inferência abdutiva, i.e., “Eu estou em Ballarat¹¹².”

¹¹⁰ Assim como na construção de Kaplan, a substituição de termos no contexto intensional é o parâmetro fundamental da atribuição do pensamento *de re*.

¹¹² Uma cidade próxima a Vitória na Austrália.

Aquela [criatura] é um velho e grande vombate¹¹³. Todos estão o chamando de „wombassador“. Assim, ele deve ser Patrick¹¹⁴.” Em termos de arquivos, o que abre [triggers] um certo arquivo, e faz você aplicar a algum indivíduo, é que, sob reflexão, ele parece satisfazer certas condições de abertura do arquivo, não aquelas condições pré-conceituais, que causam abertura automática devido a fatores espaço-temporais. (MUREZ, 2015, p. 24)

“Primeiro, a descrição determina que objeto o arquivo é sobre. O arquivo de De Mestral concerne ao inventor do zíper, seja lá ele quem for. Se não existe tal pessoa, o arquivo deve ser um arquivo vazio. Segundo, os tipos de erro ou informações falsas que o arquivo admite, e aquelas que ele exclui, são determinadas pela descrição, “o inventor do zíper”. De Mestral poderia estar enganado em suas crenças que seu rival vive na maior mansão da cidade. Ele poderia estar enganado que ele [Julius] é bastante influente nos círculos de manufatura, e que ele está à frente de um plano para evitar o sucesso de De Mestral. “Vive em uma grande mansão na cidade”, “tem todas as conexões certas de manufatura”, e “está à frente de um plano para me prejudicar” podem ser informações falsas sobre o inventor do zíper armazenadas no arquivo. Mas, a despeito do fato que o arquivo pode conter informações falsas – e assim não pode simplesmente ser identificado com a informação armazenada nele – certos erros não são possíveis. De Mestral não poderia estar enganado, que o seu rival é o inventor do zíper.” (Goodman, 2016, p. 253)

O que significa representar um objeto como o mesmo no pensamento de alguém? Muitos filósofos podem estar tentados nos dias de hoje a explicar o fenômeno [de representar um objeto como o mesmo no pensamento] em termos de “arquivos mentais”. Supõe-se que nós mantemos arquivos para cada objeto acerca dos quais nós somos capazes de ter pensamentos singulares. Para coordenar, ou representar um objeto como o mesmo de uma ocasião para a próxima, basta, então, associá-lo com o mesmo arquivo mental. Assim no exemplo acima os dois pensamentos irão associar o objeto Cícero com o mesmo arquivo mental e irão assim representar o objeto como o mesmo. É difícil saber o que fazer com esta sugestão desde que é difícil saber o que o discurso dos arquivos mentais pretende cobrir. Algo razoável é tomar que eles armazenam certos itens de informação juntos em um único “local”, enquanto outros itens de informação não. Assim, a informação que Cícero é um Romano e que Cícero é um orador será armazenado no mesmo local, enquanto a informação que Cícero é um romano e que Túlio é um orador (para alguém que não sabe que Cícero e Túlio são o mesmo) não será. Mas nós podemos nos perguntar em virtude do que a informação será armazenada no mesmo local? Além disso, não há nada intrínseco à ideia de co-alocação que exija que itens co-aloçados sejam relacionados em qualquer modo particular. E certamente, a resposta para a questão é que a locação irá ser a mesma quando a informação representa seu objeto como o mesmo assim, arquivos mentais devem ser vistos como um artifício para manter o rastro de quando objetos são coordenados (representados como o mesmo) e, ao invés de entender a coordenação em termos de arquivos mentais, nós devemos entender o trabalho de arquivos mentais em termos de coordenação. (FINE, K. 2007, p. 67-58)

Agora um número ilimitado de proposições estão disponíveis a Mary para ela usar em seu pensamento. É difícil ver como isso seria possível sem que

¹¹³ Comum aos marsupiais da família dos vombatídeos, noturnos, herbívoros e escavadores, encontrados na Austrália e na ilha de Tasmânia, com até 1,2 m de comprimento e aparência de pequenos ursos, corpo pesado e membros curtos, cauda vestigial, dentição semelhante à dos roedores e dedos com garras.

¹¹⁴ Patrick é o vombate mais velho e gordo do mundo, que reside em um zoológico na cidade da Ballarat na Austrália.

essas proposições fossem compostas de um conjunto finito de conceitos e ideias, assim como muitas sentenças são construídas de um conjunto finito de palavras. Quando Mary entende (*entertains*) uma proposição ela forma uma instância mental de um tipo relevante. Mas nós não precisamos atribuir a Mary um número indelimitado de habilidades primitivas para formar instâncias de cada proposição que ela é capaz de compreender. Ao invés, nós podemos atribuir a ela um número finito de habilidades primitivas para formar (instâncias de) ideias ou conceitos e uma habilidade para combinar ideias e conceitos juntos em uma proposição. (HARMAN, 1977, p. 13)